



Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Assis

André Lopes Ferreira

A Extrema Esquerda brasileira e a Revolução Cubana (1959-1974).

Assis – SP

2004

André Lopes Ferreira

A Extrema Esquerda brasileira e a Revolução Cubana (1959-1974).

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Concentração: História e Sociedade).

Orientador: **Dr. José Luis B. Beired**

Assis – SP

2004

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Ferreira, André Lopes

F383e A extrema esquerda brasileira e a revolução cubana (1959-1974) / André Lopes Ferreira. Assis, 2004.
180 f. : il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – Universidade Estadual Paulista.

1. Ditadura – Brasil. 2. Cuba – História – Revolução, 1959-1974. 3. Comunismo. 4. Guerrilhas - Guerras e operações. I. Título.

CDD 981.063
972.91064
321.92

***Para meus pais Vicente e
Jacira, exemplos de dignidade
e trabalho.***

Agradecimentos

Ao longo da pesquisa que deu origem ao presente trabalho contei com a colaboração e o apoio de muitas pessoas. Gostaria primeiramente de agradecer o Prof. José Luis Beired, que desde minha graduação demonstrou enorme presteza, aceitando me orientar e elucidando quantas dúvidas eu tivesse.

Aos professores que integraram a banca de qualificação, Áureo Busetto e Anna Maria Martinez Corrêa, sou grato pelo profundo e criterioso exame que fizeram de meu texto, bem como por suas proveitosas e férteis sugestões, que sem dúvida muito me auxiliaram no decorrer da investigação.

Devo mencionar igualmente o fomento à pesquisa recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, instituição da qual fui bolsista entre os anos 2002 e 2004. Pude contar também com o profissionalismo dos funcionários do CEDEM (Centro de Documentação e Memória) da Unesp, do AEL (Arquivo Edgard Leuenroth) da Unicamp e do APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro).

Na confecção do exemplar final desta dissertação tive a ajuda de amigos cujos nomes não posso deixar de lembrar. Agradeço à Camila Casari, César Doriguello Jr., Raphael Sebrian e Iuri Cavlak, como a tantos outros pelo que fizeram por mim.

Finalmente, quero expressar minha gratidão à Angélica, por sua infinita generosidade e encantador sorriso à sombra do pé de angico.

RESUMO

Título da dissertação: A Extrema Esquerda brasileira e a Revolução Cubana (1959-1974).

O advento da Revolução Cubana em 1959 representou um ponto de inflexão na trajetória dos movimentos sociopolíticos da América Latina no século XX. Inspiradas pela vitória dos rebeldes em Cuba, várias organizações de extrema esquerda do continente aderiram à luta armada e à teoria do foco guerrilheiro nos anos 60 e 70. No Brasil, após o Golpe de Estado de 1964, diferentes grupos promoveriam ações revolucionárias contra a ditadura militar instaurada. As idéias de Che Guevara, Fidel Castro e Régis Debray desencadeariam intermináveis debates político-ideológicos entre as diversas correntes de orientação marxista. No presente trabalho procuramos avaliar como a experiência da Revolução Cubana foi apropriada pelas organizações clandestinas brasileiras e, da mesma forma, como seu exemplo serviu para legitimar determinadas posições de setores do movimento comunista no país.

Palavras-Chave: Extrema Esquerda brasileira – Revolução Cubana – Comunismo – Luta armada – Ditadura militar – Guerra de guerrilhas.

ABSTRACT

Title of the dissertation: The Extreme Brazilian Left and the Cuban Revolution (1959-1974).

The Cuban Revolution advent in 1959 represented a point of inflection in the trajectory of sociopolitical movements in Latin America in the century XX. Inspired for the rebel's victory in Cuba, several extreme left wing organizations of the continent adhered to the armed combat and the theory of guerrilla focus in the 60's and 70's. In Brazil after the "coup d'etat" in 1964, different groups would promote revolutionary actions against the established military dictatorship. Che Guevara's, Fidel Castro's and Régis Debray's ideas would trigger endless political-ideological arguments among several groups of Marxist orientation. In the present work we try to evaluate how the experience of the Cuban Revolution was appropriate to the Brazilian clandestine organizations and, in the same way, how their example served to legitimate certain positions of the communist movement in the country.

Keywords: Brazilian Extreme Left wing – Cuban Revolution – Communism – Armed combat – Military Dictatorship – Guerrilla War.

Sumário

Introdução.....	7
Capítulo 1.	
A Extrema Esquerda brasileira no pré 64: recepções da Revolução Cubana.....	30
1.1. Os primeiros impactos da Revolução Cubana na Extrema Esquerda brasileira: as Ligas Camponesas.....	30
1.2. A radicalização no discurso das Ligas Camponesas: o auxílio cubano à luta armada.....	39
1.3. A ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária): entre a insurreição urbana e o foco guerrilheiro.....	51
1.4. A Revolução Cubana e o Movimento Estudantil católico no pré 64: da JUC (Juventude Universitária Católica) à Ação Popular.....	63
1.5. O PC do B em busca de novas diretrizes revolucionárias: foco guerrilheiro X guerra popular prolongada.....	69
Capítulo 2.	
1964: o fechamento institucional e as esquerdas comunistas.....	82
2.1. O golpe civil-militar de 1964 e a Extrema Esquerda brasileira.....	83
2.2. A Extrema Esquerda e as interpretações da economia brasileira.....	93
2.3. As etapas da revolução e a vanguarda nos debates da Extrema Esquerda.....	109
Capítulo 3.	
A Revolução Cubana: representações e apropriações.....	124
3.1. A Revolução Cubana no discurso da Extrema Esquerda brasileira: representações e apropriações.....	125
3.2. Os textos-chave na difusão do exemplo cubano.....	143
3.3. As estratégias para a Revolução Brasileira.....	159
Considerações Finais.....	170
Fontes.....	174
Referências Bibliográficas.....	176

Introdução

O significado da Revolução Cubana para a América Latina tem sido avaliado das mais diferentes formas. É evidente que o impacto da revolução incidiu de maneira mais direta nos segmentos sociais de esquerda, sobretudo entre os comunistas. Entretanto, o fato do exemplo de Cuba ter adquirido grande notabilidade no interior dos círculos marxistas latino-americanos, não implica em dizer que foi apenas nesses meios de esquerda que incorreram os desdobramentos do processo revolucionário cubano.

A proposição central defendida neste trabalho é de que a Revolução Cubana desempenhou papel manifesto no pensamento e trajetória da Extrema Esquerda brasileira e, como veremos adiante, as formulações teórico-ideológicas das diversas organizações comunistas no Brasil articular-se-iam notadamente com os debates desencadeados pelo advento da primeira revolução socialista da América Latina.

Quanto ao recorte temporal aqui proposto (1959-1974), cumpre aclarar que como qualquer outro recorte, trata-se, por assim dizer, de um procedimento reorganizador do passado. Na pesquisa em história, as balizas temporais não cumprem apenas a função de delimitar um período para a coleta e exame das fontes, uma vez que os marcos estabelecidos pelo pesquisador na investigação têm de fazer sentido em face ao objeto estudado.

O ano de 1959 foi eleito como ponto de partida neste trabalho por assinalar não somente o triunfo da Revolução Cubana, mas também, por representar um divisor de águas na trajetória da esquerda latino-americana. Como veremos posteriormente, a experiência de Cuba distinguiu-se na América Latina como o evento sócio-político a partir do qual haveria uma radicalização dos movimentos comunistas no continente, processo este que se deve também a outros fatores que não apenas a essa revolução.

No Brasil, é exatamente a partir do final dos anos 50 que o PCB (Partido Comunista do Brasil), passaria a enfrentar fortes divergências internas, as quais acabariam por desencadear a expulsão de uma série de antigos dirigentes do partido, que, em 1962 se aglutinariam em torno de uma nova sigla, o PC do B (RODRIGUES, 1981, passim).

O início dos anos 60 também seria marcado no Brasil pelo surgimento de organizações comunistas alternativas ao PCB. Temos a partir daí, grupos como a AP (Ação Popular) e a ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), que, com propostas de atuação diferentes daquelas defendidas pelo partido de Prestes, iriam disputar a liderança dos movimentos de massa com o PCB. Salientamos também neste contexto, a atuação das Ligas Camponesas do nordeste, que a despeito de terem surgido em meados dos anos 50, tiveram sua maior expressão entre 1960 e 1964. Ao conjunto dos grupos comunistas, surgidos ou não de cisões do PCB, que atuaram no Brasil a partir do início da década de 60, convencionou-se pela historiografia chamar de “Nova Esquerda” ou “Esquerda Revolucionária” brasileira (GARCIA, 1979; REIS F^o; SÁ, 1985).

Dessa forma, a escolha do ano de 1959 como marco inicial desta pesquisa fundamenta-se não apenas pelo triunfo em Cuba dos revolucionários liderados por Fidel Castro, como também pelo próprio processo interno de divergências político-ideológicas que tornaria possível o surgimento da Extrema Esquerda brasileira, objeto de estudo do presente trabalho.

Com relação ao ano limite que a pesquisa abarcará, 1974, assinalamos que é exatamente nesse instante que malogra a última tentativa dos grupos armados brasileiros de desencadear no país a luta revolucionária. No sul do Pará, o combate entre militantes do PC do B e o Exército ficaria conhecido como Guerrilha do Araguaia. O rotundo fracasso da experiência guerrilheira resultaria para o PC do B em dezenas de militantes mortos e, para o movimento comunista no Brasil, o fim do projeto de luta armada no campo.

O trabalho de pesquisa ora apresentado dividir-se-á em três capítulos. Em primeiro lugar serão abordadas aquelas organizações surgidas antes do golpe civil-militar de 1964, tais como, as Ligas Camponesas, a ORM-POLOP, a AP e o PC do B. Esses grupos lançaram mão da Revolução Cubana em seus discursos principalmente com o objetivo de negar as teses do PCB, partido criticado duramente por todos eles. Na segunda parte do texto, analisaremos os agrupamentos que atuaram já no período da ditadura, dentre eles, a VPR, a ALN e o PCBR, que, empenhados no combate clandestino ao regime, não deixariam de discutir aspectos teóricos da economia brasileira, bem como do processo revolucionário cubano. Finalmente, no último capítulo, terá lugar o exame das formas de representação e apropriações do exemplo de Cuba pelos grupos armados no Brasil. Naturalmente, a aproximação com o objeto estudado, ou seja, a Extrema Esquerda brasileira, se dará sempre pela mediação da hipótese central da pesquisa, isto é, a relação de tais organizações com a Revolução Cubana.

Dentre as fontes que serão utilizadas na investigação, destacam-se principalmente os jornais produzidos pelas organizações ao longo do período. Além desse material de propaganda revolucionária, textos de debate interno dos grupos também serão examinados.

A despeito da análise deste estudo centrar-se especialmente na Extrema Esquerda, na medida do possível buscarei demonstrar que em se tratando do Brasil, não foi apenas no âmbito das esquerdas que a Revolução Cubana gerou debates e polêmicas. Na realidade, trata-se de perceber que na sociedade brasileira dos anos 60, bem como em outras sociedades, havia uma atmosfera sociopolítica largamente marcada pela presença da idéia de revolução. Ao estudarmos aquela conjuntura, notamos que o debate desse tema e do próprio socialismo era parte integrante dos discursos de diversos setores que compunham o campo de discussões políticas do país naquele momento.

A revolução era debatida tanto por aqueles que a almejavam como pelos que lutavam contra ela. No meio intelectual, estudantil, político e na própria igreja, falava-se contra ou a

favor da revolução e do socialismo. Não resta dúvida que a cultura política brasileira nos anos 60 foi profundamente marcada por essa temática.

Revistas de debate político e intelectual como a *Revista Brasiliense*, *Anhembi* e mais tarde *Civilização Brasileira*, fomentavam as discussões nos meios intelectuais. Pensadores de grande prestígio, brasileiros e também estrangeiros, contribuíam para com essas revistas tornando o debate político ainda mais intenso. No mercado editorial, desde finais dos anos 50 publicou-se uma longa lista de títulos que tratavam da “revolução” ou de assuntos correlatos. Ao analisar a trajetória do conceito de revolução no pensamento da esquerda brasileira, Marco Aurélio Garcia faz um breve inventário dessas obras. Assim temos:

[...] *Introdução à revolução Brasileira*, de Nelson Werneck Sodré; *Revolução e contra-revolução no Brasil*, de Franklin de Oliveira; *Revolução Cubana e Revolução Brasileira*, de Jamil Almansur Haddad; *O caminho da revolução brasileira*, de Marcos Peri; *Política e revolução social no Brasil*, de Otavio Ianni e outros; e, um pouco mais adiante, *A revolução brasileira*, de Caio Prado Jr. Obra tardia, mas inserida nesse contexto, está *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes. (Garcia, 1997, p. 38, grifo do autor).

No tocante ao livro de Franklin de Oliveira, *Revolução e contra revolução no Brasil*, editou-se na *Revista Brasiliense* uma resenha na qual Paulo Dantas apreciava a contribuição do livro naquelas circunstâncias sociopolíticas. Para Dantas, a obra vinha justamente elucidar o “processo revolucionário” pelo qual o país estaria passando e, dessa maneira, cooperava para que a Revolução Brasileira fosse protegida dos eventuais “desvios e distorções” projetados pela contra-revolução. No trecho a seguir podemos avaliar mais claramente a posição de Paulo Dantas exposta na resenha:

Sem nenhum sectarismo partidário, nem nenhuma submissão política de filiação ideológica comprometida, o autor equaciona e revisiona as realidades sociais mais prementes do passado e do presente brasileiro, apontando o melhor caminho, isto sem rasgo de nenhuma profecia.¹

Quando Dantas insiste em salientar o caráter não partidário do livro, o faz principalmente em razão da política editorial da *Revista Brasiliense*, dado que a mesma não se prestava a cumprir o papel de órgão de propaganda de qualquer grupo ou partido político da

¹ DANTAS, P. “Revolução e contra revolução no Brasil”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n° 41, p. 194-196, maio-junho de 1962.

época e, mesmo que a imagem da revista fosse praticamente indissociável da figura de seu proprietário, Caio Prado Jr., membro do PCB de longa data, este último sempre mantivera uma postura de independência frente ao partido.

A grande quantidade de publicações e as acaloradas polêmicas verificadas naquele momento denotam de forma visível o ambiente político-ideológico no qual se encontrava o país. O fato é que os debates em torno do tema da revolução não aludiam apenas à idéia da “revolução socialista”, o cerne das discussões apontava para o que seria a maior problemática da sociedade brasileira de então: o esgotamento do modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente. Partisse o debate de onde quer que fosse, dos progressistas ou conservadores, a tônica das discussões convergia para o tema das reformas pelas quais o país teria que passar. Assim, o conjunto de forças sociopolíticas que operavam no Brasil no período imediatamente anterior ao golpe civil-militar de 1964, tinha como peça retórica comum a “transformação” social. Para alguns, a transformação que iria “modernizar” o país seria uma revolução pacífica designada como democrático-burguesa. Para outros, revolução armada e socialista e, para os que de fato acabaram vencendo em 64, uma revolução que imprimiu à toda sociedade seu projeto de transformação: a “modernização conservadora”.

Está claro que as aspirações por reformas estruturais partiam, sobretudo, dos segmentos populares historicamente excluídos da sociedade. As elites brasileiras efetivamente não nutriam qualquer desejo de ver alterada a ordem de coisas que até aquele momento havia garantido sua posição no interior do edifício social.

De qualquer modo, podemos afirmar que a retórica da revolução constituía também o discurso das elites, ainda que neste caso o conceito tenha evidentemente outros contornos. Nesse ínterim, é relevante lembrarmos que o próprio golpe civil-militar de 1964 foi denominado por seus mentores como “A Revolução Redentora”, numa flagrante tentativa de legitimar frente à sociedade o movimento que depôs João Goulart da presidência da república.

Destarte, a abordagem que se propõe nessa pesquisa buscará levar em conta o universo sociopolítico do Brasil na década de 60. Em outras palavras, a investigação tal qual proposta aqui pretende pensar a Revolução Cubana como um fenômeno que faz sentido dentro de seu espaço e tempo próprios, numa conjuntura em que a maioria dos projetos transformadores da sociedade passava pelo crivo da idéia de “revolução”, conceito central na cultura política brasileira da época.

Entre 1960 e 1962 a *Revista brasiliense* publicou cinco artigos tendo Cuba como tema principal. Ainda em meados de 1960, isto é, antes mesmo da proclamação por Fidel Castro do caráter socialista da Revolução Cubana, seu impacto no contexto latino-americano era avaliado por Elias Chaves Neto:²

[...] Daí o magnetismo que [a Revolução Cubana] vai exercendo sobre as massas populares que viram que é possível reformar a estrutura agrária das nações responsáveis pelo vergonhoso atraso de suas populações, derrubando os governos que representam não o interesse de seus povos, mas das classes dominantes aliadas ao imperialismo. *Um sopro revolucionário varre a América.*
 [...] Este é o belo exemplo revolucionário que Cuba dá a todos os povos da América, os quais libertando-se de seus governos de negociatas, se dispuserem a resolver efetivamente os problemas dos quais dependem o seu bem-estar e a sua felicidade. (grifo nosso).³

Em outro artigo da *Revista brasiliense* publicado em 1961, o mesmo autor elegia Cuba como exemplo para o Brasil. Após comentar as conquistas sociais alcançadas na ilha afirmava:⁴

[...] Temos de nos solidarizar com Cuba, com sua revolução que visa liquidar com uma ordem econômica, responsável, em nossa própria terra, pelo atraso e miséria de grande parte da população de nosso País.
 Com isso não se quer dizer que ao nosso país se imponham as soluções que Cuba se viu obrigada a adotar em vista da prepotência norte-americana, cuja política internacional visa apenas defender em todos os países do mundo a ordem econômica que corresponde a seus interesses. *A nossa solidariedade a Cuba resulta da identidade de interesses na sua luta contra essa ordem econômica que tolhe igualmente o desenvolvimento do nosso País [...].* (grifo nosso).⁵

² CHAVES NETO, E. “Cuba”. *Revista brasiliense*, São Paulo, n° 30, p. 1-9, julho-agosto de 1960.

³ Idem, p. 8-9.

⁴ CHAVES NETO, E. “A Revolução Cubana”. *Revista brasiliense*, São Paulo, n° 34, p. 84-95, março-abril de 1961.

⁵ Idem, p. 92.

Chaves Neto reconhecia uma “identidade de interesses” entre Brasil e Cuba, pois, seus povos sofriam do mesmo mal: a superexploração econômica exercida pelos Estados Unidos. Contudo, o texto deixa claro que as soluções impostas ao caso cubano não careciam necessariamente ser adotadas pelos brasileiros, que deveriam se inspirar em Cuba, porém, buscar saídas próprias para o desenvolvimento nacional.

Outro que nos princípio dos anos 60 defendeu a existência de estreitos “laços” entre Cuba e Brasil foi Jamil Almansur Haddad. O ensaísta e crítico literário em seu livro *Revolução cubana e revolução brasileira*⁶, procurava a todo custo relacionar as experiências vividas pelos dois países. Ao cotejar as histórias cubana e brasileira, Haddad estabelece um paralelo entre os combates em Sierra Maestra e a luta contra os holandeses em Pernambuco no período colonial. Ele também qualifica como *guerrilha* a tática utilizada na ocasião da batalha dos Guararapes para expulsar os invasores europeus. Naturalmente, julgamos problemático o emprego do termo *guerrilha* em uma época tão recuada como o séc. XVII, na qual esse conceito sequer existia.

A guerra de Canudos é igualmente apontada por Jamil Almansur Haddad como mais um exemplo do emprego da estratégia guerrilheira no Brasil:

*A epopéia da guerrilha no Brasil (de uma grandeza que de certo ponto de vista transcende a da Revolução Cubana) foi Canudos. Algumas centenas de fanáticos se reúnem no sertão brasileiro e o Governo manda expedições sucessivas dos seus exércitos e uma a uma implacavelmente dizimadas. Um cronista genial da campanha, Euclides da Cunha, é quem pela primeira vez no nosso país teoriza sobre a guerrilha e deixa-nos a explicação de como tão poucos se antepõem com tamanha vantagem a tantos [...]. (grifo nosso).*⁷

A idéia de que existiria um vínculo entre o Brasil e a pequena ilha caribenha apareceu também em outros trabalhos publicados naquele período. Jean Paul Sartre visitou o Brasil em 1960 para divulgar seu livro *Furacão sobre Cuba*⁸, que teve grande repercussão no país. Ao conhecer Cuba, o filósofo francês encontrou uma sociedade que passava por grandes

⁶ HADDAD, J. A. *Revolução cubana e revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

⁷ Idem, p. 75.

⁸ SARTRE, J. P. *Furacão sobre Cuba*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960.

transformações, o que o impressionara profundamente. Quanto à importância da Revolução Cubana para os brasileiros Sartre a expressou nos seguintes termos:

[...] Em toda parte, no Brasil – na Bahia, no Rio, em São Paulo, em Araraquara – encontrei uma juventude arrebatada, cuja primeira pergunta era sempre: “E Cuba?” *E, apesar de todas as características que distinguem um país dos outros, acabei compreendendo que falar aos brasileiros sobre a ilha rebelde cubana era falar deles próprios.* (grifo nosso).⁹

Como teremos oportunidade de expor ao longo desse trabalho, a Extrema Esquerda brasileira faria de Cuba amiúde um exemplo não apenas para o Brasil, mas para toda a América Latina. Na condição de *primeiro território livre* do continente, a ilha socialista inspiraria a criação de “vanguardas revolucionárias” que ao longo dos anos 60 e 70 buscariam por meio da violência armada conduzir as massas à revolução.

A Extrema Esquerda brasileira: identidade de projetos.

Como explicitado anteriormente, a tese central deste trabalho defende a importância da Revolução Cubana no pensamento e prática da Extrema Esquerda brasileira. Pensar tal relação, ou seja, afirmar que o processo revolucionário cubano de alguma maneira incidiu na trajetória das organizações comunistas brasileiras, nos leva fatalmente a refletirmos acerca da própria constituição do campo político no qual atuaram esses grupos.

Ora, não podemos simplesmente tomar o conjunto dessas organizações como um bloco monolítico. Há que se reconhecer a pluralidade dos diversos projetos, bem como as opções político-ideológicas de cada grupo, muitas vezes diametralmente opostas. É apenas respeitando as especificidades das organizações que podemos avaliar como cada uma delas se

⁹ Idem, p. 7.

apropriou do exemplo cubano e de que forma o articulou com suas táticas e estratégias revolucionárias.

A opção de avaliar os grupos da Extrema Esquerda brasileira caso a caso não anula, porém, uma perspectiva que procure explicar a dinâmica das diferentes organizações buscando o que nelas existe de comum, pois houve é claro, elementos usuais à maioria delas. O fato de todas serem comunistas, assim como terem rompido com diversos postulados do PCB e apontarem a violência armada como estratégia para o assalto ao poder, revela que a despeito das múltiplas diferenças entre si – e elas de fato existiam –, não se pode ignorar a presença de vasos comunicantes ligando os grupos revolucionários.

A abordagem realizada nesta pesquisa procura levar em consideração as peculiaridades de cada grupo sem perder a visão de conjunto. Está claro que se a recepção da Revolução Cubana pelos comunistas brasileiros não ocorreu de forma homogênea ou linear, muito menos houve um consenso a respeito da pequena ilha de Cuba entre as organizações. No entanto, concordassem ou não com as idéias oriundas da revolução, nenhuma delas deixou de se posicionar em relação à este que sem dúvida foi um dos mais importantes eventos sociopolíticos da América Latina no século XX.

É a partir da reflexão em torno da constituição das “identidades políticas” dos diferentes grupos que se pretende aqui avaliar a Extrema Esquerda brasileira. A hipótese principal é de que no contínuo embate pela conquista de espaço no interior do campo em que atuavam, as organizações comunistas buscariam impor seu projeto revolucionário em detrimento dos demais. A consolidação de tais projetos esteve intimamente ligada à auto-imagem que os grupos paulatinamente elaborariam e com a qual se apresentariam ante os outros. A Revolução Cubana tem lugar flagrante neste processo, e de distintas maneiras concorreu para o estabelecimento das identidades daquelas organizações que a seu modo buscariam um caminho próprio para a revolução brasileira, o caminho armado.

É oportuno neste momento introduzir na discussão o livro *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB* (1995), da historiadora Dulce Chaves Pandolfi. Resultado de sua tese de doutoramento, esta obra se constitui numa investigação acerca do processo de construção da identidade do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Segundo sua própria autora, trata-se de uma pesquisa que analisou a visão que o PCB “[...] elaborou sobre si mesmo ao longo do tempo”. (PANDOLFI, 1995, p. 9).

A relevância do referido livro neste trabalho é dada pelas opções metodológicas de Pandolfi que em certa medida também serão as minhas. É patente que o objeto de pesquisa tomado por esta historiadora é bastante diferente daquele que será analisado aqui. Porém, muitas das hipóteses levantadas por ela em relação ao PCB, podem, guardadas as proporções, servir de esteio para as pretensões desta investigação.

O fio condutor do livro de Dulce Chaves Pandolfi nos leva pelo caminho – muitas vezes tortuoso – trilhado pelo PCB em sua busca de uma identidade que proporcionasse a coesão do grupo ao longo de sua trajetória na história política brasileira. Neste passo, Pandolfi demonstra como nos diferentes momentos vividos pelo partido, a remissão da militância ao passado da organização se dava em consonância com os dilemas do presente, sempre de acordo com a condição na qual se encontrava o PCB.

Na constante busca de coesão interna, almejando fortalecer a sensação de pertencimento dos militantes ao grupo, a memória das lutas passadas do partido desempenhou uma função catalisadora por assim dizer.

Em qualquer processo de busca de identidade, a memória exerce um papel fundamental. Isso porque, além de fortalecer o sentimento de pertencimento e a continuidade temporal, uma das suas funções essenciais é manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um determinado grupo tem em comum. Em última instância, é ela que dá unidade aos membros do grupo [...]. (PANDOLFI, 1995, p. 15).

Seguindo o raciocínio da autora, “[...] estudar a identidade de um determinado ator [político] é estudar também a sua memória. [...]”. (1995, p. 15). No caso do PCB, a memória da organização é constantemente reformulada em virtude do presente.

Portanto, é importante frisar que a memória e a identidade não são fenômenos estáticos. As referências ao passado sofrem um processo permanente de desconstrução e reconstrução. Sujeita a mutações, a identidade de um determinado ator não permanece congelada. A inter-relação com o tempo torna-a tanto um fenômeno efêmero, como permanente. [...]. (PANDOLFI, 1995, p. 18).

A constituição da identidade do PCB seria marcada por constantes vicissitudes ao longo da história do partido e, sendo a identidade um fenômeno sempre “contrastivo”, o partido freqüentemente marcaria sua posição no campo político brasileiro procurando diferenciar-se dos demais segmentos ou grupos concorrentes. No afã de consolidar um “nós” que exprimisse um sentido e uma identidade para o “coletivo”, o partido em seu discurso procurava traçar uma linha limítrofe em relação aos “outros”. Se compreendermos a dinâmica existente no interior do PCB como nos aponta Dulce Pandolfi, notaremos que os “outros” aos quais os comunistas se referiam na verdade também não permaneciam estanques, ou seja, estes “outros” nem sempre foram os mesmos, sendo substituídos de acordo com a conjuntura na qual se inseria o PCB.

Desse modo, nos anos 20 os “outros” se materializavam na figura dos anarquistas, combatidos veementemente pelo recém fundado Partido Comunista. No pós 30 seriam dos trotskistas que o PCB procuraria se diferenciar e, no limite, no início dos anos 80 com a redemocratização do país, a figura dos “outros” seria encarnada pelo PT (Partido dos Trabalhadores). Afora os grupos notadamente de esquerda, dos quais o PCB faria seu contraponto de identidade ao longo de sua história, não podemos nos esquecer, é claro, da idealização da burguesia, “classe” antagônica do proletariado e que personificava a exploração do trabalho pelo capital.

Na consolidação de uma identidade – neste caso política –, o processo contrastivo articula-se com a mitificação do passado por meio da memória, ela também em estado de

permanente mutação diante do presente. No caso de um partido comunista, Pandolfi afirma ser ainda mais assídua a função da memória na afirmação da identidade do grupo. A remissão ao passado cumpre nos partidos comunistas um papel central, “[...] O gosto pelas comemorações, pelas lembranças e pela busca de verdade convive com as ocultações, com o silêncio e com as mistificações. [...]”. (PANDOLFI, 1995, p. 14).

Para Dulce Chaves Pandolfi, memória e projeto são itens indissociáveis no processo de constituição da identidade de um grupo. Além disso, para um comunista, o que pode ser mais importante que a revolução? Não é exatamente em nome de um *projeto revolucionário* que toda a prática do presente é orientada? Nas palavras da autora temos:

Ao lado da memória, o projeto é outro componente essencial na constituição da identidade. A consistência de um projeto depende fundamentalmente da memória, pois é ela que “fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos”. Desse modo, projeto e memória associam-se e articulam-se para dar significado à própria identidade. (PANDOLFI, 1995, p. 18).

Quanto à reformulação do passado em virtude do presente, outro autor que nos auxilia sobremaneira a compreender tal processo é Michael Pollak.¹⁰ Em conhecido artigo, Pollak elegeu um momento histórico privilegiado para demonstrar este rearranjo do passado e conseqüentemente da memória: o XX Congresso do PCUs em 1956. Inicia-se nesta ocasião os esforços para a “desestalinização” do Movimento Comunista Internacional, as denúncias de Nikita Krushev contra os rumos tomados pelo partido à época de Stalin conduziram a um inevitável “acerto de contas” com o passado. A partir daí comunistas de todo o mundo passariam a rever suas posições, ainda que não de maneira uniforme, é claro. De qualquer forma,

[...] Essa reviravolta da visão da história, indissociavelmente ligada à da linha política, traduziu-se na destruição progressiva dos signos e símbolos que lembravam Stalin na União Soviética e nos países satélites e, finalmente na retirada dos despojos de Stalin do mausoléu da Praça Vermelha. [...]. (POLLAK, 1989, p. 3-15).

¹⁰ Dois artigos de Michael Pollak são especialmente importantes na discussão a respeito da memória. São eles: “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15; e “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

Sendo a memória o “material” que constantemente se prestará às reformulações empreendidas no presente com vistas a reordenar o passado, conclui-se que para além de simples componente de uma determinada identidade, seu estudo pode auxiliar na compreensão das escolhas que os diferentes “atores” – no dizer de Pandolfi – fazem dentro de um campo de inúmeras possibilidades, “[...] Ou seja, a memória não é conservação, mas reconstrução. Aparentada ao mito, ela visa sobretudo justificar as práticas, as representações e as estratégias do presente. [...]”. (1995, p. 15-16).

O destaque da Revolução Cubana no processo de constituição das “identidades políticas” dos grupos aqui estudados pode ser observado ao passo que notamos o modo como o exemplo de Cuba figura nos discursos dessas organizações. Procurando justificar suas estratégias e práticas naquela conjuntura, a Extrema Esquerda brasileira freqüentemente lançaria mão do caso cubano. Dentre as várias funções desempenhadas pela revolução no discurso político dos grupos comunistas, a principal delas era demonstrar o quão equivocadas eram as teses pacifistas do PCB, colocando dessa maneira a luta armada como a única alternativa para a transformação da sociedade. Cuba já havia mostrado o caminho.

Uma “Nova Esquerda” no Brasil?

O surgimento da Extrema Esquerda brasileira tem suas raízes num duplo movimento de caráter social e político concomitantemente. Por um lado, a constituição de organizações comunistas alternativas ao PCB está indissociavelmente ligada às transformações observadas na sociedade e na política brasileiras no início dos anos 60 e, por outro, tem claras relações

com a conturbada situação vivida pelo Movimento Comunista Internacional naquela conjuntura.

Marcelo Ridenti (2000, p. 33-34) qualifica a situação latino-americana e brasileira a partir do final dos anos 50 como sendo a de um “florescimento revolucionário”. Para este autor, tal efervescência sociopolítica também é decorrente de circunstâncias internas e externas. No plano internacional Ridenti assinala o triunfo de várias revoluções de libertação nacional: Cuba 1959, Argélia 1962 e a Guerra do Vietnã que adentraria os anos 70. “[...] Especialmente a vitória da revolução cubana, no quintal dos Estados Unidos, era uma esperança para os revolucionários na América Latina, inclusive no Brasil. [...]”. (2000, p. 34). Igualmente como fatores externos, o autor menciona o crescente questionamento ao burocratismo partidário inspirado no modelo soviético, e da mesma forma, assinala a importância da Revolução Cultural Chinesa, que a partir de 1966 buscava desburocratizar a atuação do Partido Comunista naquele país (2000, p. 34).

Internamente, o plano político brasileiro seria agitado pela renúncia do presidente da república Jânio Quadros em agosto de 1961. A posse do vice-presidente, o trabalhista João Goulart, aconteceria apenas sob a pressão de parte do Congresso Nacional e de parcelas do exército brasileiro favoráveis à legalidade institucional. A mobilização popular, bem como a férrea discussão em torno das reformas de base, seriam a tônica do governo de Jango.

Especificamente no campo das esquerdas, o descontentamento de novos e velhos militantes em relação à burocracia e à rígida estrutura partidária do PCB, paulatinamente criaria o ambiente propício para o surgimento de novas organizações comunistas no Brasil. É certo que muitos dos grupos surgidos a partir de então não eram cisões do velho partido, porém, mesmo quando constituídos fora da órbita pecebista, o interlocutor político continuava sendo mesmo o PCB.

Para muitos dos quadros do partido já experimentados pela longa clandestinidade e, para os jovens dispostos a aderir à causa do socialismo, o PCB representava as lutas históricas da esquerda no país. Levantar-se contra este passado repleto de significação política implicava em apresentar alternativas concretas ao tão criticado “imobilismo” do partido. Marco Aurélio Garcia analisa assim aquele momento:

Dois fatores serão decisivos neste início dos anos 60: Cuba e China. *A evolução rápida da situação cubana mostrava como a aplicação de um programa de reformas se chocava desde o começo com o imperialismo e com a burguesia e que a única alternativa era a radicalização do processo.* [...] (GARCIA, 1979, grifo nosso).

Evidentemente, nem toda a militância julgava impossível a implementação das reformas como afirma Marco Aurélio Garcia e, grupos como a AP (Ação Popular), por exemplo, só iriam aderir definitivamente à luta armada após 1964. Àqueles que apostaram na radicalização do processo o PCB atribuiu a pecha de “aventureiros de esquerda”; já os que permaneceram no PCB eram tidos pelos demais como “reboquistas” e, assim, entre acusações e rachas, começava a se delinear a Extrema Esquerda brasileira.

Com o surgimento das primeiras organizações comunistas alternativas ao PCB, nos vemos novamente frente à questão da afirmação de identidade desses grupos. Como já exposto anteriormente, buscar-se-á aqui compreender não apenas a constituição dessa ‘Nova Esquerda’ por meio da busca de uma identidade, mas também, como a afirmação de um novo discurso político-ideológico por estes agrupamentos incorreu em escolhas ou alinhamentos diferentes daqueles até então buscados pela “esquerda tradicional”, representada pelo PCB.

A busca de uma nova fórmula de atuação pelas organizações revolucionárias ocasionaria diretamente o redimensionamento do campo das esquerdas e, em segundo plano, mudaria a própria composição de forças do jogo político brasileiro. O Partido Comunista que até então detinha a hegemonia nos movimentos de massa, passará a concorrer com os recém-criados grupos pelo direito de falar em nome das classes trabalhadoras, ou seja, de ser seu representante histórico legítimo.

Como se deu efetivamente a fundação desse discurso político auto-intitulado como “revolucionário” pela Extrema Esquerda? O que reivindicavam os novos grupos comunistas, surgidos ou não do interior do PCB?

Certamente as respostas para tais indagações só podem ser encontradas se pensarmos o surgimento da Extrema Esquerda brasileira como conseqüência de um conjunto de relações sociopolíticas no qual os grupos de indivíduos buscavam a todo custo se reconhecerem e serem reconhecidos como a “vanguarda” do movimento comunista. Na tentativa de fixar seu discurso, ou em outros termos, de impor sua visão de mundo em detrimento das demais, as novas organizações pouco a pouco sedimentavam um elenco mínimo de postulados que gradativamente ia incorporando elementos constitutivos daquilo que posteriormente seria seu arcabouço teórico. No constante embate pela consolidação de seu lugar/espço diante dos restantes, os grupos revolucionários promoviam “manobras” de afirmação voltadas ao mesmo tempo para dentro e para fora de seus quadros. Tomando ainda algumas palavras de Dulce Pandolfi a respeito desse processo:

De maneira bastante simples, pode-se dizer que buscar uma identidade é forjar uma imagem de si, para si e para os outros. Por ser o resultado de uma interação, que implica uma afirmação do “nós” diante dos “outros”, a identidade é sempre um fenômeno contrastivo. [...]. (PANDOLFI, 1995, p. 14).

Assim como ao longo de sua trajetória o PCB afirmou sua identidade, ou seja, sua visão de mundo em contraposição às dos demais grupos, anarquistas, trotskistas, petebistas etc., as organizações revolucionárias que surgiram no limiar da década de 60, se esforçariam por constituir uma identidade, ou se preferirmos, um discurso político-ideológico próprio, justamente em prejuízo daquele sustentado pelo PCB.

É na disputa pelo direito de falar em nome do “proletariado”, do “campesinato”, das classes exploradas pelo capital, que os grupos de extrema esquerda irão lentamente forjar suas respectivas identidades políticas. Todas as organizações revolucionárias, inclusive o PCB,

julgaram ao longo dos anos 60 e 70, serem portadoras do melhor e mais correto discurso, da proposta mais exequível, enfim, das chaves necessárias para o triunfo da revolução no Brasil.

Pierre Bourdieu (2002) intitula como “profanos” àqueles que não participam diretamente do jogo político. Para o sociólogo, o termo “profanos” qualifica o conjunto dos indivíduos que não são “profissionais da política”¹¹, isto é, os eleitores de forma geral. No entender de Bourdieu:

O campo político é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos, ou melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribuiu ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. [...]. (BOURDIEU, 2002, p. 185).

É evidente que para a Extrema Esquerda brasileira o “campesinato” e o “proletariado” não possuíam o mesmo estatuto político daqueles aos quais Bourdieu designa como “profanos”. As organizações almejavam, é claro, que trabalhadores rurais e urbanos aderissem ao seu projeto revolucionário. Entretanto, os grupos se interessavam por esses indivíduos não na condição de meros eleitores, mas sim, de militantes que no momento oportuno se levantariam em armas pela revolução. O fato é que nenhuma das organizações conseguiu um número expressivo de prosélitos entre os trabalhadores no campo ou na cidade. Este “apoderar-se” das palavras dos “profanos”, ou mesmo de seu silêncio – como nos assevera Bourdieu –, levaria os grupos armados já no pós 64 àquilo que Marcelo Ridenti (1993, p. 243) caracterizaria como uma espécie de “ilusão representativa”, ou seja, os grupos armados, imaginando agir em nome do “povo brasileiro”, se isolavam cada vez mais das camadas sociais às quais supunham representar politicamente.

¹¹ Como “profissionais da política” Bourdieu denomina os envolvidos de forma direta na elaboração e propagação de “produtos políticos”, candidatos, jornalistas, cientistas políticos, membros da burocracia dos partidos etc. Podemos entender esses produtos como sendo, por exemplo, programas partidários, discursos eleitorais, notícias jornalísticas, análises políticas nos meios de comunicação entre outros. A discussão em torno dessa temática encontra-se no capítulo: “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Está claro que o campo político ao qual nos referimos – o da esquerda comunista no Brasil dos anos 60 –, não é exatamente o mesmo campo do qual nos fala Pierre Bourdieu. Este autor alude à um espaço simbólico no qual as forças políticas concorrem entre si pelo direito de falar em nome dos profanos e, é claro, pelo domínio do campo. Além de que, a realidade social à qual se reporta Bourdieu, refere-se a um sistema político-partidário concebido nos moldes da democracia representativa, com pleitos, campanhas eleitorais etc. O objeto em questão neste trabalho está inserido em uma realidade bastante diversa, pois, ainda que existisse no Brasil um conjunto de instituições democráticas e conseqüentemente eleições livres como em qualquer outro país, os grupos revolucionários não sustentavam qualquer aspiração pelo poder político alcançado dentro do que se denominava a “democracia burguesa”.

É certo que o PCB almejava a legalidade política solapada em 1947, tanto que se lançou em uma campanha pelo registro do partido nos primeiros anos da década de 60. Porém, tanto as cisões do partido como o PC do B e, mais tarde as DIs (Dissidências)¹², quanto os grupos organizados à sua margem, como a POLOP e a AP, havia muito defendiam o abandono dos meios eleitorais. O fato é que a despeito de não constituírem um “campo político” nos moldes tradicionais, as organizações da Extrema Esquerda brasileira também se desdobravam em disputas pela hegemonia daquele espaço em permanente transformação. Considerando-se todas portadoras do único instrumento teórico adequado à avaliação da realidade, o marxismo, e ao mesmo tempo tendo como perspectiva histórica a inevitabilidade da revolução socialista, organizações comunistas de todos os matizes lutariam, cada uma a seu modo, pela redenção dos brasileiros secularmente explorados pelo latifúndio e o imperialismo.

¹² As DIs (Dissidências), como ficaram conhecidas, se constituíam em agrupamentos – geralmente no meio universitário – que ainda no interior do PCB passariam a fazer oposição às teses do partido. Dentre as mais conhecidas figuram a DISP (Dissidência do PCB de São Paulo), que daria origem a ALN e a DI-GB (Dissidência do PCB da Guanabara), que após o rompimento definitivo com o partido adotaria a sigla de MR-8, em homenagem à Che Guevara, morto na Bolívia em 8 de outubro de 1967.

Outra diferença fundamental entre o “campo político” conceituado por Pierre Bourdieu (2002, p. 163-207) e aquele no qual a Extrema Esquerda brasileira se compreendia, reside no fato de que num jogo eleitoral, tal qual conhecemos, a legitimação dos profissionais da política frente aos “profanos” se dá naturalmente por meio do sufrágio, de forma que exista uma delegação de poderes dos votantes em favor dos votados. O mesmo não se aplica à dinâmica das organizações comunistas aqui analisadas, pois, embora as mesmas se arrogassem como a vanguarda das “classes operária e camponesa”, não pretendiam simplesmente representar tais classes. No processo revolucionário, o papel central da vanguarda, seja ela política ou militar, se daria na medida que esta detivesse a consciência e os instrumentos teóricos para conduzir as massas à revolução. No entanto, segundo o discurso dos grupos àquela época, seriam as próprias massas que subverteriam a ordem estabelecida.

Comparando os mecanismos de funcionamento de um campo político nos termos da democracia representativa e a disposição orgânica na qual se assenta a própria idéia de “vanguarda revolucionária”, notamos claramente que segundo esta última, o indivíduo ou, os indivíduos – se levarmos em conta o conceito marxista de classe –, não seriam apenas representados politicamente pelos grupos comunistas brasileiros, como também, na condição de agentes, fariam parte direta do processo transformador engendrado pela revolução. As massas, termo genérico que designava o conjunto dos trabalhadores rurais e urbanos explorados pelo capitalismo, não delegariam a tarefa da revolução para a vanguarda, seriam elas mesmas as promotoras de sua libertação.

A nova velha esquerda brasileira

O processo de constituição de uma determinada identidade geralmente implica em uma ruptura com o que vem anteriormente a ela, ou ainda, ruptura diante daquilo a que ela irá se opor. Sentido de pertencimento e continuidade temporal, a identidade em última instância proporciona a coesão interna de um grupo. Analisar a constituição da Extrema Esquerda no Brasil por meio dessa perspectiva naturalmente resulta em diversas questões que não podem ser deixadas de lado.

Como poderíamos explicar, por exemplo, a questão da continuidade temporal no âmbito dos grupos revolucionários brasileiros nos anos 60? Se o ponto nodal na constituição dessa “Nova Esquerda” é justamente a ruptura com a prática política representada pelo PCB, de qual passado as recém despontadas organizações se consideravam continuadoras? Embora negassem o legado institucional do PCB – à exceção do PC do B, é evidente –, os novos agrupamentos não deixariam de reverenciar os “centros comunistas internacionais” aos quais o velho partido também de reportava. Houve ou não ruptura neste sentido?

Excetuando-se o PC do B, que como veremos em momento oportuno reivindicaria a todo custo o passado do partido fundado em 1922, o restante das organizações revolucionárias não se reconheciam exatamente na condição de continuadoras da “missão” histórica do PCB. Deste modo, o sentido de continuidade temporal nos grupos remetia não apenas à história das lutas do velho partido, mas sim, a um conjunto de elementos que poderíamos chamar de “cultura comunista”, ou seja, “[...] uma determinada visão de mundo, compartilhada por todos aqueles vinculados a uma tradição que se consolidou com a vitória da Revolução Russa de 1917 e se identificou com o modelo de sociedade que foi implantado na URSS. [...]”. (PANDOLFI, 1995, p. 35).

Essa cultura comunista, como atesta Dulce Pandolfi (1995), excede à presença do PCB na história política brasileira, diz respeito não somente à trajetória deste partido. Transcende aos movimentos de esquerda no Brasil, vai além, abarca as revoluções russa e chinesa, o

pensamento de Marx, Lênin e Rosa Luxemburgo, ou seja, tem por excelência um caráter internacionalista. Imbuídos de uma noção teleológica da história, na qual a revolução era concebida como um desdobramento natural do capitalismo (REIS Fº, 1990, p. 107-110), os grupos não pretendiam levar adiante a “tarefa inacabada” do PCB, organização engessada em burocracia; buscavam sim, fazer triunfar a revolução brasileira, parte menor de uma transformação que por certo abrangeria toda a América Latina, e no limite, o mundo inteiro.

Reverenciar os centros comunistas internacionais, assim como fazia o PCB, não significava se equiparar ao partido, muito menos compartilhar de sua visão de mundo e discurso político. Comemorar o aniversário da Revolução de Outubro não era apanágio apenas dos pecebistas, a vitória dos bolcheviques não pertencia ao PCB, mas sim, ao proletariado mundial e sua vanguarda.

Nos órgãos de propaganda das organizações de extrema esquerda brasileiras, as menções aos países comunistas eram fartas e variadas. De acordo com o alinhamento teórico-ideológico de cada grupo, dava-se mais atenção a este ou àquele exemplo revolucionário, sendo que, em alguns casos, não se diferenciava muito do discurso pecebista acerca das várias revoluções. Ao se remeter à história do MCI (Movimento Comunista Internacional), as novas organizações procuravam fundamentar sua postura e prática política, e o passado neste ínterim servia para justificar as estratégias do presente.

Especificamente com relação a Cuba:

O exemplo cubano colocava para a esquerda brasileira pelo menos três questões importantes: (1) a atualidade do socialismo; (2) o problema da necessidade da via armada e da destruição do aparelho de Estado para que a revolução assegurasse suas conquistas; e (3) o fato de que o processo havia sido dirigido por uma força que não o Partido Comunista (em Cuba, PSP), que até uns meses antes da tomada do poder se havia oposto a Fidel e seus companheiros, acusando-os de “aventureiros”. (GARCIA, 1979).

Pandolfi acredita que um acontecimento – referindo-se à Revolução Russa de 1917 – pode ter um alto poder de mobilização e converter-se no que a autora chama de “idéia-força”.

Citando Marco Aurélio Garcia (1991, p. 10 apud PANDOLFI, 1995, p. 51-52):

[...] a importância de uma revolução está dada não só pelas transformações econômicas, sociais e políticas que ela é capaz de produzir, mas também, e talvez principalmente, pela força do seu exemplo, por sua capacidade de ocupar o imaginário de gerações futuras e de se transformar, para elas, em um paradigma intelectual e de ação. [...].

Seja na condição de “idéia-força”, ou ainda como “paradigma de ação”, a Revolução Cubana passaria a figurar no discurso dos diversos grupos de extrema esquerda no Brasil, e sua recepção se converteria em um dos elementos que constituiriam ou, se preferirmos, instituiriam as identidades das organizações comunistas brasileiras nos anos 60. No decorrer do trabalho será avaliado como cada uma delas realizou a leitura do exemplo cubano e o articulou com suas experiências acumuladas no decurso do breve período em que atuaram.

Quanto à existência de uma “Nova Esquerda” no Brasil, a análise do pensamento e da prática das diferentes organizações deixa claro que se existiram rupturas com a experiência política anterior, da mesma forma houve continuidade. Mesmo os postulados acerca da revolução por etapas, propugnada pelo PCB, não seriam integralmente abandonados por todos os grupos, sendo que alguns deles ainda sustentariam que o socialismo não poderia ser imediatamente implantado no país. Ademais, a rígida estrutura interna do partido, caracterizada pela severa disciplina e duramente criticada pelos novos agrupamentos, também entre eles se tornaria usual.

Os conceitos de “Nova esquerda” e “Esquerda Revolucionária” encerram um significado que não pode ser tomado pelo pesquisador sem a devida acuidade. Que as organizações revolucionárias se intitulassem dessa forma é perfeitamente plausível, pois, pretendiam fixar uma posição frente ao que até então era concebido como esquerda. Contudo, a idéia geral expressa por esses conceitos tem de ser ponderada em razão do entendimento do objeto estudado. Pensar a respeito da “Nova Esquerda” requer pôr em dúvida os próprios limites dessa definição, avaliar até que ponto houve rupturas em relação àquilo que se pretendia contestar e, em que medida tais rupturas concorreram para uma nova forma de intervenção política na sociedade. Além disso, é certo que os dirigentes, bem como os

milитantes do PCB, também se julgavam *revolucionários*, de forma que esse termo não é qualificativo apenas dos grupos que eventualmente pegaram em armas nos anos 60 e 70. A não observância de tais limites conceituais acarreta fatalmente ao pesquisador pensar seu objeto a partir de chaves interpretativas que são em último caso fornecidas pelo objeto mesmo.

Capítulo 1. A Extrema Esquerda brasileira no pré 64: recepções da Revolução Cubana.

Estávamos, em 1964, no rescaldo da revolução cubana, a primeira revolução socialista na América. Tudo o que era tido, antes, como absolutamente impossível passa a se tornar possível depois de Cuba. Os jovens da época passaram a acreditar que, depois de Sierra Maestra, poderiam ser os Andes e, aqui, revolucionários de lanterna em punho, procurávamos a serra brasileira da qual partiríamos para a conquista do poder. (SINGER, 1997, p, 19).

No presente capítulo o foco da análise recairá sobre as organizações da Extrema Esquerda brasileira que surgiram antes do golpe civil-militar de 1964. Será avaliado de que maneira as Ligas Camponesas, a ORM-POLOP, a AP e o PC do B receberam o exemplo da Revolução Cubana. O estudo de tais grupos nesse período revela que mesmo antes da instauração da ditadura no Brasil a questão da luta armada já estava colocada para determinados setores da esquerda como uma das tarefas da revolução brasileira.

No histórico das relações entre os dirigentes cubanos e as esquerdas do Brasil destaca-se a atuação das Ligas Camponesas, a primeira organização que efetivamente manteve contato com as lideranças de Cuba. Alguns dos postulados centrais no discurso político das Ligas seriam largamente debatidos no seio do movimento comunista brasileiro antes e depois de 64, sendo o principal deles a primazia dos trabalhadores rurais no processo revolucionário. O apoio de Cuba às Ligas Camponesas no limiar dos anos 60 seria um preâmbulo do relacionamento que os cubanos manteriam com diversos grupos armados no Brasil até meados da década de 70.

1.1. Os primeiros impactos da Revolução Cubana na Extrema Esquerda brasileira: as Ligas Camponesas.

Antes de mais nada é preciso justificar porque as Ligas Camponesas figuram junto às outras organizações da Extrema Esquerda brasileira analisadas neste trabalho.

Para situar esta organização no contexto das lutas políticas de esquerda no Brasil entre as décadas de 50 e 60, temos primeiramente que levar em consideração as origens desse movimento. Tais origens diferenciam sobremaneira as Ligas Camponesas dos demais grupos de esquerda que surgiram a partir do início dos anos 60 e, que de forma difusa redefiniriam o cenário político de então. Se comumente as Ligas Camponesas não foram tratadas pela historiografia como uma organização da Extrema Esquerda, isto se deve ao fato de que é somente após 1960-1961 que o grupo adota claramente uma posição política autônoma e desvinculada das teses pecebistas acerca da realidade nacional, de modo que ao longo de praticamente toda sua existência as Ligas foram associadas à imagem do PCB (AZEVEDO, 1982, p. 85).

O surgimento das primeiras Ligas no Brasil data ainda da década de 40. Segundo Fernando Antonio Azevedo (1982, p.55), após o processo de redemocratização do país iniciado em 1945, o PCB que acabava de reconquistar a legalidade política, coordenou no campo a criação de inúmeras associações de caráter civil. Havia por parte do partido um duplo interesse: primeiro arregimentar e organizar trabalhadores rurais em torno de suas reivindicações sociais e, concomitantemente, expandir a ação do partido para além dos centros fabris urbanos.

A constituição de associações rurais civis sob a égide do PCB era efetivamente uma maneira de preencher o espaço deixado pela legislação trabalhista que, na forma da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) promulgada em 1943, contemplava apenas os trabalhadores urbanos. Referindo-se à CLT José Murilo de Carvalho afirma o seguinte: “Em toda essa legislação houve um grande ausente: o trabalhador rural. Embora não fossem explicitamente excluídos, exigia-se lei especial para sua sindicalização, que só foi introduzida

em 1963. [...]”. (CARVALHO, 2001, p. 123). A defasagem de vinte anos para que a legislação trabalhista fosse estendida ao campo denota em última instância o peso do latifúndio na política brasileira de então.

Embora não fossem exatamente sindicatos rurais, dada a complexidade que envolvia a criação e registro de tais entidades de classe, as associações rurais surgiam por toda parte do Brasil, aglomerando pequenos produtores, posseiros e assalariados de grandes propriedades. De acordo com Azevedo, a ação dessas organizações quando de seu surgimento estava, com efeito, em consonância à estratégia política do PCB, ou seja,

[...] as Ligas e as associações rurais da época, ao se subordinarem à consigna da aliança operária-camponesa e à política de acumulação de forças que marcava, tacitamente, a ação do Partido Comunista, naquele momento, tornam-se incapazes de ganhar nitidez e autonomia política próprias [...]”. (AZEVEDO, 1982, p. 56).

Quando em 1947 o PCB é mais uma vez arrojado na ilegalidade, o conjunto das Ligas e associações rurais ligadas ao partido é igualmente golpeado pela repressão policial-militar. Desse modo, o florescente movimento de trabalhadores do campo que dava seus primeiros passos em direção às conquistas sociais seria duramente penalizado. As ligas Camponesas reapareceriam de novo apenas em meados dos anos 50.

Quanto a atuação das Ligas Camponesas no Brasil, o exemplo que especialmente ilustra os movimentos sociopolíticos no campo durante o período é sem dúvida a Liga do Engenho Galiléia. Localizado em um município do interior pernambucano, o referido engenho ficaria nacionalmente conhecido em razão do surgimento da SAPPP (Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco). É claro que não se exclui aqui a importância de outros movimentos sociais que à época atuavam no campo brasileiro, de modo que a atenção dispensada à SAPPP, decorre do papel que em particular essa sociedade rural desempenhou na consolidação das Ligas Camponesas no país.

O advento de uma associação rural como a SAPPP precisamente em um antigo engenho de cana de açúcar não é na verdade um fato isolado. “No nordeste, a crise da cana

levaram os senhores de engenho a arrendar suas terras a foreiros [...]. Quando, porém, durante o período da guerra, de 1939 a 1945, os preços do açúcar se elevaram, passaram a expulsar os seus foreiros”. (MARTINS, 1995, p. 65). Quando os trabalhadores não eram sumariamente expulsos das terras dos engenhos, podiam permanecer desde que abandonassem qualquer cultivo que não fosse o da cana.

É num processo parecido com o acima descrito – embora dez anos após o término da 2ª Guerra Mundial –, que em 1955 no Engenho Galiléia é fundada a SAPPP. A criação da entidade tinha entre os vários objetivos criar escolas e prestar assistência jurídica e médica para os foreiros do engenho, além disso, as famílias ali residentes já vinham sofrendo pressões do proprietário das terras na forma de sucessivos aumentos no foro¹ que anualmente eram submetidas a pagar. Refletindo a respeito do auxílio prestado pela sociedade rural aos moradores do Engenho Galiléia e, do alto índice de adesão à recém fundada associação, Azevedo afirma o que segue:

Tais itens representavam as reivindicações mínimas, capazes de mobilizar os camponeses daquele engenho em torno da SAPPP. Estes eram *foreiros*, pequenos arrendatários que pagavam ao proprietário, um absenteísta que vivia na capital, uma renda da terra em forma de aluguel anual (foro), e se dedicavam à produção de subsistência, através do cultivo de uma lavoura branca, vendendo o seu pequeno excedente na própria região da Zona da Mata. (AZEVEDO, 1982, p. 60, grifo do autor).

De qualquer forma, além de prestar às pessoas assistência sob vários aspectos, a SAPPP serviria de esteio para a resistência dos moradores contra as consecutivas tentativas de despejo que sofreriam daí em diante. A partir de então, a presença policial no Engenho Galiléia se tornou uma constante e, a gravidade do conflito só fez se acirrar.

Para compreendermos mais profundamente a irrupção no campo de movimentos como o das Ligas Camponesas, temos decerto que levar em consideração não só os conflitos propriamente ditos, mas igualmente as transformações mesmas pelas quais passava o país nos

¹ O foro era uma espécie de “aluguel” anual imposto a quem produzia em terra alheia com o consentimento do proprietário. Para José de Souza Martins é justamente a questão da “renda da terra” que gerou inúmeros conflitos no campo brasileiro durante as décadas de 50 e 60 (MARTINS, 1995, p. 79-80).

anos 50. José de Souza Martins em trabalho publicado no início da década de 80 examina tal fenômeno nos seguintes termos:

Na verdade, as Ligas surgiram no contexto mais amplo não só da expulsão de foreiros e da redução ou extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional. Essa crise se particularizou numa tomada de consciência do subdesenvolvimento do Nordeste e particularmente numa ação definida da burguesia regional no sentido de obter do governo federal não mais uma política paternalista de socorros emergenciais nos períodos de seca grave, mas sim de uma efetiva política de desenvolvimento econômico. Isso queria dizer, uma política de industrialização do nordeste. (MARTINS, 1995, p. 77).

A crise política regional a qual se refere Martins, só reforça ainda mais a idéia de que o choque de interesses entre a burguesia local nordestina e as populações rurais do interior dos estados, invariavelmente prejudicava estas últimas. Historicamente marginalizadas, as massas de trabalhadores rurais, sejam de foreiros, meeiros ou assalariados, sempre estiveram à mercê dos grandes proprietários de terras. Sob a forma política do coronelismo, as relações entre trabalhadores despossuídos e o abastado patronato rural nordestino, permaneceram indefinidamente fora do alcance da lei. Na Bahia, uma pequena classe de detentores rurais chegou mesmo a estar fora de controle do poder sediado na capital. “[...] Em suas fazendas, e nas de seus iguais em outros estados, o braço do governo não entrava”. (CARVALHO, 2001, p. 55.).

A associação rural do Engenho Galiléia, em face às duras investidas da polícia pernambucana, encontrou em Francisco Julião mais que um mero defensor de seus direitos. O advogado, por meio de denúncias das arbitrariedades cometidas contra os foreiros e suas famílias, disseminaria em toda a grande imprensa do Recife a contenda entre o proprietário das terras e os trabalhadores. Mobilizando os partidos políticos opositoristas da capital, Julião conseguiu chamar a atenção da opinião pública para o litígio que até aquele momento era fato desconhecido pela maioria.

No final do ano de 1955 é realizado na capital do estado o *I Congresso Camponês de Pernambuco*. O evento propiciaria a ocasião para que outras associações de trabalhadores rurais pudessem debater e trocar suas experiências locais. Com a participação de milhares de

trabalhadores do campo, o incipiente movimento começava a se estruturar em âmbito regional e da mesma forma a preocupar os segmentos conservadores da elite pernambucana.

Foi nesse congresso que a Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco se transformou numa associação estadual com a necessária amplitude para atuar em vários municípios. Também durante o encontro foi eleita a primeira diretoria das Ligas. Na verdade, é desse congresso que nasce a estrutura orgânica das Ligas Camponesas e se amplia a sua ligação com as camadas populares e os setores mais progressistas da capital, que passam a formar uma base de apoio fundamental para a ação política na área rural [...]. (AZEVEDO, 1982, p. 67).

Da consolidação das Ligas Camponesas em meados da década de 50 até a inédita decisão judicial para que as terras do Engenho Galiléia fossem desapropriadas em benefício dos foreiros em 1959, a trajetória desse movimento iria de maneira crescente pôr em xeque a secular estrutura fundiária brasileira. Entretanto, como veremos em seguida, a luta pela reforma agrária empreendida neste interregno seria pautada, sobretudo, por uma orientação pacifista e democrática. As reformas na estrutura de terras do país se dariam na medida em que representantes dos trabalhadores rurais fossem eleitos para as Assembléias Legislativas e promovessem mudanças na Constituição. Neste passo, se buscariam alternativas políticas para o problema agrário do Brasil. Dentro dessa perspectiva o próprio Francisco Julião seria eleito deputado federal pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro).

A Constituição Federal promulgada em setembro de 1946 marcaria o reingresso do país ao regime democrático após quase um decênio de ditadura estadonovista. Sob a nova carta constitucional os brasileiros puderam novamente escolher seus representantes em eleições livres, porém, a restauração da democracia não significou necessariamente um sistema eleitoral de fato horizontalizado. “[...] O eleitorado foi formado com a exclusão dos analfabetos e dos convocados para as forças armadas. Esta exclusão de mais da metade do eleitorado brasileiro deveria ser mais tarde alvo de propósitos reformistas e aceso debate”. (SKIDMORE, 2003, p. 91). As questões referentes ao sistema eleitoral não seriam as únicas que posteriormente gerariam intensas discussões políticas no Brasil. No que respeita diretamente a estrutura fundiária o texto constitucional estabelecia o seguinte:

É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, *mediante prévia e justa indenização em dinheiro*. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior. (CONSTITUIÇÃO..., 1964, p. 58, grifo nosso).

Pela Constituição de 1946 a estrutura fundiária do país continuava inalterada e, a distribuição de terras por meio da reforma agrária praticamente impossível. O artigo constitucional 141 em seu parágrafo 16 regularizava as desapropriações por interesse social, porém, as indenizações aos proprietários legais teriam de ser pagas previamente e apenas em dinheiro. Tal disposição tornava o acesso à terra uma mera peça textual da constituição, pois, o processo de desapropriação de terras realizado nesses moldes era demasiadamente demorado e dispendioso.

Neste ínterim, a atuação das Ligas Camponesas até princípios dos anos 60 esteve por um lado submetida à legislação vigente e, por outro, atrelada à concepção pecebista de reformas parciais dentro dos marcos democráticos. Além do PCB, outros setores da sociedade também almejavam a direção dos movimentos no campo, dentre eles, notadamente a Igreja Católica.

Em outubro de 1961, numa reunião da CNBB, é assinalada a gravidade da situação no meio rural, os desequilíbrios regionais produzidos pela forma do desenvolvimento nacional. O grande temor era de que os comunistas estivessem preparando as guerrilhas no campo, o que não tinha o menor cabimento, uma vez que desde 1958 a política do PCB era a da aliança com a burguesia nacional [...]. (MARTINS, 1995, p, 88).

O interesse da igreja pelo movimento dos trabalhadores rurais aumentava ao passo que o alto clero percebia o agravamento dos conflitos no campo. A violência exercida por grandes proprietários de terra já não passava incólume às populações urbanas, que pela imprensa progressista eram colocadas a par da agitada atmosfera vivida no interior do país. Sob pena de ver instalada a tão temida desordem, a igreja teve que amenizar seu discurso acerca da inviolabilidade da propriedade privada. Destarte, as desapropriações não seriam um atentado ao direito de posse se atendessem ao bem comum e, é claro, mediante justa indenização.

Para José de Souza Martins (1995, p. 88), a estratégia do clero conservador era implementar por diversos meios a transformação dos trabalhadores rurais das áreas em conflito em pequenos proprietários de terra. A consolidação de uma classe de pequenos proprietários se prestaria a ser uma barreira ao avanço do comunismo no campo. Assim, facilitar o acesso à pequena propriedade deixaria o grande latifúndio ileso à reforma agrária. Contudo, uma das únicas maneiras da igreja atingir tais objetivos seria impedir que o PCB conquistasse de maneira efetiva a direção do movimento no campo. Como veremos em seguida, nem a igreja e muito menos o partido conseguiriam tomar a frente das Ligas Camponesas. Em 1963 os comunistas alcançariam somente o comando da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), e mesmo assim com a ausência das Ligas, que por esta altura já haviam rompido com as posições pecebistas.

Não obstante as Ligas terem sido comumente associadas à ação do PCB, principalmente na imprensa e nos documentos dos órgãos governamentais de informação, o fato é que as ligações da organização com o partido se realizavam ordinariamente por intermédio de um grupo de militantes comunistas dirigidos por Clodomir dos Santos Moraes. O conjunto desses indivíduos ficaria conhecido com o decorrer do tempo como grupo “anti-partido”. A atuação do PCB no interior das Ligas Camponesas se deterioraria principalmente após a realização de seu V Congresso. Por esta ocasião o partido definiria claramente as diretrizes que norteariam as lutas sociais no campo. Conforme esclareceu Denise Rollemberg: “[...] As decisões do V Congresso do PCB, de setembro de 1960, haviam subordinado esta luta à tática da chamada etapa nacional-democrática, prevendo uma aliança de classes ampla e não o confronto de seus interesses. [...]”. (ROLLEMBERG, 2001a, p. 22).

A política de alianças do PCB definitivamente não mais agradava aos dirigentes das Ligas. As discordâncias do grupo “anti-partido” com a direção pecebista desenrolaram-se em

escalada até novembro 1961, quando no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte, o grupo seria finalmente expulso do partido comunista.

A trajetória e os momentos de inflexão política e ideológica das Ligas, que passam ao largo do controle do Estado e do pacto populista, refletem até certo ponto, os impasses e as contradições da esquerda brasileira diante da questão agrária e das tarefas do que seria a revolução brasileira. Nesse sentido, as Ligas antecipariam algumas das discussões que só seriam colocadas inteiramente depois do golpe de 64 e do debacle ideológico do PCB [...]. (AZEVEDO, 1982, p. 79).

Evidentemente as Ligas Camponesas não foram a única organização com a qual o PCB manteve contato no campo. Além da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), o partido mantinha estreitos laços com inúmeras outras associações de trabalhadores rurais em todos os estados brasileiros. A ULTAB era, no entanto, o braço dos comunistas no meio rural e, por meio dela, eles tentavam imprimir às lutas no campo sua direção política. Consoante com a visão do PCB, os movimentos sociais no meio rural teriam por finalidade catalisar as reivindicações mais imediatas das populações do campo, como melhores salários e condições de trabalho e, concomitantemente, acumular forças em face à etapa “nacional-democrática” vivida pelas lutas políticas no Brasil. “[...] Em outros termos, a Resolução Política [elaborada pelo partido] atrelava a questão agrária ao objetivo principal que nortearia a etapa política da revolução brasileira e que seria eminentemente nacionalista. [...]”. (AZEVEDO, 1982, p. 88).

No que diz respeito ao V Congresso do PCB, as lideranças das Ligas Camponesas não compactuariam com as teses que relegavam ao segundo plano os movimentos de contestação no campo. Para o comando da organização, o “campesinato” teria papel central na luta pela reforma agrária e por outras reformas que beneficiassem as parcelas sociais excluídas.

As divergências em torno da questão agrária, do papel e do peso do campesinato nas lutas sociais e da relação entre ações táticas e os objetivos estratégicos já indicavam a apreensão pelas Ligas, de uma visão mais acabada e orgânica, do ponto de vista político e ideológico, sobre o caráter e as formas de condução da revolução brasileira. [...]. (AZEVEDO, 1982, p. 89).

Podemos constatar que uma série de eventos concorreu para que o discurso político das Ligas Camponesas operasse tal transformação.

[...] *Essas posições “anti-partido” tornar-se-iam hegemônicas na Ligas, na medida em que estas passam a incorporar e a sistematizar teoricamente a experiência da revolução cubana, deflagrada do campo para a cidade por um núcleo guerrilheiro desvinculado do PC, queimando “etapas”, instaurando o socialismo e promovendo uma reforma agrária avançada e baseada no coletivismo. (AZEVEDO, 1982, p. 89, grifo nosso).*

É exatamente em 1959, ano em que o exercito rebelde de Fidel Castro toma o poder em Cuba, que a SAPPB obtém a desapropriação das terras do Engenho Galiléia. Mesmo que um caso isolado, concebido dentro da legislação, a vitória dos foreiros não poderia deixar de ser tomada como uma formidável conquista das Ligas. Soma-se a isso a realização em 1960 do V Congresso do PCB, do qual adviriam as resoluções políticas que iriam provocar a ruptura definitiva entre Ligas e partido.

1.2. A radicalização no discurso das Ligas Camponesas: o auxílio cubano à luta armada.

O processo mediante o qual o discurso das Ligas se radicaliza está intimamente ligado ao advento da Revolução Cubana em 1959. Todavia, parece claro que não é apenas a revolução que propiciará a guinada político-ideológica desse movimento, já que, como foi explicitado anteriormente, fatores de ordem interna contribuíram para a radicalização das lideranças do grupo. Não resta dúvida de que os atritos com o PCB desempenharam papel decisivo para que as Ligas Camponesas assumissem uma postura política independente e abandonassem em definitivo a perspectiva legalista e democrática que até aquele momento havia conduzido a organização.

Outro elemento que não pode ser desprezado para compreendermos a radicalização das Ligas é a visita feita a Cuba em 1961 por diversos líderes camponeses, dentre os quais Francisco Julião. A experiência de ter visto de perto as transformações que se operavam na

sociedade cubana teve grande peso para o representante do maior movimento social no campo brasileiro. Ao retornar da viagem:

[...] O dirigente das Ligas abandonou a orientação seguida com êxito há vários anos e começou a pregar uma concepção socialista coletivizante da reforma agrária. Tornou-se talvez o primeiro a defender uma das idéias-chave dos anos 60: a do papel principal dos camponeses na revolução socialista, com explícita depreciação da função revolucionária hegemônica atribuída pelo marxismo ao proletariado. [...]. (GORENDER, 1999, p. 43).

O interesse de Julião pela Revolução Cubana e seus desdobramentos era sem dúvida recíproco por parte dos dirigentes da ilha, de sorte que também era patente a atração dos cubanos pelos movimentos sociais progressistas na América Latina. O trabalho de Denise Rollemberg é neste sentido lapidar (2001a, p. 13-20). A autora demonstra como existiu entre as lideranças cubanas um real empenho no que ela nomeia de “exportação da revolução”. Essa espécie de “política externa” praticada por Cuba adquiriu contornos mais definidos com a realização de um evento que teria ampla ressonância no seio das esquerdas comunistas do continente.

Em fevereiro de 1962, o governo cubano lançou, na presença de diversos dirigentes de movimentos sociais da América Latina, a *Segunda Declaração de Havana*, conclamando as massas à revolução através da guerrilha com o apoio de Cuba. O *slogan* “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução” centrava-se na idéia de que a *hora* havia chegado e era preciso se posicionar claramente para o embate. Francisco Julião, dirigente mais conhecido das Ligas, estava presente no evento que soou como um grito de guerra. [...]. (ROLLEMBERG, 2001a, p. 23, grifo da autora).

Afora as conexões entre cubanos e as Ligas Camponesas, Denise Rollemberg investigou também outras organizações da Extrema Esquerda brasileira que mantiveram estreito relacionamento com o governo de Cuba. Entre os vários grupos pesquisados pela autora podemos destacar a ALN, bem como o MR-8 e a VPR. A pesquisa da historiadora teve como eixo temático o apoio cubano à luta armada no Brasil, especialmente no que respeita ao treinamento guerrilheiro que militantes brasileiros receberam na ilha entre os anos 60 e 70. Sem dúvida a referida obra é de grande valia para a pesquisa ora apresentada, ainda que pretendamos abordar não exclusivamente o treinamento militar oferecido pela ilha, mas

também, os aspectos propriamente político-ideológicos que permearam a relação das esquerdas no Brasil com os cubanos.

No bojo da política de “exportação da revolução”, as Ligas Camponesas foram no país o primeiro grupo que efetivamente estabeleceu diálogo com o governo de Cuba (ROLLEMBERG, 2001a, p. 22). Não é estranho que tenha sido justamente esta a organização buscada pelos cubanos, pois, no cenário político brasileiro do início da década de 60, não havia além das Ligas nenhum outro grupo potencialmente inclinado à empresa da guerra de guerrilhas. Poder-se-ia evidentemente destacar a POLOP naquela conjuntura. No entanto, os polopistas se orientavam, sobretudo, pelo modelo clássico da insurreição operária nos centros fabris, de forma que para a organização fundada em 1961, o campesinato ocupava senão um lugar secundário tendo em vista a importância do proletariado urbano no processo revolucionário (MATTOS, 2002, p. 201).

Para o governo cubano de nada adiantaria oferecer apoio aos PCs latino-americanos alinhados à URSS, assim como seria inútil aproximar-se de grupos que reverenciavam tão somente o papel dos operários na revolução. Avançando o raciocínio, podemos entender porque as Ligas Camponesas chamaram tanto a atenção da ilha, uma vez que, tal qual o exército rebelde em Sierra Mestra, a organização brasileira também era composta por um sem número de “camponeses”. Assim, “[...] Cuba viu nesse movimento e nos seus dirigentes o caminho para subverter a ordem no maior país da América Latina”. (ROLLEMBERG, 2001a, p. 22).

Na verdade, desde que a direção das Ligas incorporou a experiência da revolução cubana e a teoria da guerra de guerrilhas, as Ligas já tinham reelaboradas as suas concepções sobre a revolução brasileira, negando seu caráter pacífico e a viabilidade política de se conquistarem reformas estruturais sem um confronto direto com o bloco industrial-agrário. [...] (AZEVEDO, 1982, p. 92).

Quando o grupo “anti-partido” é expulso do PCB em 1961 as Ligas iniciariam realmente os preparativos para a implantação dos focos de guerrilha em vários pontos do país. Nesse instante, os desígnios do partido comunista e os da organização seguiriam por

caminhos que jamais voltariam a se cruzar, e as Ligas camponesas seriam o primeiro grupo no Brasil a pôr em prática o projeto da luta armada no campo.

Com Clodomir Morais, dissidente do PCB, deu-se início à formação dos campos de treinamento de guerrilhas no Brasil com o apoio de Cuba. O momento coincidia com o fim do governo Jânio Quadros, apoiado por Cuba, e o início do governo Goulart. O apoio de Cuba se concretizou na implantação desses *campos*, na verdade, fazendas compradas, em Goiás, Acre, Bahia e Pernambuco [...]. (ROLLEMBERG, 2001a, p. 24, grifo da autora).

O auxílio prestado às Ligas Camponesas pelo governo cubano ia desde o fornecimento de armas e dinheiro até instrução militar. Um pequeno quadro de militantes brasileiros seria treinado na ilha capacitando-se para transmitir as técnicas de guerrilha nos campos instalados no Brasil. “[...] Há informação de que Clodomir Morais e mais 11 membros das Ligas, alguns ex-membros do PCB, teriam feito o ‘curso de guerrilhas em Cuba’, entre 28 de julho e 20 de agosto de 1961 [...]”. (ROLLEMBERG, 2001a, p. 24).

Se a informação que diz respeito ao período do treinamento dos brasileiros em Cuba proceder, ou seja, se realmente o “curso de guerrilhas” foi realizado entre julho e agosto de 1961, é factível afirmar que o rompimento decisivo das Ligas com o Partido Comunista tenha realmente acontecido mesmo antes da direção pecebista expulsar o grupo “anti-partido” de seus quadros, fato sucedido apenas em novembro daquele ano.

No contexto da criação dos campos de treinamento, Francisco Julião se mostrou contrário ao setor das Ligas que já preconizava a guerra de guerrilhas. Este segmento radicalizado da organização passou a criticar abertamente a participação do grupo em eleições, pois a opção pela luta armada era considerada inconciliável com os “tradicionais” e “fracassados” meios de pressão popular, como, por exemplo, a via eleitoral. Para aumentar ainda mais a tensão entre Julião e o grupo favorável à guerrilha, o advogado participou das eleições de 1962 como candidato a deputado federal (ROLLEMBERG, 2001a, p. 24).

[...] Clodomir Morais garante que Julião, que disputava a liderança das Ligas com o grupo [“anti-partido”], jamais entrou em contato com os campos, não tendo sequer idéia das localizações. Ao que parece, Julião, apesar de manter uma imagem radical de si mesmo e das suas posições e estreitas relações com o governo cubano, não esteve envolvido com os planos de formação dos campos de guerrilha e de

implantação do foco com o apoio concreto de Cuba. [...]. (ROLLEMBERG, 2001a, p. 25).

O radicalismo de Francisco Julião talvez fosse algo essencialmente retórico. Ele de fato tinha grande poder de persuasão em seus discursos e matérias jornalísticas, nos quais transmitia uma imagem que no fundo não correspondia à realidade. Na condição do líder de maior projeção das Ligas, Julião acabou imprimindo à organização a fisionomia com a qual esta se apresentava à sociedade, porém, quando do golpe de 1º de abril, não restou nada ao advogado além de contemplar aquilo que toda a esquerda, inclusive ele mesmo, pregava: a investida dos conservadores civis e militares contra Goulart.

Durante o governo de João Goulart as Ligas Camponesas viveram o auge de seu prestígio político no país. De acordo com Fernando A. Azevedo (1982, p. 92), no ano de 1962 a organização já havia se estendido por 13 estados brasileiros. A atuação das Ligas naquela atmosfera das “reformas de base” incitava ainda mais o debate acerca da estrutura de terras do Brasil e, de acordo com a radicalização dos discursos do grupo, formava-se contra as Ligas um gigantesco caudal opositorista.

No plano eminentemente político, a posição de Jango quanto às reformas em geral e, especificamente no tocante à reforma agrária, não agradava nem progressistas nem conservadores. A relutância do Presidente da República em se manifestar clara e definitivamente ante o campo político brasileiro fazia com que a crença em sua incapacidade de governar aumentasse (SKIDMORE, 2003, p. 311).

Manobras por parte do governo em prol da reforma agrária sem dúvida existiram. Cabe questionar, no entanto, o empenho político do poder executivo, que no decorrer do efêmero período em que Jango esteve no poder transitou entre posturas reformistas e conciliadoras. Assim, podemos destacar o projeto de emenda constitucional apresentado pelo PTB no princípio de 1963. Se o partido conseguisse alterar o artigo da constituição que

regulamentava a reforma agrária no país, poderia suprimir a obrigatoriedade da indenização prévia e em dinheiro em caso de desapropriação de terras.

A proposta petebista exemplifica muito bem a volubilidade de Goulart na implementação das “reformas de base”. Mesmo sabendo que diante de um Congresso irredutivelmente conservador a proposta seria barrada nas votações, o partido governista fez finca-pé em não aceitar qualquer solução intermediária.

[...] Goulart, por sua vez, mostrou-se novamente hesitante entre a necessidade de garantir alguma forma de emenda constitucional que permitisse o pagamento das indenizações em títulos (tornando assim possível uma reforma agrária eficaz) e as pressões por uma reforma agrária radical. Acabou optando por apoiar a emenda do PTB até sua derrota em plenário, em outubro de 1963. (FIGUEIREDO, 1997, p. 51-52).

O crescimento das Ligas Camponesas apenas aumentava a polêmica agrária e introduzia na cena política um ator que até aquele instante havia sido mero coadjuvante nas tomadas de decisão do poder público federal: os trabalhadores rurais. As esferas nas quais se decidiam os rumos políticos e econômicos do Brasil já não podiam mais ignorar a presença destes trabalhadores e, daí por diante, quaisquer que fossem as transformações almejadas pela sociedade brasileira, o campo não poderia permanecer excluído.

Thomas Skidmore (2003, p. 309) julga que a ação dos trabalhadores rurais organizados se encontrava em uma “etapa primitiva” em meados de 1963. Para este autor, provavelmente era ignorada a existência de uma considerável rede clandestina de campos de treinamento guerrilheiro coordenados pelas Ligas Camponesas. Ainda que as operações militares jamais tenham passado da fase de preparação, fica demonstrado que a atuação das Ligas não se resumiu unicamente à retórica contra a exploração e o latifúndio.

Para avaliarmos o comportamento das Ligas durante o governo Goulart, bem como seu discurso a respeito da Revolução Cubana, acreditamos ser o jornal *Liga* a maior e mais rica fonte de dados para a análise. O órgão porta voz da organização circulou de outubro de

1962 a dezembro de 1963. Sendo impresso na cidade do Rio de Janeiro, teve cerca de sessenta números publicados.

Nos últimos meses de 1962 as matérias dão muita importância à questão do bloqueio naval a Cuba e aos acontecimentos que seguiram este fato². O cerco da ilha pela marinha norte-americana foi uma resposta de Washington à instalação de mísseis nucleares no território cubano pela URSS. A posição do governo brasileiro é amplamente debatida no jornal, já que o delegado do país junto a OEA, Pena Marinho, teria votado a favor do bloqueio marítimo.

A redação do jornal é incisiva ao deixar bem claro que a posição do governo não exprime a vontade do povo brasileiro, que já consideraria Cuba como uma questão de honra para os latino-americanos. A idéia de que toda a população do país estaria defendendo a Revolução Cubana incondicionalmente está presente não apenas no jornal das Ligas Camponesas, como também nos periódicos do PC do B, AP e POLOP. Naturalmente, existiu no início dos anos 60 o envolvimento de consideráveis parcelas da sociedade com os destinos de Cuba, porém, a atmosfera de irrestrito apoio aos cubanos que se percebe nesses jornais certamente tem de ser relativizada, pois é certo que nem todos os segmentos sociais se identificavam com a ilha socialista.

A posição do governo brasileiro por ocasião do bloqueio naval a Cuba só reforça a perspectiva de que João Goulart e seu círculo político mais imediato passaram por Brasília sob cerrada pressão de conservadores e progressistas. A própria posse de Jango se deu em circunstâncias que já apontavam a complexidade do jogo de forças que o novo governo em vão tentaria arbitrar.

O parlamentarismo foi uma solução institucional adequada aos conservadores interessados em conter o movimento pró-reformas. Dada a maioria conservadora no Congresso, o novo sistema era um garantia adicional contra a implementação de um programa rápido de reformas. [...]. (FIGUEIREDO, 1997, p. 49).

² *Liga*, nº 5, p. 1, 06/11/1962.

Ao término da experiência parlamentarista a vigilância à qual os conservadores submetiam João Goulart se intensificou mais e mais e, neste passo, o governo desgastava sua imagem perante os movimentos sociais encabeçados por progressistas de todos os matizes, nacionalistas, comunistas etc.

Quanto aos setores de esquerda que apoiaram Cuba ao longo do governo de Jango, é importante frisar a realização de um grande congresso de apoio a Revolução Cubana ocorrido na cidade de Niterói em 1963. Embora a presença do PCB tenha sido marcante neste evento, houve também uma maciça participação de entidades suprapartidárias tais como sindicatos e associações populares, o que revela ser o campo de incidência da Revolução Cubana muito mais amplo que os círculos das esquerdas comunistas.³

A questão da reforma agrária em Cuba é talvez o tema mais recorrente nas matérias que o jornal *Liga* publica a respeito da Ilha. O fato da Revolução Cubana ter sido levada a cabo essencialmente por um exército camponês é sem dúvida um ponto chave no discurso da organização brasileira. Quanto à questão agrária lemos o seguinte:

Camponês: A reforma agrária cubana deu a terra ao que nela trabalha. Por isso os latifundiários do continente conspiram contra Cuba. Tua resposta é participar do encontro nacional e do congresso de apoio à revolução cubana que se realizarão este ano no Brasil.⁴

O exemplo cubano figura nas páginas de *Liga* como triunfo de todo o continente, sendo então preciso que todos os povos o defendam das agressões dos Estados Unidos. O congresso ao qual a nota faz menção é o mesmo que citei anteriormente, e a palavra de ordem era: “Nada de recuos: Com Cuba hoje e sempre!”.⁵ Em outra manchete do jornal lemos:

³ A importância que em especial a esquerda dispensou ao Congresso de solidariedade a Cuba em 1963, fica patente nas discussões em torno deste evento que era diariamente debatido nas páginas do jornal *Novos Rumos*, órgão central de propaganda do PCB. Ver: “Declaração de Niterói”, *Novos Rumos* – Suplemento Especial nº 215, 5 a 11 de Abril de 1963.

⁴ *Liga*, nº 20, p. 3, 20/02/1963.

⁵ *Idem*, nº 5, p. 1, 06/11/1962.



Liga, nº 24, p. 1, 27/03/1963.

A identificação das Ligas Camponesas com a Revolução Cubana antecede de algum modo um dos pontos chave nos programas dos grupos armados que viriam a surgir no Brasil após 1964: o campo como palco principal da revolução. Como teremos oportunidade de mostrar posteriormente, a maioria das organizações que se lançariam em armas contra a ditadura tinham a pretensão de fixar bases nas áreas rurais para a ulterior irrupção da “guerrilha camponesa”. Com exceção de um ou outro grupo o projeto nunca passou da fase de planejamento e, os militantes designados para essa tarefa raras vezes conseguiram firmar contatos no campo. As Ligas possivelmente representaram na história da esquerda brasileira dos anos 60 a única possibilidade de uma real participação em massa de trabalhadores rurais num projeto revolucionário. Já no pós 64, a busca infatigável dos grupos armados pelo “camponês guerrilheiro” seria uma empreitada condenada ao fracasso.

Ainda com relação à reforma agrária, o jornal publica vários depoimentos de integrantes das Ligas que estiveram na ilha: “Líderes camponeses visitam Cuba e mostram-se

impressionados com a revolução”.⁶ Essa matéria em especial reproduz as impressões de viagem de Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, camponês assassinado na Paraíba em caso de grande repercussão nacional. O relato de Elizabeth e dos demais integrantes das Ligas na matéria jornalística gira em torno das benfeitorias do regime socialista daquele país, tanto na cidade quanto no campo. Frente ao alarde provocado pela morte de Teixeira, o cineasta Eduardo Coutinho acabou iniciando as filmagens do documentário que se intitularia *Cabra marcado para morrer*. Rodado sob os auspícios do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, com o golpe civil-militar em 1964 os trabalhos tiveram de ser interrompidos, sendo o filme concluído apenas no início dos anos 80 (RIDENTI, 2000, p. 96-99).

Debates de cunho teórico também faziam parte das matérias publicadas pelo jornal. No artigo “Guevara analisa as guerrilhas na América Latina”⁷, podemos encontrar um trecho de discurso no qual o próprio Che afirma que:

O processo do desenvolvimento histórico das sociedades em determinadas condições pode abreviar-se já que o partido de vanguarda é uma das armas fundamentais para abrevia-lo. E conseqüentemente com a lição dada pela União Soviética há 45 anos, em Cuba fizemos o mesmo. Pudemos abreviar graças ao movimento de vanguarda, queimar etapas e estabelecer o caráter socialista de nossa revolução.

A polêmica acerca das formas de luta revolucionária se constituía como um dos pontos nodais de discussão entre as organizações da Extrema Esquerda brasileira no início dos anos 60 (RIDENTI, 1993, p. 30-37). Uma das principais críticas que os novos grupos faziam ao PCB dizia respeito exatamente à questão das “etapas” a serem cumpridas pela revolução. Na ótica do PCB e de todos os partidos marxistas-leninistas do continente alinhados a Moscou, a primeira etapa da revolução seria necessariamente democrático-burguesa, não necessitando, portanto, da luta armada como motor revolucionário. A Revolução Cubana viria contrariar essa teoria e inspirar as cisões dos PCs tradicionais a empregar a luta armada em favor do socialismo, regime este que se constituiria já na primeira etapa revolucionária, pois, como no dizer de Guevara, a vanguarda iria queimar a etapa democrático-burguesa.

⁶ Idem, n° 45, p. 3, 28/08/1963.

⁷ Idem, n°27, p. 4, 24/04/1963.

Em extensa matéria de *Liga*, que transcreve um discurso de Fidel Castro no princípio de 1963, vemos o chamativo título: “Dever do revolucionário é fazer revolução”.⁸ Ao que parece, Fidel tenta neste discurso rebater críticas vindas provavelmente dos partidos de esquerda tradicionais, que, naturalmente, discordavam da postura cubana de apoio à luta armada na América Latina. Ao prestar ajuda aos grupos armados Cuba inevitavelmente contribuía para a fragmentação dos PCs e, neste processo, praticamente nenhum partido comunista latino-americano ficou livre de cisões à esquerda. Na opinião dos mais ortodoxos era uma brutal simplificação supor que nos demais países do continente pudesse ocorrer um processo revolucionário semelhante ao cubano, de forma que choviam críticas tanto àqueles que da ilha tentavam implementar a “exportação da revolução”, quanto aos que de fora dela se propunham a desencadear em seus países a guerra de guerrilhas, como em Sierra Maestra.

No tocante à polêmica temos as palavras do próprio Fidel no referido discurso:

Compreendemos as transformações incessantes das condições históricas e das circunstâncias históricas. Não negamos isso, simplesmente fazemos questão de dizer que aqui [em Cuba] não houve transformação pacífica e protestamos quando vemos o caso de Cuba ser utilizado para confundir os revolucionários de outros países onde existem condições objetivas para a Revolução e onde pode ser feito o mesmo que foi feito aqui. (Aplausos).⁹

Mais adiante Fidel Castro endereça suas críticas e podemos então apreender a dimensão da disputa pelos destinos da revolução na América Latina:

Que os teóricos do imperialismo se empenhem em fazer com que não haja revoluções, nada mais lógico, estão no seu papel quando caluniam a Revolução Cubana, quando semeiam a perfídia e a mentira, quando inventam os piores horrores, quando incutem no povo o temor às revoluções. Mas que alguém, em nome de uma posição revolucionária, pretenda criar o conformismo ou o medo da revolução, isso é um absurdo. O conformismo quem tem que pregar são os teóricos do imperialismo, os teóricos das revoluções, que preguem sem receio as revoluções! (Aplausos).¹⁰

Os “teóricos do imperialismo” certamente chegaram a um rápido consenso em torno da Revolução Cubana, ou seja, para estes era indispensável combatê-la dentro e fora de Cuba.

⁸ Idem, nº 16, p. 4, 16/01/1963.

⁹ *Liga*, loc. cit.

¹⁰ *Liga*, loc. cit.

Já aqueles qualificados por Fidel como “teóricos da revolução”, não sobra dúvida que nunca estariam todos plenamente de acordo acerca do papel de Cuba no cenário latino-americano.

De qualquer forma, no momento em que as Ligas Camponesas optaram por abandonar o caminho pacífico das reformas aderindo à perspectiva da transformação social pela violência revolucionária, inaugurou-se uma nova fase no percurso das esquerdas comunistas brasileiras. A passagem de dirigentes das Ligas por Cuba, bem como a criação no Brasil dos campos de treinamento guerrilheiro com apóio cubano, encerra em definitivo a querela historiográfica a respeito da natureza da luta armada nos anos 60 e 70. Se muitas vezes o surgimento das organizações revolucionárias clandestinas foi interpretado pelos historiadores do período como uma reação à implantação do regime militar em 1964, a atuação das Ligas no período anterior ao golpe revela que não apenas o projeto da luta armada foi concebido antes da queda de Goulart, como também, ações concretas neste sentido foram executadas. O fato de todos os futuros núcleos guerrilheiros das Ligas Camponesas terem sido descobertos e destruídos pela polícia, não invalida o empenho dos dirigentes desta organização em buscar um caminho para a revolução diferente daquele propalado pelo PCB.

Como já foi esclarecido anteriormente, as Ligas Camponesas não surgiram como cisão do PCB e, embora tenham mantido relações com o partido, desde o princípio da década de 60 a organização não mais compartilhava da visão sustentada pelas lideranças pecebistas. Fatores de ordem interna na trajetória das Ligas, somados ao contato com a experiência cubana, delineariam uma postura diferenciada do grupo durante o governo Goulart. A esta altura as Ligas Camponesas já haviam escolhido seu caminho para a revolução brasileira, a guerrilha rural.

1.3. A ORM-POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária): entre a insurreição urbana e o foco guerrilheiro.

Em janeiro de 1962 com artigo intitulado “O nome e um programa” a ORM – POLOP manifestava-se pela primeira vez no campo político da esquerda brasileira.

Que significa essa política operária? Em que consiste esse programa? Poderíamos dizer simplesmente que se trata da renovação da Esquerda no País. A velha esquerda, que já teve um papel significativo nas lutas do passado, gastou-se e mostrou-se incapaz de acompanhar o desenvolvimento do que tanto fala. Hoje não consegue mais galvanizar a nova geração destinada a continuar a obra. [...]. (grifo nosso).¹¹

Na verdade o congresso que fundaria a nova organização data de fevereiro de 1961, portanto, um ano antes da publicação do primeiro número do jornal *Política Operária*. Formada por militantes das mais variadas origens, a POLOP procurou fazer frente à política que vinha sendo praticada pelo PCB e que naquela conjuntura dominava o cenário das esquerdas no Brasil. O PCB, como fica claro no artigo supracitado, é associado à “velha esquerda” que já não tinha mais a oferecer ao país. Portanto, a Política Operária se atribui um papel renovador nas lutas sociais brasileiras.

A interpretação da realidade nacional praticada pela POLOP se contrapunha àquela feita pelo PCB. As críticas ao velho partido são as mais variadas, sendo que as principais dizem respeito ao viés estrutural segundo o qual os pecebistas conceberiam a sociedade brasileira. Para a POLOP, a idéia pura e simples do latifúndio e do imperialismo como entraves ao desenvolvimento nacional não correspondia mais a realidade. Segundo a organização, o capitalismo já se encontrava plenamente desenvolvido no país e, sendo assim, a etapa revolucionária democrático-burguesa defendida pelo PCB não faria mais sentido. Para os polopistas a revolução teria de ser prontamente socialista.

¹¹ “O nome e um programa”. *Política Operária*, nº 1, p.1-2, janeiro de 1962.

A nova organização foi constituída por elementos oriundos de diversas tendências político-partidárias, como trabalhistas, socialistas e estudantes universitários. Em torno do ideal de renovação da esquerda brasileira, a POLOP representou uma opção diversa num quadro político de virtual predomínio do PCB. O surgimento do grupo marca também o princípio dos debates que culminariam em sucessivos rachas internos no Partido Comunista ao longo dos anos 60.

Servindo de matriz para um questionamento às teses do PCB, no que diz respeito ao caráter da revolução no Brasil, oscilando entre a defesa da luta armada e as avaliações de conjuntura sobre qual o momento mais adequado para deflagrá-la e apresentado-se como organização que se propunha a cimentar o caminho para o surgimento do “verdadeiro” partido revolucionário, a POLOP representou um importante papel naquele debate. (MATTOS, 2002, p. 196).

Em uma série jornalística publicada já no final de 1979, Marco Aurélio Garcia igualmente avaliava a importância da POLOP na constituição de uma perspectiva político-ideológica crítica ao PCB na década de 60.¹² “Poucas organizações exerceram uma tal influência na esquerda brasileira como a Política Operária. Em quase toda a esquerda revolucionária formada a partir de 66/67 a marca da P. O. será visível. [...]”. (GARCIA, 1979).

Se partirmos da premissa de que o advento da Revolução Cubana de alguma forma incidu na trajetória da Extrema Esquerda brasileira, antes de tudo temos que nos questionar qual foi exatamente a natureza desta incidência. Quais eram os aspectos da Revolução Cubana que mais chamavam a atenção das organizações clandestinas no Brasil? Porque os diferentes grupos se apropriaram do exemplo cubano de maneiras tão diversas umas das outras?

Daniel Aarão Reis Filho sustenta que a dinâmica do movimento comunista brasileiro só pode ser compreendida se levados em conta os fatores internos da trajetória dos grupos (REIS Fº, 1990, p. 77-103). Para o autor, a relação das diversas organizações de esquerda com o que ele chama de “centros revolucionários internacionais”, teve um papel de

¹² O conjunto de matérias de Marco Aurélio Garcia intitula-se *Contribuição à história da esquerda brasileira (1960-1979)*. A série foi publicada pelo jornal *Em Tempo* entre 1979 e 1980.

relevância, porém, não determinante no pensamento e prática dos grupos armados. Reis Filho contesta a tese de que as organizações revolucionárias brasileiras “[...] não passariam de projeções locais de um conjunto mais vasto – o Movimento Comunista Internacional (MIC). [...]”. (1990, p. 78). Nessa pesquisa também discordamos de tal proposição pura e simples, porém, julgamos que a recepção dos exemplos revolucionários internacionais – sobretudo o cubano –, cumpriu uma função que não pode ser desconsiderada se quisermos entender a tomada de posições teóricas e práticas das organizações clandestinas no Brasil.

Um dos argumentos empregados por Daniel Aarão Reis Filho quando combate a proposição em pauta, toca a questão do ecletismo dos grupos brasileiros ao se reportarem aos modelos internacionais. No excerto abaixo o autor trata do PCB em específico, todavia, o raciocínio vale para as demais organizações.

[...] a invocação simultânea dos distintos modelos – o *ecletismo* no seu tratamento – combina-se com uma *prudência* extrema na abordagem da cisão do movimento comunista [na disputa sino-soviética]. Estas atitudes articulam-se coerentemente com uma evolução política autônoma. Poderíamos dizer, inversamente, que uma estreita dependência de um determinado modelo/centro internacional tenderia a excluir a absorção de modelos diferenciados [...]. (REIS Fº, 1990, p. 88, grifo do autor).

Assim, na turbulenta atmosfera político-ideológica dos anos 60, as organizações brasileiras reverenciariam simultaneamente os três grandes exemplos revolucionários internacionais: Cuba, China e URSS. Evocando não apenas um, mas todos os modelos, o movimento comunista no Brasil manteria sua autonomia incólume em face às forças políticas externas, pois, a relação com tais exemplos não seria unilateral.

Na explicação de Daniel Aarão Reis Filho, a atitude “ecletica” do PCB pode também ser estendida à POLOP, de modo que os polopistas igualmente aludiriam a mais de um modelo revolucionário em seus documentos. No caso da referida organização:

Configura-se o fenômeno do *ecletismo*. Não se trata de mera retórica, inserida numa política de relações públicas revolucionárias. Impregnaria a própria linha política, quando se foi buscar a dupla inspiração soviético-cubana para a definição do caminho armado. O leninismo inspiraria a celebração da classe operária e do Partido. Os cubanos contribuiriam com o foco guerrilheiro. A combinação desembocaria numa formulação original: o “foco catalisador”, uma síntese “recriadora” do marxismo-leninismo às condições latino-americanas: o movimento

nacional dirigido pela classe operária e seu Partido e “catalisado” por um foco guerrilheiro no campo. (REIS F°, 1990, p. 90, grifo do autor).

A despeito de não aceitar que haja uma relação de dependência da esquerda brasileira em relação aos centros do MCI (Movimento Comunista Internacional), – tese também aceita neste trabalho –, Reis Filho reconhece que a linha de atuação da POLOP esteve de fato “impregnada” pelos postulados político-ideológicos do par Cuba/URSS. No fragmento supracitado, o autor também menciona que a relação dos polopistas com os modelos internacionais se daria nos termos de uma “busca de inspiração” por parte dos brasileiros. As revoluções assim concebidas, segundo ele, podem da mesma forma ser tomadas como “[...] Vitruvianas possíveis de um amanhã que se conquistará, ‘exemplos’ de caminhos, referências indispensáveis, os modelos revolucionários desempenharão um papel insubstituível como *fatores de coesão* [nos grupos]. [...]”. (REIS F°, 1990, p. 95, grifo do autor).

Em outro texto Daniel Aarão Reis Filho (1999) conjectura a respeito da recepção da Revolução Cubana pela esquerda brasileira.

[...] O ecletismo da revolução cubana, seu descompromisso com tradições revolucionárias consagradas, sua surpreendente consequência prática, ensejavam a possibilidade de múltiplos apoios, cada um ligado ao que queria naquele processo rico e multifacetado.

Seguindo a linha de raciocínio proposta pelo autor, o que teria feito da Revolução Cubana um fenômeno com tantos desdobramentos na América Latina fora justamente a natureza do processo revolucionário em questão. A emergência de um movimento sociopolítico tão peculiar em seu desenvolvimento e efeitos diretos, faria do exemplo cubano um caso ímpar dentre as revoluções socialistas.

Em parte Reis Filho está correto. Realmente, a heterodoxia observada na experiência cubana outorgou à revolução o estigma de divisor de águas, ou seja, em Cuba o povo conseguiu mediante as armas provar que as condições subjetivas necessárias ao triunfo do socialismo poderiam ser criadas pela ação de uma vanguarda, sendo inútil aguardar indefinidamente a criação espontânea dessas condições. Com isso, o mais essencial princípio

dos PCs era posto por terra, dali em diante a etapa democrático-burguesa podia e devia ser descartada, o socialismo passava a ser pensado nos parâmetros da extrema esquerda latino-americana como uma empresa imediata.

Por outro lado, mesmo sendo a Revolução Cubana um fenômeno de feições tão ecléticas, é provável que seja equivocado afirmar como Daniel Aarão Reis Filho que sua recepção tenha ocorrido unicamente pela leitura que cada um fazia dela, ou seja, que as organizações comunistas só percebiam na revolução aquilo que servia a seus propósitos. É claro que existiram no processo revolucionário cubano elementos que suscitaram mais ou menos a atenção dos grupos armados brasileiros, de acordo com o alinhamento teórico-ideológico de cada um. Contudo, para além das preferências inerentes a cada uma das organizações, havia na Revolução Cubana aspectos intangíveis, que mesmo sendo submetidos às leituras – certamente seletivas – dos grupos da Extrema Esquerda, eram reconhecidos por todos como caracteres legítimos da revolução.

Assim sendo, podemos afirmar que fatores como a guerra de guerrilhas, por exemplo, conferiam à Revolução Cubana um estatuto inviolável, que mesmo sendo objeto das apropriações feitas posteriormente, permaneciam como elementos reconhecidos por todo o conjunto da Extrema Esquerda brasileira. Procurando ser mais preciso, as organizações podiam ou não preconizar a existência do partido de vanguarda em seus programas, porém, todas reconheciam que em Cuba a revolução fora levada a cabo por um exército rebelde. Havia efetivamente um trabalho de interpretação do exemplo cubano, contudo, este trabalho recaía apenas sobre alguns aspectos da revolução, ficando outros dessa forma ilesos.

No fundo, os temas mais polêmicos da Revolução Cubana, isto é, aqueles ao redor dos quais não existia consenso, eram objetos de árduas disputas por parte das organizações brasileiras, ou seja, no processo mesmo em que se apropriavam do exemplo revolucionário

em foco, os grupos promoviam uma “autenticação/legitimação” do que segundo eles era ou não relevante discutir acerca de Cuba.

Evidentemente, a recepção das idéias da Revolução Cubana no Brasil se deu por um processo bastante plástico e, tal como as demais organizações atuantes naquele período, a POLOP realizou uma leitura própria da revolução. Lê-se em *Política Operária*: “Na noite do Ano Bom completam-se 3 anos que os guerrilheiros barbudos de Sierra Maestra confraternizaram com os lutadores da resistência nos centros urbanos [...]”.¹³

A relevância desta pequena passagem apenas pode ser avaliada se atentarmos que são poucas as oportunidades nas quais algum grupo da Extrema Esquerda faz menção à resistência urbana durante a Revolução Cubana, pois, no mais das vezes, sempre se apresentou o processo revolucionário de Cuba como um fenômeno de caráter eminentemente rural. O foco guerrilheiro, e mais tarde a constituição do exército camponês acabaram por criar uma imagem parcial da revolução. Durante todo o tempo, desde o desembarque de Fidel Castro no final de 1956, até a tomada do poder em princípios de 1959, os revolucionários contaram com o apoio de redes clandestinas que a partir das cidades organizavam uma resistência que teve sua história soterrada pela epopéia da guerrilha em Sierra Maestra. Poucos foram os grupos brasileiros que reconheceram na Revolução Cubana o papel do combate nas cidades.¹⁴ No caso da POLOP era natural que se prestasse atenção nesse aspecto, afinal de contas, os polopistas defendiam a primazia dos trabalhadores fabris na luta pelo socialismo.

Marcelo Badaró Mattos, em um capítulo do V volume da *História do marxismo no Brasil* (2002, p. 185-212), traça com muita precisão a trajetória da POLOP nos anos 60. Para ele:

¹³ “Terceiro aniversário da Revolução Cubana. O imperialismo ianque prepara nova investida”. *Política Operária*, nº 1, p. 12, janeiro de 1962.

¹⁴ Em capítulo posterior terá lugar uma discussão mais detida acerca do papel dos centros urbanos, os “llanos”, no processo revolucionário de Cuba. De grande relevância para tal debate na época podemos de antemão citar o livro de Vânia Bambirra: *A revolução cubana: uma reinterpretação*. Coimbra: Centelha, 1975.

Originada de uma perspectiva crítica em relação ao PCB e orientada pela perspectiva insurrecional clássica da revolução socialista, a POLOP defendeu, desde suas primeiras manifestações, a necessidade da formação do partido revolucionário. Tal partido seria o instrumento de efetivação da política verdadeiramente operária, mas só poderia surgir da dinâmica concreta das lutas anticapitalistas movidas pelo proletariado. (2002, p. 198-9).

Quanto ao caráter da revolução, a POLOP constantemente lançou mão do exemplo cubano para corroborar suas teses. Quando não publicava textos dos próprios militantes da organização, reproduzia discursos de Fidel Castro e Che Guevara. Está claro que tais discursos passavam por uma seleção antes de serem impressos, de forma que boa parte do que vinha à público era aquilo que os editores do jornal julgavam pertinente. Em seguida reproduzo parte de um discurso de Fidel Castro de 1962, publicado em *Política Operária*. O texto impresso na primeira página divide espaço com uma grande foto de Fidel discursando:

Se há etapa histórica que alguns países subdesenvolvidos podem saltar, hoje, ela é a da edificação do capitalismo, pois esses países podem iniciar o desenvolvimento de sua economia pelo caminho da planificação e do socialismo.¹⁵

Por ocasião deste mesmo discurso Fidel Castro declarou o caráter socialista da Revolução Cubana. Reproduzir o texto tinha para a POLOP um duplo significado: em primeiro lugar – mesmo que não explicitamente –, tratava-se de um ataque ao PCB e às teses etapistas e, por último, marcava claramente a posição do grupo que apregoava a luta pelo socialismo imediatamente. Por meio das matérias de *Política Operária* a organização procurava constituir um discurso que exprimisse de forma clara e independente suas opiniões.

Como várias outras organizações comunistas à época, a POLOP conheceu o foquismo mais detalhadamente por meio do livro/panfleto *A guerra de Guerrilhas*, de Che Guevara.¹⁶ Lançado em 1960 o texto mereceu um artigo de *Política Operária* em maio de 62.

Apesar de se preocupar, em grande parte, com o aspecto prático da luta nas montanhas, a significação do livro não se limita à de um simples manual de guerrilha. Há uma tentativa, da parte de Guevara, de tirar conclusões político-estratégicas para a luta de classes em toda a América Latina. É deste ângulo do livro que nos vai interessar.¹⁷

¹⁵ “Fidel Castro: A revolução anti-imperialista e socialista tem que ser uma só”. *Política Operária*, n° 2, p. 1, abril de 1962.

¹⁶ “La guerra de guerrillas”. In: GUEVARA, E. *Obra revolucionária*. México: Ediciones ERA, 1979, p. 23-109.

¹⁷ “A propósito da guerra de guerrilhas”. *Política Operária*, n° 3, p. 9 e 11, maio de 1962.

Posto isso, se pretendia no artigo avaliar as proposições de Guevara. A POLOP compartilha com ele a premissa de que em países nos quais o governo se constituiu por meios democráticos, mesmo que fraudulentos, “[...] é impossível iniciar a luta guerrilheira, por não se terem esgotado as possibilidades de luta legal [...]”.¹⁸ No entanto, se a organização brasileira concordava com a proposição do guerrilheiro argentino, qual era então o caminho para a revolução no Brasil? Em uma sociedade politicamente democrática como a brasileira no início dos anos 60, qual era o sentido de se fazer apologias à Revolução Cubana?

No entender da organização, em países nos quais a burguesia local já se encontrava na condição de detentora do poder econômico, haveria por parte da mesma uma inclinação para resolver questões como, por exemplo, os conflitos no campo. Tal disposição das elites fazia parte, é claro, de manobras preventivas para evitar o surgimento de focos de tensão social. O papel do partido revolucionário em uma conjuntura semelhante a esta seria o de buscar nos marcos da democracia os maiores ganhos possíveis para o proletariado.

[...] A democracia burguesa, com todas as suas restrições, representa ainda o terreno melhor para a organização da classe operária. Aproveita-la para isso e promover uma corrida contra o tempo é nossa tarefa, pois a tendência da classe dominante é restringi-la cada vez mais. [...].¹⁹

Quanto ao esgotamento dos canais legais de participação e luta política, a POLOP considerava em 1962 que no Brasil, Chile e Argentina elas ainda existiam, desqualificando assim o emprego imediato da violência revolucionária pela organização. A título de comparação, por esse mesmo período o grupo “anti-partido” das Ligas Camponesas assumia uma postura diametralmente oposta àquela da POLOP. Para o grupo, eram os meios democráticos que estavam condenados, restando assim somente o emprego das armas.

A recepção do exemplo cubano pela POLOP não se deu de forma acrítica, muito pelo contrário. No mesmo artigo encontramos passagens que demonstram um julgamento muito

¹⁸ Idem, p. 11.

¹⁹ Idem, p. 11.

preciso quanto às especificidades que não deveriam ser negligenciadas quando se tomasse o texto de Guevara.

Querer aplicar essas conclusões com espírito menos crítico do que as apresenta seu autor é alimentar o voluntarismo daqueles que querem fazer a revolução *já ou nunca*, e que, identificando a teoria com seus desejos subjetivos esperam sempre a revolução para o dia seguinte.[...]. (grifo no original).²⁰

Ainda que criticasse o imobilismo do PCB perante o quadro sociopolítico nacional, a POLOP também censuraria o extremo oposto das teses pecebistas, ou seja, o “voluntarismo de esquerda”, libelo largamente difundido pelos comunistas de todas as correntes nos anos 60.

A atração da POLOP pelo foquismo se dava na medida em que a organização o atrelava à atuação do partido de vanguarda. Não existiu por parte dos polopistas a pretensão de empregar como tática apenas o foco guerrilheiro, pois, o braço militar da organização só poderia existir submetido à direção política do partido. Outro fator que impedia a POLOP de atribuir prioridade absoluta à guerrilha rural, advinha do fato da organização ser caudatária do modelo clássico de “insurreição operária”, sendo que, aderir incondicionalmente ao foquismo significaria erigir o “campesinato” como ator primeiro da revolução, conferindo assim pouco valor estratégico ao proletariado.

Negando-se a subestimar a importância dos trabalhadores urbanos e, ao mesmo tempo reconhecendo a pertinência do foco guerrilheiro, a organização acabaria por fundir os dois princípios estratégicos. O partido se encarregaria de politizar as massas em torno do ideal revolucionário, ao passo que o foco seria o aríete que primeiro golpearia o regime de exploração.

O foquismo indicou o atalho que permitia contornar a necessidade do trabalho com as massas e entrar em ação. Já antes de 64, embora lhe fizessem restrições, líderes da POLOP receberam com simpatia a teoria do foco. Polopistas afoitos articularam com subalternos das Forças Armadas a preparação de um foco guerrilheiro, cuja radicação se previa numa região de Minas Gerais. [...]. (GORENDER, 1999, p. 138).

O foco ao qual Jacob Gorender se refere foi batizado pela repressão como “Guerrilha de Copacabana”. Presos no Rio de Janeiro os militantes que preparavam sua implantação em

²⁰ Idem, p. 11.

meados de 1964, esta seria efetivamente a primeira tentativa da POLOP de deflagrar no Brasil a guerrilha rural, já durante o regime militar.

Debatendo a validade do exemplo de Cuba para a América Latina, a organização parecia colocar-se em estado de espera, pois, para a POLOP, a Revolução Cubana tratava-se de um fenômeno demasiado recente para que se pudesse avaliá-la, de modo que no momento em que fosse possível julgar as condições nas quais se desenvolveu a luta em Cuba, e nas quais ela se desenvolvia no Brasil, poder-se-ia melhor aproveitar as lições da revolução.

Nesse ínterim, em *Política Operária* um antecedente histórico é utilizado como argumento pela organização. No artigo em questão consta que ao final da 1ª Guerra Mundial, ainda sob o impacto da Revolução Russa, os revolucionários da Europa Ocidental procuraram reproduzir a estratégia e tática bolcheviques. Lênin, em um de seus últimos discursos, teria alertado para tal fato não sendo ouvido. A consequência foi desastrosa, “[...] isolou as vanguardas das massas trabalhadoras e levou a ações de desespero que apenas desgastaram os quadros”.²¹ A postura crítica da POLOP frente ao foquismo aparece encerrando o artigo da seguinte forma:

[...] A revolução cubana teve, entre outros, o mérito de reabilitar o marxismo-leninismo, que neste continente foi tido com freqüência, como coisa estranha e dogmática. Se não pretendemos apenas tirar o chapéu perante as grandes do passado, então teremos que aplicar seu método à experiência colhida nas condições concretas do presente. A arma da crítica precede à crítica das armas.²²

A tese presente no artigo de que a Revolução Cubana reabilitara o pensamento marxista-leninista no continente, pode ser encontrada de maneira semelhante na interpretação de Emir Sader a respeito do impacto que teve o exemplo cubano no Brasil (SADER, 1991, p. 157-183). Para Sader, o que houve foi uma “atualização da revolução” para a esquerda brasileira, que se dava na medida em que as grandes revoluções socialistas que figuravam no panteão histórico do movimento comunista – Rússia 1917 e China 1949 –, já se encontravam como fenômenos bastante distantes no espaço e no tempo.

²¹ Idem, p. 9.

²² Idem, p. 9.

Outro questionamento dos dirigentes da POLOP quando o assunto era a Revolução Cubana referia-se às possibilidades de outra experiência similar ter êxito nos países latino-americanos. A liderança polopista julgava que a luta empreendida por Fidel Castro criara precedentes que não seriam mais uma vez negligenciados pelas elites, primeiro porque “[...] Dificilmente o caminho cubano se repetirá, em futuro próximo, na América. [...]. Em segundo lugar – e isso é decisivo – o fator surpresa com que o Movimento 26 de Julho pôde contar [...] desapareceu. [...]”.²³

Consoante com tal raciocínio a POLOP vaticinava que as burguesias nacionais articuladas com o imperialismo não iriam tolerar outro movimento contestatório na região. Focos rebeldes em pequenas repúblicas logo seriam sufocados por intervenção militar norte-americana e, para autenticar sua predição, a POLOP lançava mão das manobras da burguesia na República Dominicana, sempre contando com o auxílio de forças dos Estados Unidos.

Quando hoje a historiografia aborda a temática da “revolução continental” latino-americana nos anos 60, traz à tona uma das mais recorrentes fórmulas político-ideológicas da Extrema Esquerda brasileira. A construção de uma pátria “latina” e “vermelha” povoou marcadamente o ideário daquela geração, não só no Brasil, mas em todo o continente, como bem demonstra a canção gravada por Caetano Veloso em 1968: “[...] Um poema ainda existe/ Com palmeiras, com trincheiras/ Canções de guerra, quem sabe/ Canções do mar [...]”.²⁴ O poema do qual trata a música era a própria América Latina.

A POLOP não foge à regra quanto sua visão referente à América Latina. A exemplo dos demais grupos, a organização também atribuiu a Cuba posição de acentuado destaque nas lutas sociais do continente e, em uma perspectiva mais ampla, a Revolução Cubana era percebida mesmo como triunfo de todos os povos oprimidos. No artigo “Argélia, uma nova Cuba”, o Jornal *Política Operária* expõe a situação vivida pela colônia africana. Chega-se

²³ Idem, p. 11.

²⁴ GIL, G.; CAPINAM. Soy loco por ti, América. Intérprete: Caetano Veloso. In: CAETANO VELOSO. *Fina estampa*. Polygram Brasil, p1995, 1 CD. Faixa 16.

inclusive a afirmar que o país se assemelha a Cuba no período da ditadura de Batista. Ao concluir a matéria, assegura-se que a “revolução” argelina “[...] terá para a África um significado tão profundo como a de Cuba teve para a América”.²⁵

A recepção da Revolução Cubana com reservas tão claras por parte da POLOP não constitui um caso isolado. Em que pese o fato das outras organizações não explicitarem seus pontos de vista de maneira tão aberta como a POLOP, não implica em dizer que aceitavam o foquismo pura e simplesmente. A leitura da revolução sempre fora feita a partir de arcabouços teóricos próprios e, mesmo que não concebessem o exemplo cubano de maneira tão crítica quanto os polopistas, os diversos grupos se apropriaram dele em seus discursos políticos posicionando-se contra ou a favor, dependendo da filiação ideológica de cada agrupamento.

Assim como a maioria dos grupos da Extrema Esquerda brasileira, a POLOP também sofreria cisões que dariam origem a outras organizações armadas no pós 64. A crítica ao PCB elaborada pelos polopistas ainda no governo de Jango teria ampla ressonância no âmbito das outras esquerdas que surgiriam a partir de então. Nas palavras de Marcelo Badaró Mattos (1997, p. 205-206):

[...] a POLOP foi das organizações que mais claramente avaliaram a iminência de um golpe de Estado, na conjuntura dos meses finais do Governo Goulart. Para a POLOP, a tentativa de Goulart de, conciliando-se com os setores reformistas contornar a crise econômica não encontrava eco no conjunto da burguesia nacional e dos setores monopolistas estrangeiros [...]. Por isso, a instalação da ditadura seria uma necessidade da burguesia que só o proletariado poderia enfrentar [...].

Quando finalmente o movimento civil-militar de direita toma o poder no Brasil, os prognósticos da POLOP quanto ao golpe são cabalmente cumpridos. Abria-se um período no qual a militância dividiria seu tempo entre o trabalho propriamente político e as constantes fugas da repressão. As teses da organização se delinearão mais claramente em 1967, com a elaboração do documento “Programa Socialista para o Brasil” (REIS Fº; SÁ, 1985, p. 89-116). É no referido texto que encontraremos uma visão mais acabada acerca da revolução

²⁵ “Argélia, uma nova Cuba”. *Política Operária*, nº 2, p. 6-7, abril de 1962.

socialista e das formas ideais para alcançá-la, ademais, as formulações ali observadas já são fruto de uma outra composição de forças, na qual o opositor da POLOP já não era o PCB, mas sim, a ditadura militar cada dia mais implacável e violenta.

1.4. A Revolução Cubana e o Movimento Estudantil católico no pré 64: da JUC (Juventude Universitária Católica) à Ação Popular.

O surgimento de novas correntes comunistas no Brasil em princípios dos anos 60 pela primeira vez ameaçava a hegemonia do PCB junto aos movimentos de massa. Organizações comunistas alternativas vão a partir de então disputar militantes e espaço com o PC, de sorte que “[...] o nascimento da AP, como em escalas diferentes o surgimento da Política Operária, das Ligas Camponesas ou o [...] nacionalismo revolucionário, testemunhava, igualmente, a perda de significação relativa da esquerda tradicional no país, em particular do Partido Comunista [...]”. (GARCIA, 1979).

Situando-se no campo das esquerdas, embora ainda não professasse o marxismo-leninismo, a AP tem sua origem ligada ao movimento da JUC (Juventude Universitária Católica). Com passagem pelo guevarismo e o maoísmo ao longo dos nos 60, a organização se integrará ao PC do B em 1973. No presente capítulo será abordada apenas a primeira fase da organização, que compreende o período entre o surgimento da AP em 1962 e o golpe civil-militar de 1964.

Rastreado as raízes da Ação Popular, Marcelo Ridenti nos remete à atuação da JUC, movimento que se organizaria nacionalmente por volta de 1950 (2002, p. 214).

A Juventude Universitária Católica (JUC) era um setor especializado de um movimento mais amplo, a Ação Católica (AC), apostolado de leigos promovido pela alta hierarquia da Igreja católica em todo o mundo, a partir dos anos 30.

Orientando-se segundo o pensamento de Jacques Maritain, bem como o de Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin, a posição da JUC nos anos 50 passava ao largo do capitalismo ou do comunismo. A “revolução” almejada por seus integrantes convergia muito mais para uma transformação pessoal, que repousasse eminentemente no indivíduo. O conceito de *ideal histórico* de Maritain inspirava na JUC a busca de um caminho diferenciado, que fugia à polarização dos movimentos político-sociais característica da Guerra Fria (RIDENTI, 2002, p. 217-219).

Com a atuação da JUC entre o estudantado das universidades, a organização conseguia novos adeptos a todo instante e, o constante ingresso de novos integrantes contribuiria para o surgimento de diferentes tendências na entidade, inclusive as de esquerda. Assim, determinados setores da JUC passariam a “[...] questionar aspectos das idéias dominantes na Igreja, como a passividade política diante da ordem estabelecida, num contexto de convivência universitária com outras correntes de pensamento, especialmente as socialistas e comunistas [...]”. (RIDENTI, 2002, p. 215-216).

O ideal histórico [de Maritain] logo passaria a ser considerado ultrapassado pela esquerda da JUC, dada a magnitude de suas pretensões transformadoras, numa conjuntura de radicalização das lutas de classes na sociedade brasileira, no princípio dos anos 60, contemporânea da ascensão da influência da Revolução Cubana na América Latina. (RIDENTI, 2002, p. 219, grifo do autor).

Ao passo que os setores à esquerda cresciam dentro da organização, seus limites institucionais limitavam a atuação dessas posturas cada vez mais progressistas e, no afã de ampliar sua atuação para além das universidades, tais setores julgavam imprescindível a criação de um grupo organizado politicamente, com um raio de ação mais abrangente que aquele postulado pela JUC.

Dessa maneira, quando aproximadamente em 1960 as tendências de esquerda passam a ser majoritárias no interior da JUC, formava-se gradualmente as condições que propiciariam a organização da Ação Popular. Mesmo com a criação da AP em 1962 as relações com a JUC

não seriam completamente rompidas, “[...] Sem abandonar o trabalho com universitários e secundaristas, a AP pretendia lançar-se com prioridade à organização política de operários e camponeses. [...]”. (RIDENTI, 2002, p. 233).

Quando de sua criação em 1962 – que seria formalizada em documento de 1963²⁶ –, a AP certamente despertou a atenção do PCB. O partido já assistira a essa altura a formação da ORM-POLOP, do PC do B e o grande crescimento das Ligas Camponesas, ou seja, a direção pecebista dava-se conta que o movimento comunista no Brasil fragmentava-se cada vez mais.

Em texto redigido por Carlos Nelson Coutinho entre fins de 63 e início de 64, o então militante do PCB e estudante da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, faz uma análise à luz da teoria marxista do “Documento base” da AP, que fora divulgado ainda no primeiro semestre de 1963. O texto de Coutinho deveria ser impresso em forma de artigo na revista *Oficina* do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da universidade no princípio de 1964, porém, o golpe civil-militar logo em seguida impediu sua publicação.

É salutar lembrarmos que a posição expressa no texto não traduz necessariamente a opinião do PCB, já que se trata do artigo de um militante que não foi veiculado em nenhum órgão de propaganda oficial do partido. O documento intitula-se “O marxismo e a ideologia da Ação Popular”.²⁷

Ao longo do texto o autor procura demonstrar a necessidade de diálogo entre os marxistas e a esquerda cristã na forma da AP. Para Coutinho, mesmo que não explicito no “Documento base” da organização católica, a interpretação ali contida é fundamentalmente uma concepção marxista da realidade nacional. Tal aproximação entre a AP e o marxismo é creditada por ele à influência que o pensamento de Marx exerceria sobre toda a esquerda naquela conjuntura, que segundo Carlos Nelson Coutinho seria total, ainda que não declarada.

²⁶ O “Documento base”, espécie de texto fundador da AP, foi apresentado à público no I Congresso da organização realizado em fevereiro de 1963 na cidade de Salvador-BA.

²⁷ COUTINHO, C. N. “O marxismo e a ideologia da Ação Popular”. Fundo Duarte Pacheco Pereira, deslizando cx. 6, AEL.

Procurando fundamentar seu raciocínio, o autor lança mão das proposições do pensador Jean Paul Sartre nos termos a seguir: “Sartre pensa, mesmo, que todo pensamento de esquerda é, atualmente, marxista”. O filósofo francês havia estado recentemente no Brasil lançando o livro *Furacão sobre Cuba* (SARTRE, 1960).

De acordo com Coutinho, no “Documento base” da AP a importância do marxismo é afirmada não como fundamento do texto, mas como experiência histórica. Porém, para o autor, ainda que haja um reconhecimento da validade do pensamento marxista, contraditoriamente existiriam passagens anticomunistas no documento. Este traço é notado principalmente quando a temática abordada pela AP é a ditadura do proletariado, no seu entender profundamente criticada pela organização.

Apontando as contradições internas que a seu ver existiriam no documento, por exemplo, a posição dialética declarada pela AP – para o autor uma dialética equivocada –, Coutinho finaliza o texto conclamando os militantes católicos a meditar e corrigir suas posições e caminhar ao lado dos marxistas na luta pelo socialismo. Naturalmente a posição do partido de vanguarda, o PCB no caso, foi salvaguardada pelo militante como a única correta e viável.

Analisando o “Documento base” de 1963,²⁸ notamos que este texto traz em si os postulados que nortearão a ação do grupo até o final de 65, quando em nova resolução denominada “Uma política revolucionária para o Brasil”,²⁹ a organização procuraria formular novas diretrizes em face ao “Documento base” e à nova conjuntura sociopolítica brasileira. Como já afirmei anteriormente, a trajetória da AP após o golpe civil-militar será abordada nos capítulos seguintes.

Voltando ao documento de 1963, ainda que haja ali um debate acerca da experiência histórica do socialismo e se pretenda realizar uma análise dialética da realidade e da história

²⁸ “Documento base”. Fundo Duarte Pacheco Pereira, deslizando cx. 3, AEL.

²⁹ “Uma política revolucionária para o Brasil”. Fundo Duarte Pacheco Pereira, deslizando cx. 3, AEL.

do Brasil, o marxismo-leninismo não é tomado como base da interpretação. Quanto à Revolução Cubana são poucas as referências. Na segunda parte do texto em subtítulo chamado “Perspectiva histórica latino-americana”,³⁰ o exemplo cubano é citado apenas de passagem e a título de esclarecimento, não se formulando assim qualquer juízo a respeito de Cuba. A organização finaliza o documento sem proclamar nenhuma palavra de ordem contra o governo ou o capitalismo, o que parece contraditório, pois, existe claramente no documento um teor contestatório ao imperialismo e à exploração capitalista. Contudo, referindo-se ao papel da organização no cenário político nacional, a AP se posiciona ao fim da declaração da seguinte forma:

[...] a tônica será a preparação revolucionária. Esse trabalho será feito tendo em conta a possibilidade e a conveniência de uma participação comum com outros movimentos ou organizações de esquerda, evitando-se qualquer espírito sectário ou discriminatório. Ao mesmo tempo, porém, é necessário afirmar nossa atuação em uma integridade da luta político-ideológica e de procurar situar nossa militância na vanguarda do trabalho revolucionário.³¹

Como ficou claro, nesse instante a AP colocava-se juntamente com outras organizações numa fase de “preparação revolucionária”, de tal forma que não se optava claramente por este ou aquele caminho na condução do trabalho de vanguarda. Durante o período democrático do pré 64 este seria essencialmente o posicionamento da AP, a radicalização política se daria apenas no período posterior à instauração da ditadura militar.

Característica de todos os grupos da Extrema Esquerda brasileira era encarnar a figura da vanguarda que conduziria as massas ao socialismo. A AP, na passagem citada anteriormente, dista, neste sentido, um pouco das demais organizações, pois aceitava atuar junto com outros grupos ditos revolucionários, contanto que seus postulados político-ideológicos fossem preservados. A aceitação de outras posições de esquerda que não a sua, fazia da AP naquele momento uma exceção, dado que entre as diversas organizações como o PCB, PC do B e POLOP, qualquer ponto de discordância entre seus programas era o

³⁰ Op. cit. “Documento base”...

³¹ Op. cit. “Documento base”...

suficiente para intermináveis trocas de acusações nos órgãos de propaganda. Resta saber, é claro, se a postura de receptividade e tolerância da AP em relação às outras correntes comunistas seria mantida após o golpe de 1º de abril, quando a inclinação das várias organizações foi responsabilizar-se mutuamente e ao PCB pela vitória das elites conservadoras.

Marco Aurélio Garcia entende assim o comportamento da AP naquela ocasião:

O golpe militar, reprimindo o conjunto da esquerda, vai influir igualmente sobre as condições de existência e funcionamento da AP. Como em todas as organizações, – talvez nela com uma incidência um pouco superior – as condições de luta política provocarão uma certa evasão de quadros, sobretudo daqueles que se haviam incorporado num marco mais institucional de atuação. (GARCIA, 1979).

Naturalmente, quando a AP se viu na clandestinidade após 1964, muitos de seus princípios sofreram alterações. A relativa “democracia interna” existente na organização que até aquele momento havia permitido seu relacionamento e convivência com outras tendências de esquerda, é aos poucos corroída pela dinâmica imposta ao grupo já no ambiente das perseguições do regime militar. A fratura institucional representada pelo golpe desencadeou no interior das organizações revolucionárias já existentes um processo de autocrítica que embora não tenha sido uniforme possuiu algumas semelhanças de um caso a outro. A culpa pela passividade diante do golpe foi praticamente toda imputada ao PCB e, organizações como a POLOP só fizeram confirmar seus presságios, a reação da direita era iminente e agora encontrava seu desfecho sob a chancela dos militares.

Em relação ao posicionamento da AP no momento do golpe, o relativo radicalismo do grupo, se deve, sobretudo, à postura ideológica e às aspirações que haviam sido sustentadas até então, ou seja, um socialismo humanista e de inspiração católica pleiteado dentro dos limites da democracia representativa. A idealização deste socialismo *sui generis* pela AP não poderia de súbito ser substituída pela luta armada como diretriz revolucionária para o Brasil. O mesmo vale para a Revolução Cubana, pois, embora as conquistas sociais do país fossem

vistas com bons olhos pela organização, Cuba não foi eleita nesse momento como exemplo revolucionário incontestável, nem tão pouco como ideal político para a militância.

Marcelo Ridenti entende que a herança da JUC permaneceria por muito tempo nas interpretações da AP acerca da realidade nacional. A organização, num processo lento e não linear, romperia paulatinamente com suas diretrizes de inspiração cristã enveredando-se pelas sendas abertas por Che Guevara e Mao Tse-Tung, até finalmente fundir-se com o PC do B em 1973. A fusão com o Partido Comunista do Brasil não seria aceita por todo o conjunto dos militantes, sendo que parte dos quadros permaneceria na organização, que a esta altura já se chamava APML (Ação Popular Marxista Leninista do Brasil).

Mais tarde, já estando os militares no poder, frações internas da AP se aproximaram de Cuba e do foquismo enquanto outras se alinharam ao maoísmo. A radicalização do grupo é constatada a partir de 1965 com a publicação do texto “Uma política revolucionária para o Brasil”,³² já citado aqui. Inaugurava-se aí o processo de debate interno que definiria as formas de luta revolucionária que deveriam ser empregadas pela AP na situação em que o país se encontrava. De qualquer forma, o eixo das discussões definitivamente seria a luta armada.

1.5. O PC do B em busca de novas diretrizes revolucionárias: foco guerrilheiro X guerra popular prolongada.

O PC do B (Partido Comunista do Brasil) foi constituído em 1962 pelo núcleo stalinista oriundo do PCB. Formado basicamente por antigos dirigentes pecebistas como João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Calil Chade e Carlos Danielli o novo partido iria

³² Op. cit.

após sua fundação reivindicar sistematicamente a herança e os símbolos políticos da organização partidária comunista surgida em 1922.

As raízes do processo que dariam origem ao PC do B remontam à divulgação do relatório Krushev no XX Congresso do PCUs (Partido Comunista da União Soviética), realizado em 1956. Tal relatório denunciava crimes de toda ordem cometidos pelo regime stalinista e tecia agudas críticas ao culto à personalidade no Movimento Comunista Internacional (RODRIGUES, 1981, *passim*). As acusações do novo Secretário Geral do PCUs gerariam profundas mudanças no interior dos movimentos de esquerda em âmbito mundial e, no caso do Brasil, acabariam resultando na criação de um outro partido comunista.

A criação do PC do B exige por parte do pesquisador uma atenção especial, pois, diferentemente dos demais grupos da Extrema Esquerda brasileira, a recém fundada organização dizia-se perpetuadora da “missão histórica” desempenhada pela vanguarda da classe operária, ou seja, o PCB e, ao mesmo tempo, rompia com determinadas posições do velho partido.

Pensar na constituição do PC do B em termos da afirmação de uma “identidade contrastiva”, como proposto por Dulce Pandolfi em relação ao PCB (PANDOLFI, 1995), nos coloca questionamentos de primeira ordem.

Ao reivindicar o passado do PCB como sendo seu próprio passado, o núcleo de dirigentes que constituiriam o “novo” partido buscavam unir a militância em torno de uma memória já sedimentada. Por ironia a cisão com os pecebistas se daria exatamente em 1962, ano em que o PCB comemorava seu 40º aniversário de fundação.

Para analisar a disputa pela memória política entre diferentes organizações, Michael Pollak (1992, p. 200-212) cunhou um conceito intitulado por ele como *trabalho de enquadramento de memória*, este processo pode ser constatado quando a história de um grupo é escrita por seus próprios membros.

[...] Vale dizer: há um trabalho que é parcialmente realizado por historiadores. Temos historiadores orgânicos, num sentido tomado emprestado de Gramsci, que são os historiadores do Partido Comunista, os historiadores do movimento gaullista, os historiadores socialistas, os sindicalistas etc., cuja tarefa é precisamente enquadrar a memória. [...]. (POLLAK, p. 200-212).

Se existe este trabalho de enquadramento da memória de um determinado grupo, podemos concluir que ele se realiza sempre a partir dos condicionamentos de um presente que por alguma razão demanda a reorganização de seu passado. Para Michael Pollak, este mecanismo redimensionador da memória é entendido como um investimento de caráter simbólico no grupo, que em última instância visaria manter sua unidade interna e identidade coletiva. Referindo-se em específico ao caso dos comunistas franceses:

[...] Esse fenômeno torna-se bem claro em momentos em que, em função da percepção por outras organizações, é preciso realizar o trabalho de rearrumação da memória do próprio grupo. Isso é óbvio no caso do Partido Comunista. Cada vez que ocorre uma reorganização interna, a cada reorientação ideológica importante, reescreve-se a história do partido e a história em geral, [como por ocasião do XX Congresso do PCUs]. [...] Como sabemos, é nesses momentos que ocorrem as cisões e a criação, sobre um fundo heterogêneo de memória, ou de fidelidade à memória antiga, de novos agrupamentos. (POLLAK, 1992, p. 200-212).

Quando observamos os trabalhos de história a respeito do PCB e mesmo do PC do B, notamos que em sua maioria foram realizados por membros desses partidos, sendo que estudos acadêmicos referentes a essa temática só passaram a ter lugar mais recentemente. No caso das duas organizações citadas podemos encontrar também um grande número de *memórias* de ex-militantes, nas quais a história do sujeito se confunde com a do partido.

Além do *trabalho de enquadramento de memória* propriamente dito, Pollak percebe um outro aspecto na formação de uma identidade coletiva. Para o autor, a coesão interna de um grupo resulta também de um processo que independe daqueles indivíduos denominados por ele como *historiadores orgânicos*, e que estão diretamente ligados à sedimentação da memória. Afora os investimentos conscientes para a manutenção do grupo enquanto tal,

[...] há também o *trabalho da própria memória em si*. Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização. Por exemplo, a partir do momento em que o Partido Comunista amarrou bem a sua história e a sua memória, essa mesma memória passou a trabalhar por si só, a influir na organização, nas gerações futuras de quadros; os investimentos do passado, por assim dizer, renderam juros. [...]. (POLLAK, 1992, p. 200-212, grifo do autor).

Volto a ressaltar que Michael Pollak está se referindo à história dos comunistas na França, de modo que não se pode simplesmente aplicar suas proposições ao caso brasileiro. Porém, as indagações do autor servem de ponto de partida para questionarmos como se deu, por exemplo, a constituição da identidade do PC do B. Se os investimentos simbólicos na unidade do grupo acabam por adquirir uma autonomia quando consolidados, ou seja, a memória passa a *trabalhar por si só*, daí se pode concluir que no instante em que um novo militante adentra determinada organização, ele já encontra uma estrutura de memória e identidade coletiva estável e em funcionamento.

[...] Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência. (POLLAK, 1992, p. 200-212).

Quando um grupo apresenta uma unidade interna consistente, Pollak acredita que o mesmo está pouco vulnerável a ataques externos, quer dizer, suas estruturas de funcionamento e manutenção não são passíveis de serem abaladas por algo exterior a elas próprias. Se trabalharmos com essa hipótese, podemos compreender as razões do surgimento do PC do B, pois, a origem do processo que acabaria resultando na cisão ou, na reorganização do novo Partido Comunista no início dos anos 60, data pelo menos de 1956, no bojo das discussões desencadeadas pelo XX Congresso do PCUs.

Prosseguindo com o raciocínio, a fratura que o PCB sofreria em 1962, só foi possível pela escalada das disputas entre o grupo declaradamente stalinista e aquele outro reunido em torno de Luis Carlos Prestes. Embora a discussão que daria início aos debates tivesse uma causa externa – as denúncias de Krushev na URSS –, o movimento que cindiu o velho partido em dois se processou de dentro para fora, portanto, por mais sólida que fosse a unidade interna do PCB, a organização não pôde suportar tal nível de tensão no interior de seus quadros.

A disputa pela manutenção da memória entre os comunistas brasileiros pode ser notada mesmo antes do surgimento oficial do PC do B. Quando na Conferência Nacional realizada pelo PCB em setembro de 1961 se aprova a mudança de nome da organização para Partido Comunista Brasileiro, abandonando-se a sigla Partido Comunista do Brasil, que remetia à sua fundação em 1922, o grupo liderado por Amazonas, Pomar e Grabois, intensifica ainda mais seus ataques ao CC (Comitê Central) e à Prestes. A troca de nome buscava adequar o partido às leis do STE (Superior Tribunal Eleitoral), já que o PCB almejava recuperar seu registro legal cassado em 1947. Para os críticos de tal manobra, entretanto, abdicar do nome histórico do partido equivalia a renunciar à própria causa do socialismo, e conseqüentemente à memória do grupo.

Além da mudança de nome, o estatuto partidário apresentado ao STE trazia outras alterações que descaracterizariam o partido na condição de vanguarda da classe operária. O intuito do CC era apresentar o PCB como uma organização político-partidária eminentemente brasileira, e não uma mera sucursal do PCUs no país. Um documento intitulado *Carta do 100* formalizaria as críticas dos opositores aos dirigentes do partido.

Através da “Carta dos 100”, os dissidentes protestam e criticam a omissão deliberada das referências ao marxismo-leninismo e à luta revolucionária. Este documento vai se constituir no detonador do processo de ruptura, pois os “reformistas”, mais que Stalinistas, eram pró-soviéticos. Haviām aceito a auto-crítica sobre Stálin, pois esta fora orientada pelo PCUS, mas assim como este, não abandonara a prática instituída. A solução da divergência pela expulsão sumária já estava, portanto, colocada. [...]. (GARCIA, 1979).

Jean Rodrigues Sales (2000, p. 74-80) em trabalho acerca da trajetória política do PC do B, analisa a formação do partido e as contendas travadas com os pecebistas pelo passado em comum. Para o autor, a constante luta pela memória constituída ao longo das décadas seria imprescindível para que o PC do B pudesse justificar e legitimar sua atuação frente aos demais.

O PC do B, [...] na sua conferência extraordinária, realizada em Fevereiro de 1962, quando declararam a “reorganização” do partido, já em seu primeiro documento, demarcaram território na disputa pelo passado. Os momentos importantes, que teriam levado o grupo a se formar e a se “reorganizar” seriam praticamente os

mesmos apontados pelo PCB, mas, é claro, a interpretação a respeito de tais momentos seria oposta. (SALES, 2000, p. 77-78).

Um desses momentos aos quais Sales se refere diz respeito exatamente ao XX Congresso do PCUs e seus desdobramentos no Brasil. A paulatina mudança nas posturas do PCB após 1956 não agradava ao grupo que viria a organizar o novo Partido Comunista em 1962, de sorte que o PC do B entenderia de uma outra maneira as denúncias de Nikita Krushev. Ademais, a aproximação com o maoísmo acabaria contribuindo para que o grupo pudesse melhor fundamentar seu posicionamento político, nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho (1991, p.126):

O maoísmo, como alternativa política, começava a criticar cada vez mais abertamente o chamado “revisãoismo” soviético, associando-o à socialdemocracia e indicando a necessidade de sua exclusão do movimento comunista internacional. Propunha a luta pela manutenção do que entendia serem os princípios essenciais do marxismo-leninismo: a hegemonia proletária na luta revolucionária, a revolução violenta, a aliança prioritária com os camponeses, a ditadura do proletariado no processo da construção do socialismo.

A partir da fundação do PC do B a dinâmica do grupo será de alternância entre a reivindicação do passado histórico do PCB e a busca de novos alinhamentos político-ideológicos que respondessem aos desafios que estavam postos naquela conjuntura. Trata-se de um processo bastante complexo, pois, ao reivindicar os símbolos e a memória do velho Partido Comunista, a organização tinha necessariamente que se diferenciar do PCB, já que não mais compartilhava com alguns de seus postulados. A dicotomia entre a afirmação e a negação do legado pecebista estará presente em todo o processo de constituição da identidade coletiva do PC do B, processo no qual certamente a Revolução Cubana tem lugar.

O jornal *A classe operária* foi o porta voz oficial do PC do B desde sua fundação em 1962 e circulou com frequência até 1964, quando em virtude do golpe passa a ser publicado precariamente na clandestinidade. A exemplo de *A classe operária*, todos os periódicos de esquerda publicados até o golpe sofrem duramente com o novo regime, e os que não desaparecem em definitivo são publicados às ocultas nas mais difíceis condições.

Nas páginas do jornal chama a atenção um artigo intitulado: “O movimento guerrilheiro na América Latina”³³, que se trata na verdade da reprodução de uma matéria da revista soviética *Problemas Internacionais*. O texto procura fazer um panorama dos movimentos guerrilheiros na América Latina e, ainda que o exemplo cubano não seja citado, essa tática de combate revolucionário é apresentada como a mais peculiar das resistências populares nos países do continente nos quais existia luta armada.

À primeira vista pode parecer contraditório que o PC do B, partido sempre associado ao maoísmo e, portanto, à estratégia da guerra popular prolongada, tenha publicado artigo no qual a guerra de guerrilhas figure como a forma de luta primeira na América Latina. Nesse tocante, em recente artigo, Jean Rodrigues Sales diz o seguinte a respeito do PC do B:

[...] Opostamente ao que costuma ser ressaltado em trabalhos sobre o PC do B, não foi no imediato momento de seu nascimento que o partido optou por um alinhamento incondicional ao PCC. Ao contrário, em seu primeiro ano de existência, o PC do B tentou se aproximar de países como URSS e Cuba, sendo que a opção pelo relacionamento preferencial com os chineses não se deu antes de 1963. (SALES, 2001, p. 23).

Como vimos, quando de seu surgimento em 1962, o PC do B ainda percorria o campo das esquerdas comunistas em busca de alinhamentos. O novo partido trazia consigo, é claro, um arcabouço teórico que herdara do PCB, o que já lhe valia uma série preceitos teóricos com os quais jamais iria romper.

Assim como o jornal das Ligas Camponesas já citado aqui, *A classe operária* também dá grande importância ao bloqueio naval a Cuba e, frente aos fatos ocorridos na ilha o PC do B denuncia num artigo a ambigüidade na posição do governo brasileiro. O delegado do Brasil na OEA, Pena Marinho, votando pelo bloqueio naval se colocava em desacordo com o povo, que segundo o partido empenhava-se na defesa da Revolução Cubana. A crítica ao governo João Goulart se faz patente.

O jornal *A classe operária* se assemelhava muito aos jornais da grande imprensa na época, podendo-se dizer o mesmo com relação ao *Liga* e ao *Novos Rumos*, periódico do PCB

³³ *A classe operária*, nº 427, p. 3, 16 a 30 de setembro de 1962.

que não será pesquisado neste trabalho. As semelhanças residem principalmente na diagramação do jornal, sendo que, encontramos manchetes e fotos de capa assim como em qualquer outro órgão da grande imprensa, além de editoriais e colunas fixas. Naturalmente as semelhanças acabavam por aí.

Ainda a respeito do formato do jornal, o modo como as matérias são distribuídas revelam também a intenção dos redatores de fazer o leitor entender muito além do conteúdo explícito nos textos publicados. Em novembro de 1962 isso fica claro, pois, na página 5 de *A classe operária* o título impresso em caixa-alta: “Solidariedade ao povo de Cuba” é seguido de dezenas de pequenas notas de apoio ao país. Dessa maneira, percebe-se que o objetivo do diagramador do jornal é fazer notar que a defesa da Revolução Cubana é um fenômeno que envolve não só os militantes do partido, como todo o povo brasileiro. Nas referidas notas, desde os estudantes paulistas e pernambucanos até os ferroviários de Niterói, todos prestam seu apoio a Cuba.

De março de 1962 até fevereiro de 1964, perfazendo um período de aproximadamente dois anos, *A classe operária* publicou mais de oitenta artigos cuja temática era a Revolução Cubana, praticamente nenhum número do jornal saiu das prensas tipográficas sem ao menos uma breve notícia a respeito de Cuba.

Do mesmo modo que as Ligas Camponesas, o PC do B também erigia Cuba como exemplo para todos os povos da América Latina. Assim, a idéia de que a Revolução Cubana se configurava como um marco nas lutas sociais do continente, não é apenas uma criação do discurso historiográfico elaborado posteriormente, mas sim, um juízo corrente na época, principalmente nos círculos de esquerda.³⁴

³⁴ Existem vários trabalhos que tratam da importância da Revolução Cubana na trajetória das esquerdas latino-americanas, cito aqui três dos principais: PORTANTIERO, J. C. O marxismo latino-americano. In: HOBBSAWM, E. J. (Org.). *História do Marxismo*. vol. 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 333-357; LÖWY, M. (Org.). *O marxismo na América latina*. 2. reimpressão atualizada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003 e BANDEIRA, L. A. M. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

[...] A vitória do movimento revolucionário chefiado por Fidel Castro não só redimiu um bravo e pequeno povo, como iniciou uma nova etapa na luta dos latino-americanos por sua emancipação nacional, pela democracia, por uma vida livre e feliz. Representando uma reviravolta nos destinos da América Latina, a repercussão da Revolução Cubana, guardadas as proporções, corresponde em nosso Continente, à influência que teve a Grande Revolução Socialista de Outubro, para a Revolução Mundial, e a Revolução Chinesa, para o movimento de *libertação nacional* nos países *coloniais e dependentes*. [...]. (grifo nosso)³⁵

Note-se que expressões do tipo “libertação nacional” ou países “coloniais” e “dependentes”, revelam sem dúvida a herança dos postulados da III Internacional que permaneceriam nas formulações do PC do B. A reviravolta gerada pela Revolução Cubana à qual se refere o artigo, denota a importância dispensada pelo PC do B a Cuba ainda em 1962, chegando o partido a compará-la mesmo com a URSS ou a China.

A seguir reproduz-se a imagem de capa do Suplemento Especial de *A Classe operária* em comemoração ao aniversário do assalto ao quartel Moncada em Cuba, ocorrido no dia 26 de julho de 1953. A data festiva cubana todos os anos era celebrada pelo PC do B.



A classe operária, nº 423, Suplemento Especial, julho de 1962.

³⁵ “Cuba – honra e consciência da América latina”. *A classe operária*, nº 418, p. 8, março de 1962.

Além do 26 de julho, anualmente no mês de janeiro o jornal publicava uma série de matérias comemorativas ao triunfo da Revolução Cubana. Ainda em 1962 *A classe operária* definiria como “contagante” o exemplo de Cuba.

[...] Por isso, centenas e mesmo milhares de camponeses, de operários, de estudantes, de patriotas de outras camadas, [...] procuram fortalecer e ampliar seus núcleos guerrilheiros a fim de impulsionar o movimento libertador e democrático de milhões de explorados e oprimidos [...].³⁶

Quando em 1963 o PC do B iniciava sua aproximação com o maoísmo, as referências elogiosas à Revolução Cubana eram fartamente encontradas nas páginas de seu jornal. O partido ainda não havia se alinhado completamente aos chineses e, desse modo, a guerra de guerrilhas e o foquismo não eram completamente rejeitados na cartilha política do PC do B.

[...] A Revolução Cubana é uma fonte inesgotável de ensinamentos. Pôs abaixo todas as teorias que, em face à potência econômica e militar do imperialismo norte-americano, pregam a impossibilidade de levar a cabo, em qualquer país do continente, uma luta revolucionária vitoriosa [...]. Revela que somente a luta armada dos espoliados trará a vitória contra o imperialismo, os latifundiários e os grandes capitalistas [...].³⁷

Claro que para um partido organizado nos moldes do PC do B, que reivindicava a memória política de 1922, a estratégia da guerra popular prolongada se mostrava muito mais coerente com seus estatutos. Ainda que guerrilha e guerra popular guardassem semelhanças entre si, como a primazia do campesinato e o campo como palco de luta, a concepção do foco guerrilheiro subordinava o fator político ao militar, ou seja, o partido, se de fato existisse, não ocuparia senão papel secundário no processo da revolução.

O maoísmo por seu turno, pleiteando a guerra popular prolongada como estratégia revolucionária, conferia total prioridade ao trabalho político do partido, de modo que a guerrilha rural só se desenvolveria submetida à direção política da vanguarda e jamais sem ela. Segundo a concepção maoísta o espaço do partido na revolução estaria então preservado, e foi justamente esta a opção teórico-ideológica do PC do B. Entretanto, a despeito de se

³⁶ “A II Declaração de Havana e a nossa responsabilidade”. *A classe operária*, nº 420, p. 4, maio de 1962.

³⁷ “Histórico triunfo para a América Latina”. *A classe operária*, nº 434, p. 3, janeiro de 1963.

proclamar como maoísta e defender a guerra popular prolongada, na opinião de Marco Aurélio Garcia o partido apresentava traços de inclinação ao foquismo e, ainda segundo ele,

[...] Para o PC do B impõem-se o caráter violento da revolução, que a partir de 62 passou a ser instrumentalizado. Nesse sentido, é que mesmo antes do golpe de 1964, militantes do partido partem para o campo, para entrar em contato com sua realidade e dar início aos seus preparativos de guerrilha. (GARCIA, 1979).

Tomar contato com a realidade do campo não significava, porém, que o PC do B compreendesse em profundidade as relações de trabalho e os conflitos sociais vividos pela população rural no Brasil. Garcia interpreta que o pouco interesse do partido em realizar uma análise sistemática do campo brasileiro, é mais um indício de sua propensão ao modelo cubano de guerra de guerrilhas.

De acordo com os próprios membros do partido, apesar da teoria foquista ser criticada e rejeitada teoricamente, na prática foi a orientadora de sua ação e sintomático disto, é o fato do PC do B nunca ter formulado um Programa Agrário. Nunca ter procurado saber mais sobre a “Força principal” de sua revolução. Apesar deste ‘status’ superior, os camponeses, pequenos proprietários e trabalhadores rurais foram considerados como vivendo, no geral, a mesma situação e tendo, portanto, as mesmas aspirações e necessidades, tal como os encarava o PCB. (GARCIA, 1979).

Um outro fator que distanciava cubanos e chineses em suas respectivas estratégias era a questão das etapas da revolução. O maoísmo não rompia com a concepção das fases revolucionárias, a primeira etapa do processo seria democrático-burguês e não imediatamente socialista como queriam fazer crer os cubanos por meio da teoria do foco. O PC do B nessa discussão se aproximaria das formulações chinesas concebendo etapas intermediárias na revolução, o que não quer dizer que essa postura do grupo tenha a ver apenas com sua aproximação do maoísmo, já que todo seu Comitê Central vinha de postos de direção no PCB, partido que desde o VI Congresso da III Internacional Comunista em 1928 propugnava a revolução por etapas.³⁸

Antes de 1964 a Revolução Cubana fez parte integrante do discurso político do PC do B, articulando o exemplo cubano à sua experiência política, o grupo procurou

³⁸ Para a relação entre as resoluções da III Internacional e o movimento comunista na América Latina ver: ZAIDÁN, M. “O grande *tourant*: o VI congresso da Internacional Comunista (1928-1929)”. In: REIS Fº, D. A. et. al. *História do marxismo no Brasil*. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 89-104.

incessantemente formular diretrizes para sua atuação e intervenção nas tarefas postas pela revolução brasileira. Como pudemos demonstrar aqui, a despeito de representar para o partido um marco nas lutas populares para toda a América Latina, as lideranças da organização cautelosamente não fizeram de Cuba um exemplo revolucionário incontestado. As opções ideológicas que o PC do B faria com o passar do tempo deixariam isso claro. Cuba era o baluarte do socialismo na América, mas para o partido, o caminho da revolução brasileira deveria ser trilhado de outra maneira que não aquela observada na ilha. Já após o golpe militar, em 1966, o PC do B formularia agudas críticas aos caminhos que os líderes cubanos imprimiam à revolução.

Diferentemente do PC do B encontramos em um outro extremo o caso as Ligas Camponesas. Parece claro que dentre as organizações investigadas até aqui foram precisamente as Ligas que mais se aproximaram das idéias cubanas. Pelo menos parte dos dirigentes desse grupo aderiu claramente ao projeto da guerrilha rural, de modo que os esforços para o desencadeamento da luta armada no Brasil datam pelo menos do início dos anos 60. A importância da Revolução Cubana na trajetória da Ligas Camponesas esteve muito além da simples inspiração no exemplo representado pela ilha. Como foi apontado anteriormente, a organização chegou mesmo a formar campos de treinamento guerrilheiro no interior do país com apoio cubano e, além disso, diversos integrantes do grupo estiveram em Cuba recebendo treinamento militar.

Quanto ao caso da AP e da POLOP, o impacto da Revolução Cubana se deu de maneira menos circunscrita, o que não implica em dizer que para ambas organizações o exemplo de Cuba teve menor relevância. A POLOP, desde sua fundação vinculada aos postulados clássicos do marxismo-leninismo, procurou validar a teoria do foco guerrilheiro adaptando-o às condições brasileiras. Assim, surgia uma teoria híbrida na qual coexistiam os princípios estratégicos da insurreição urbana e da luta armada no campo. Ao promoverem tal

fusão teórica os polopistas não abandonavam as premissas da excelência do proletariado na revolução e, ao mesmo tempo, rompiam com a política pacifista de alianças praticada pelo PCB. No caso da AP, não haveria antes de 1964 uma adesão manifesta do grupo ao projeto da luta armada. Paulatinamente a organização se afastaria do humanismo cristão alinhando-se ao marxismo, porém, tal processo ocorreria apenas no início do regime militar, período no qual a radicalização político-ideológica seria a tônica de quase todos os grupos de esquerda.

Capítulo 2. 1964: o fechamento institucional e as esquerdas comunistas.

Se tu falas muitas palavras sutis
E gostas de senhas, sussurros, ardis
A lei tem ouvidos pra te delatar
Nas pedras do teu próprio lar.

Se trazes no bolso a contravenção
Muambas, baganas e nem um tostão
A lei te vigia, bandido infeliz
Com seus olhos de raio-x.

Se vives nas sombras, freqüentas
porões
Se tramas assaltos ou revoluções
A lei te procura amanhã de manhã
Com seu faro de Dobermann.

O surgimento da luta armada no Brasil muitas vezes foi tratado pela historiografia como sendo uma reação ao golpe civil-militar de 1964. Outras vertentes interpretativas, porém, concebem de forma diferente a radicalização daquelas parcelas da esquerda que optaram por enfrentar os militares então no poder. Relacionaremos nesta parte do trabalho algumas das explicações históricas para a eclosão da guerrilha urbana no país, bem como procuraremos demonstrar em que medida a consolidação do regime militar concorreu para que a Extrema Esquerda realizasse suas primeiras ações revolucionárias.

De maneira geral, era com base na leitura que faziam da economia brasileira que as organizações clandestinas traçavam seus planos de atuação no combate à ditadura. Nos anos 60 e 70, como se irá expor, uma importante discussão no âmbito da disputa entre a Extrema Esquerda e o PCB, girou em torno da existência ou não de resíduos de *feudalismo* nas relações de produção das áreas rurais no Brasil. Neste sentido, ressaltamos a análise do livro de Caio Prado Jr. *A revolução brasileira*, publicado em 1966.

No que diz respeito às etapas da luta revolucionária, as organizações armadas fariam diferentes apropriações da experiência cubana. Veremos como algumas delas

reconheceram em Cuba um modelo de revolução imediatamente socialista, ao passo que outras, alegariam ser aquele exemplo um processo revolucionário com diferentes fases. Outro ponto central dos debates nos grupos armados referia-se ao papel do partido marxista-leninista. Cuba seria constantemente evocada por aqueles que defendiam que a vanguarda deveria se estruturar como um exército guerrilheiro, e não como um partido político, sendo que este último surgiria naturalmente no decorrer do movimento.

2.1. O golpe civil-militar de 1964 e a Extrema Esquerda brasileira.

O golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 é sem dúvida um ponto de inflexão na recente história política do Brasil. Cabe aqui, no entanto, avaliar qual a relação desse fato com o objeto ora estudado, ou melhor, é necessário questionar se a subida dos militares ao poder de fato contribuiu para uma alteração no comportamento dos grupos de extrema esquerda já existentes e, da mesma forma, se as novas organizações surgidas a partir do golpe devem seu aparecimento ao regime ditatorial dos generais presidentes.

A questão da natureza da luta armada no Brasil ocupou longas páginas da historiografia que trata do período. Como já foi assinalado, tal produção historiográfica foi elaborada principalmente por militantes egressos dos grupos revolucionários, portanto, indivíduos que a um só tempo são protagonistas e produtores de uma mesma história. Semelhante especificidade nos leva necessariamente a questionar o “lugar social” a partir do qual essa historiografia foi gestada.

No clássico texto de Michel de Certeau lemos:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-

econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 2002, p. 66-67).

Naturalmente, não é apanágio da historiografia com a qual se dialoga aqui, estar submetida às determinações de um lugar/espço de produção. Todo e qualquer trabalho historiográfico está sujeito aos condicionamentos destacados por Certeau. Contudo, em se tratando especificamente do conjunto de obras dedicadas ao estudo das esquerdas no Brasil nos anos 60 e 70, verificamos que a maioria de seus autores, além de estarem vinculados ao lugar social dessa produção historiográfica, encontram-se igualmente comprometidos com o próprio passado objeto de suas reflexões.

Embora não se vá analisá-los aqui, existem inúmeros trabalhos de memória e depoimentos de ex-militantes do PCB que durante muito tempo predominaram no mercado editorial. Na realidade, trata-se de obras de gênero autobiográfico, nas quais a trajetória do indivíduo se confunde com a história do Partido Comunista. Com relação aos grupos armados podemos constatar fenômeno análogo. Após a anistia em 1979 e a gradual abertura política que se verificou no Brasil, a militância que vinha dos longos anos de exílio começou a trazer à tona por meio da publicação de suas memórias outra versão da história de resistência à ditadura que não aquela divulgada pelos militares.

São escritos como os de Jacob Gorender (1999), Daniel Aarão Reis Filho (1990) e Marco Aurélio Garcia (1979), entre outros, que nos interessam mais diretamente. Dada a natureza desses textos, poderíamos qualificar seus autores como *militantes especialistas*, pois, apesar de também terem sido integrantes de grupos revolucionários, suas obras, realizadas dentro e fora do meio acadêmico, apresentam uma abordagem histórica que as difere dos trabalhos de memória. Uma das principais diferenças que podem ser apontadas

reside no fato de que a análise desses livros não repousa exatamente no indivíduo/autor, e nem o tem como o centro da narrativa. Ademais, são investigações que incluem pesquisa documental, permitindo que o exame do passado vá além da própria experiência vivida.

É possível que o trabalho de Jacob Gorender *Combate nas trevas* (1999), seja dentre todos aquele que mais se aproxime da categoria autobiográfica. Gorender deixa claro desde o princípio que esteve envolvido na maioria dos acontecimentos que analisa ao longo do livro. Porém, embora seja evidente sua participação, *Combate nas trevas* definitivamente não é apenas um livro de memórias. Longe disso, baseia-se em fontes orais e escritas apresentando profundas reflexões a respeito do jogo de forças político-sociais do país nas décadas de 60 e 70.

Os problemas oriundos do envolvimento direto de um autor com seu objeto de estudo podem ser notados, por exemplo, nas interpretações acerca da eclosão da luta armada no Brasil. Não existe, nos principais trabalhos que tratam do assunto, um consenso a respeito dos motivos que levaram parcelas da esquerda comunista a pegar em armas. De qualquer forma, o golpe de 64 sempre aparece como parte das explicações para a radicalização das organizações clandestinas. A importância da tomada de poder pelos militares varia de uma explicação para outra, sendo que, em algumas delas, a instauração do novo regime é compreendido como o evento sem o qual não haveria a luta armada. Na opinião de outro ex-militante, refiro-me a João Quartim de Moraes, “A pré-condição histórica fundamental do desencadeamento da luta armada no Brasil foi o golpe de 1964, assim como sua condição política fundamental foi a consolidação da ditadura militar [...]”. (MORAES, 1989, p. 139).

Para o autor, está claro, não foi especificamente o evento/acontecimento do golpe de direita que fez surgir os grupos guerrilheiros, mas sim, a posterior consolidação dos

militares no poder e conseqüentemente o estabelecimento de um Estado de exceção no país. Para ele, existe uma relação causal entre “[...] ditadura militar reacionária e luta armada revolucionária”. (MORAES, 1989, p. 143). Como contraponto, o autor se refere aos movimentos guerrilheiros latino-americanos dos *Tupamaros* e do *Sendero Luminoso* como desvios de uma regra geral, exatamente porque surgidos em países nos quais ainda existiam instituições democráticas. Ainda com relação ao Brasil João Quartim de Moraes afirma:

Sustentamos que, se não tivesse ocorrido o golpe de 1964 e, sobretudo, se este não tivesse se cristalizado numa ditadura militar, a *possibilidade objetiva* da ocorrência de um movimento de luta armada no Brasil teria sido mínima. Poderiam, nesta hipótese, ter ocorrido tentativas meramente grupusculares de preparar focos guerrilheiros táticos ou estratégicos, acompanhados de ataques esporádicos a bancos e outras fontes diretas de “auto-financiamento” [...]. (MORAES, 1989, p. 143, grifo do autor).

Quem lê a argumentação de Moraes é levado a crer que no Brasil do pós 64 e, principalmente do pós 68, atuaram enormes grupos de guerrilha urbana e que nunca se praticou sequer um assalto a banco com o objetivo de fomentar a revolução. Quando na verdade, o movimento da guerrilha urbana no Brasil foi levado a cabo justamente por pequenos grupos que tinham como uma das únicas fontes de recursos as “ações expropriatórias” aos carros pagadores e casas bancárias. Essa nossa afirmação, é claro, de nenhuma maneira desqualifica a atuação das organizações revolucionárias naquela conjuntura.

A título de comparação poderíamos cotejar o fenômeno da luta armada no Brasil com a experiência congênere na Argentina. Como é sabido, os grupos revolucionários não tencionavam iniciar guerrilhas rurais no país vizinho, pois, sua concentração populacional já era na época sobretudo urbana. Reside aí a primeira grande diferença em relação ao caso brasileiro, no qual toda a Extrema Esquerda tinha a pretensão de lançar bases militares no campo. No ano de 1975 os Montoneros, principal organização armada argentina, atingiriam

o auge de sua trajetória como grupo de guerrilha urbana. Richard Gillespie (1987, p. 221-222) estima que por volta dessa data os Montoneros tivessem sob seu comando um braço armado com cerca de cinco mil integrantes, não incluindo aí o gigantesco setor político que contava igualmente com milhares de pessoas.

Outros autores afirmam mesmo que só a divisão de combate dos Montoneros chegou a contar com uma cifra entre sete e dez mil militantes, um verdadeiro exército (GILLESPIE, 1987, p. 221-222). Diante de tais dados somos obrigados a reconhecer que a experiência guerrilheira no Brasil foi bastante restrita em termos numéricos se confrontada com exemplos de outros países. A ALN, segundo as informações do projeto BMN (Brasil Nunca Mais), organizado pela arquidiocese de São Paulo em meados dos anos 80, teve aproximadamente setecentos integrantes conhecidos, isto é, fichados pela justiça militar (RIDENTI, 1993, p. 123). É claro que se chegou a esse número apenas com base nos arquivos da repressão, sendo que provavelmente o grupo pudesse contar com mais militantes. Contudo, é factível que nenhuma organização clandestina brasileira tenha mesmo em seu ápice atingido uma quantidade de membros semelhante a dos Montoneros na Argentina ou dos Tupamaros no Uruguai.

Se em outros países o número de militantes dos grupos de guerrilha urbana os diferenciava das organizações brasileiras, suas motivações e fórmulas ideológicas eram bastante parecidas. Em um texto em forma de entrevista intitulado *Trinta perguntas a um tupamaro*, de 1968, esse movimento armado uruguaio divulgava suas posições em relação à luta pelo socialismo. Chama a atenção sua semelhança com o discurso antiburocrático da ALN no Brasil:

Qual é a diferença fundamental da organização de vocês com outras organizações de esquerda? _ A maioria destas últimas parecem confiar mais nos manifestos, na emissão de enunciados teóricos referentes à revolução para preparar militantes e condições revolucionárias, sem compreender que, fundamentalmente, as ações revolucionárias é que precipitam as situações revolucionárias.(grifo no original).

Os Tupamaros, a exemplo dos Montoneros e de algumas organizações clandestinas brasileiras, atuaram especialmente nas cidades, todavia, reconheciam igualmente o valor estratégico dos ensinamentos da Revolução Cubana para o conjunto dos países latino-americanos.

Poderia me dar algum exemplo histórico ilustrativo do princípio de que a ação revolucionária gera consciência, organização e condições revolucionárias? _ Cuba é um exemplo. Em vez do longo processo de formação do partido de massas, instala-se um foco guerrilheiro com uma dúzia de homens, e este fato gera consciência, organização e condições revolucionárias que culminam com uma verdadeira revolução socialista. Ante o fato revolucionário consumado, todos os revolucionários autênticos são obrigados a não ficar para trás. (grifo no original).

Na interpretação de Jacob Gorender o golpe civil-militar também tem grande relevância no processo de radicalização da esquerda. As ações armadas, na opinião do autor, se constituiriam numa espécie de “violência retardada”, assim, “[...] não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968 [...]”. (GORENDER, 1999, p. 286).

João Quartim de Moraes é crítico da idéia de “violência retardada” defendida por Gorender. Note-se que ambos estiveram envolvidos diretamente no desencadeamento da guerrilha urbana no país. Moraes entende que as ações revolucionárias não podem ser concebidas como violência retardada contra o regime, pois, as parcelas da esquerda que pegaram em armas a partir de 1968, não seriam as mesmas que na ocasião do golpe se furtaram a resisti-lo. Na visão do autor, os grupos guerrilheiros eram compostos majoritariamente por indivíduos que acabavam de adentrar na militância política, e que, portanto, não tiveram participação ativa no pré 64 (MORAES, 1989, p. 147).

Por outro lado, entendemos que pensar as ações armadas como “violência retardada”, tem para Gorender um significado que está em total consonância com sua

trajetória política. Sendo membro do PCB antes de 1964, Jacob Gorender iria juntamente com outros ex-dirigentes do partido fundar o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), organização que a partir de 1968 também se lançaria no projeto da guerrilha urbana.

É com efeito muito difícil, senão impossível, a um autor que também foi protagonista do processo que descreve, separar completamente a si próprio de si próprio. Gorender, como se sabe, ao lado de Apolônio de Carvalho e de Mário Alves, foi um dos dirigentes comunistas que viveu intensamente a experiência do pré-golpe com posições de esquerda dentro do PCB. *Quando sugere que a esquerda que não pegou em armas em 1964, quando devia, tomou-as a partir de 1968, quando não devia, está pensando em seus companheiros mais próximos, notadamente os acima citados [...].* (MORAES, 1989, p. 147, grifo nosso).

É apropriado lembrar também que ainda em 1962 Celso Furtado em *A pré-revolução brasileira* já ponderava que o advento de um golpe político das elites conservadoras poderia ser o detonador de uma crise revolucionária no Brasil. Furtado acreditava que um processo revolucionário socialista poderia se executar no país por dois meios: primeiramente pela gravidade do problema agrário que dia-a-dia fazia aumentar as contradições sociais no campo, gerando assim um foco de contestação em potencial,

A segunda possibilidade de efetivação de uma revolução de tipo marxista-leninista está ligada a um [possível] retrocesso na estrutura política. Observamos que esse tipo de revolução é pouco viável em uma sociedade aberta, a menos que seja imposta de fora para dentro, como ocorreu em alguns países da Europa Central. *Contudo, não se exclui a possibilidade de um retrocesso em nossa organização político-social.* A imposição de uma ditadura de direita, tornando rígida toda a estrutura política, criaria condições propícias a uma efetiva arregimentação revolucionária de tipo marxista-leninista. (grifo nosso).

As afirmações de Celso Furtado nos levam a confirmar novamente que parte das chaves explicativas presentes na historiografia relativa à ditadura militar já estava posta nos debates intelectuais daquele período, de forma que tanto existem rupturas quanto continuidades nas interpretações realizadas posteriormente.

Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, na introdução da coletânea de documentos da esquerda armada organizada por ambos (1985), também nos sugerem

possibilidades para o entendimento da eclosão da guerrilha urbana no Brasil. Haveria no processo de constituição das organizações clandestinas um forte choque de gerações, sendo os militantes mais antigos profundamente marcados pelo advento da ditadura militar. Neste sentido, a interpretação dos dois autores converge com a opinião de João Quartim de Moraes no que se refere aos protagonistas centrais da luta armada.

[...] A derrota de 1964 não destruiu apenas esquemas, sonhos e partidos. Cortou carreiras políticas, interrompeu projetos de vida. A grande massa dos que militavam antes de 1964 ficou-se perplexa, desorientada, desmoralizada e simplesmente retirou-se, pegou o boné, desistiu ao menos temporariamente [...]. Nas organizações e partidos da Nova Esquerda a média de idade beirava freqüentemente os 20, 22 anos. Os que tinham 25 eram considerados veteranos [...]. (REIS Fº; SÁ, 1985, P. 15).

Outro estudo que também se ocupou da natureza da luta armada nos anos 60 e 70 foi o livro *O fantasma da revolução brasileira*, de Marcelo Ridenti. Diferentemente das interpretações apresentadas até agora, Ridenti não erige a ditadura militar em principal fator explicativo do surgimento da guerrilha urbana no Brasil.

Na sua opinião essa temática sempre foi tratada por uma “perspectiva institucional”, quer dizer, “[...] teriam sido levados à luta armada vários daqueles que se viram privados de seus canais institucionais de atuação social e política depois do golpe de 64, ou depois do ‘golpe dentro do golpe’ de 68 [...]”. (1993, p. 61). Segundo o autor, essa explicação definitivamente não dá conta do fenômeno em pauta, pois, ao atrelar o surgimento da luta armada à ditadura, subtrai-se todo o conteúdo “ativo” das ações revolucionárias, isto é, o surgimento dos grupos apenas poderia ser entendido como resposta à violência de Estado. Vista por esse prisma a história da guerrilha urbana no Brasil poderia ser designada estritamente com uma *resistência* ao regime militar. Ademais, Ridenti tem uma visão diametralmente oposta àquela defendida por João Quartim de Moraes quanto à importância do golpe de 64.

A visão do bloqueio institucional torna-se uma mistificação da realidade, pois parte tacitamente do pressuposto de que não haveria hipótese de um processo de ações armadas na sociedade brasileira se as instituições

estivessem funcionando regularmente, inclusive com canais de expressão para a oposição. Numa sociedade democrática não haveria necessidade de violência revolucionária, pois seriam criados canais apropriados para manifestação e solução dos conflitos sociais [...]. (RIDENTI, 1993, p. 61-62).

Marcelo Ridenti reconhece que o fechamento institucional promovido pelo Golpe de Estado gerou algumas das condições objetivas para que parcelas da militância comunista aderissem aos grupos armados. Entretanto, o autor assevera que nem todas as organizações tomaram nas mãos a bandeira da violência revolucionária, fato que pode ser confirmado pela trajetória da AP, que sendo “[...] também uma organização de extrema esquerda, não chegou a pegar em armas no período, embora tenha tido uma história de ascensão e queda na clandestinidade próxima daquela dos grupos armados”. (1993, p. 61).

Como último argumento contra o viés institucional presente nas interpretações acerca da luta armada, Ridenti lança mão de uma tese sua já demonstrada em outra parte do presente trabalho:

[...] O projeto da guerra de guerrilhas no Brasil era anterior ao golpe de 64; vinha, desde o princípio daquela década, estimulado pelo exemplo da revolução em Cuba. Para não falar nas propostas de revolução armada que vinham de muito antes, na tradição bolchevique, como o levante comunista de 1935, como a linha política do PCB no início dos anos 50 ou, ainda, como os projetos revolucionários comunistas de tendência trotskista. A guerrilha não eclodiu antes de 1964, mas sua presença já era defendida pela POLOP e por setores ligados às Ligas Camponesas, dando-se até alguns passos para a preparação de guerrilheiros [...]. (RIDENTI, 1993, p. 62-63, grifo nosso).

Não se pretende aqui esgotar o assunto e muito menos dar uma palavra final a respeito do mesmo. Todavia, a hipótese de Marcelo Ridenti parece ser a mais adequada e, neste passo, é principalmente com ela que dialogamos nessa pesquisa.

Prosseguindo com a discussão, ainda que não se aceite o golpe civil-militar de 1964 como o único fator explicativo da radicalização de parte da esquerda brasileira, é sabido que tal evento gerou uma avalanche de discussões no interior dos círculos comunistas. As avaliações de que apenas o enfrentamento armado contra o regime capitalista poderia impulsionar a revolução, foram, por assim dizer, corroboradas quando o golpe civil-militar

se concretizou. Na ótica de uma boa porção da militância, a investida dos militares e conservadores contra João Goulart era apenas mais um sinal de quão decrépito se encontrava o capitalismo brasileiro, que estando no limite de suas forças encontraria no golpe de direita sua única possibilidade de sustentação.

Daí em diante, a perspectiva da revolução pelas armas que já era largamente propalada antes de 1964, passa definitivamente a nortear os vários projetos de transformação social de uma parcela dos comunistas. Note-se que a centralidade da idéia de “revolução” no discurso da Extrema Esquerda na década de 60, não é, evidentemente, uma particularidade do Brasil. Em toda a América do Sul essa temática se transformou no eixo dos debates político-intelectuais e, foi apenas no final dos anos 70 que outros assuntos como a democracia, por exemplo, passariam a ser discutidos com mais intensidade naquele meio (LECHNER, 1995, p. 17-38).

Além de ter selado a opção da Extrema Esquerda brasileira pela luta armada, a consolidação do regime militar no país também concorreria para uma alteração no modo como os grupos concebiam o exemplo da Revolução Cubana. Está claro que a inclinação para a violência revolucionária não surgiu entre as organizações em virtude do Golpe de Estado. Contudo, no instante em que a oposição ao governo passa a ser por ele encarada como “crime de segurança nacional”, tem início no Brasil em pelo menos uma fração do movimento comunista um processo de militarização de seus quadros.

Em termos objetivos a militarização nos grupos da Extrema Esquerda atendia a uma dupla demanda. Antes de tudo, a forma como as organizações se estruturavam no pré 64 teve de ser adaptada às novas circunstâncias, ou seja, para driblar a repressão a militância já não podia atuar abertamente como de costume. Agora, mais do que nunca, a rígida disciplina e o respeito à hierarquia interna eram fundamentais para a execução das tarefas

revolucionárias e a manutenção dos quadros. Além disso, as forças armadas que em outros tempos somente defendiam o poder constituído, haviam dele se apossado com a “revolução redentora”, não tolerando contestações de qualquer natureza. Para aqueles que mesmo antes do golpe não pretendiam enfrentar o regime de forma pacífica o caminho estava posto: apenas ações militares derrotariam outros militares.

É no bojo do processo de militarização da Extrema Esquerda brasileira que a experiência de Cuba ganha novos contornos. Para os grupos que presenciaram o fechamento institucional em 1964, tais como a POLOP e a AP, bem como para os que já surgiram sob o signo da clandestinidade, casos da ALN, VPR e MR-8, dentre outros, a Revolução Cubana deixaria de ser simplesmente uma fonte de inspiração para o socialismo ou uma idéia força, para se transformar no grande paradigma de *ação revolucionária* da América Latina. A epopéia guerrilheira de Fidel Castro e Che Guevara passou a ser apropriada pelas organizações no Brasil como tática militar de assalto ao poder. Cuba não deixaria de simbolizar para as esquerdas o *primeiro território livre* do continente, porém, os aspectos políticos de sua revolução seriam colocados em segundo plano em benefício das lições técnico-estratégicas do foquismo e da guerra de guerrilhas.

Pode-se afirmar que o combate à ditadura militar no país contribuiu para uma mudança na atitude da esquerda armada brasileira diante de Cuba. Entretanto, como não se pretende nesta parte do trabalho avaliar as formas e canais de representação e apropriação da Revolução Cubana no Brasil, nos dedicaremos no capítulo seguinte a uma análise mais detida de tal processo.

2.2. A Extrema Esquerda e as interpretações da economia brasileira.

De maneira geral podemos afirmar que a visão do país elaborada pela Extrema Esquerda se constituiu em contraposição àquela defendida pelo PCB. É importante lembrar, no entanto, que embora praticamente todos os grupos discordassem dos postulados pecebistas, isso não significa que houvesse concordância entre eles nos diversos temas.

Dentre os pontos mais controversos nos debates da esquerda armada encontramos a questão do desenvolvimento capitalista brasileiro. Como é sabido, o entendimento do PCB quanto ao estágio do capitalismo pelo qual passava o Brasil, girava em torno de alguns cânones herdados da extinta III Internacional. A interpretação marxista a respeito das estruturas de produção do país o colocava junto ao grupo daquelas nações que apresentavam um desenvolvimento econômico dual, ou seja, a vida econômica do Brasil giraria em torno de dois pólos antagônicos: um ligado ao passado colonial e escravocrata, caracterizado pelo grande latifúndio monocultor, e outro marcado pelo desenvolvimento industrial nos grandes centros fabris.

Assim, no campo brasileiro ainda existiriam relações de produção de caráter feudal ou semifeudal, de modo que este espaço econômico representaria a estagnação do capitalismo no país, servindo de óbice àquele outro setor, que situado nas cidades se constituía na fração dinâmica e desenvolvida das forças produtivas do Brasil. O socialismo, objetivo último do Partido Comunista, só se faria viável no momento em que existisse um capitalismo nacional pujante e consolidado, que paulatinamente varresse os resquícios feudais do campo e estabelecesse as bases materiais para a revolução libertadora.

Essa interpretação estrutural e dualista empreendida pelo PCB ensejava à ação política do partido, orientando dirigentes e militância na luta pelo socialismo. Na opinião de

Carlos Alberto Dória a leitura marxista introduziria novos elementos no debate intelectual travado até então.

Portanto o que de original trouxe o marxismo para a análise de nossa “feudalidade” foi o fato de se recusar a tomá-la como um recurso meramente descritivo, utilizando-a para situar o país no processo amplo de desenvolvimento dos povos e evidenciando que esta *etapa* abria uma perspectiva de futuro e uma direção de luta. Neste sentido ele sepultou definitivamente o mote das discussões havidas no começo do século, girando em torno da raça ou do determinismo geográfico, para apresentar o Brasil de modo novo, isto é, como parte do mundo em permanente processo de mudanças no qual podem intervir a razão e a vontade humanas. [...] (DÓRIA, 1998, p. 214, grifo do autor).

A atuação da vanguarda política na forma do PCB se constituía naquela conjuntura como a própria encarnação da *razão e a vontade humanas*. Destarte, a militância do partido, norteada pela “ciência das classes trabalhadoras”, o marxismo, se lançaria na tarefa de ver superado por meio de suas lutas os vestígios de atraso no campo brasileiro. Neste passo, o socialismo não era percebido como uma tarefa imediata, já que no Brasil nem mesmo o capitalismo se encontrava plenamente consolidado e, curiosamente, se configurava uma situação na qual os comunistas clamariam pelo desenvolvimento do *capitalismo brasileiro*. Em suma, o objetivo era a revolução democrático-burguesa.

Para a Extrema Esquerda, negar a existência do feudalismo no campo brasileiro, ainda que fossem apenas vestígios dele, era uma questão central e evidente. O empenho na transformação da sociedade por meio da revolução socialista era, ele mesmo, o resultado de um raciocínio silogístico, isto é, a revolução teria caráter socialista porque o Brasil já era totalmente capitalista e, sendo assim, só a luta armada poderia promover tal transformação. Contudo, a despeito de não aceitarem a idéia de feudalismo no país, várias das organizações percebiam as enormes desigualdades existentes entre as forças produtivas situadas nos meios urbano e rural. Dessa maneira, geralmente via-se a economia com muito pessimismo. Em documento do PCB datado de 1968 encontramos:

Em virtude das características de sua formação histórica, a estrutura capitalista no Brasil mantém-se, portanto, estreitamente subordinada ao

sistema imperialista e intimamente vinculada ao latifúndio. Nas condições brasileiras, o capitalismo foi incapaz de criar uma economia nacional independente e superar radicalmente o *atraso latifundiário*. [...]. (grifo nosso).

João Quartim de Moraes não compartilha da tese de que a esquerda armada tivesse uma visão “catastrofista” do capitalismo brasileiro. Para ele, existiram de fato análises pessimistas acerca da situação econômica do país, só que nem todos os grupos tinham tal opinião. Além do mais, o autor afirma que a idéia da catástrofe capitalista se manifestou de forma mais acentuada em especial quando “[...] crescentemente isolados, os guerrilheiros urbanos sofreram fortes tentações de se agarrar, num combate onde as trevas se adensavam mais e mais, a qualquer ilusão que lhes trouxesse ânimo para continuar lutando - no caso, dando murros em ponta de faca. [...]”. (MORAES, 1989, p. 152). De acordo com esse raciocínio, a idéia da iminente crise geral acabava se transformando num fator de motivação para os militantes já completamente depauperados pela vida clandestina e as perseguições policiais.

Confirmando a tese de Moraes de que nem todos os grupos armados acreditavam no esgotamento *total* da economia brasileira, podemos assinalar a posição do MR-8. Num documento de 1969 essa organização discorria acerca das periódicas crises estruturais enfrentadas pelo capitalismo no Brasil. A direção do MR-8 julgava que o agravamento das condições sociais do povo gerava brechas para que se fizesse junto às “classes exploradas” um trabalho de preparação política e militar, com vistas ao acúmulo de forças para a revolução.

Por outro lado, a crise estrutural tem uma contrapartida - os mecanismos que a ordenam e a motivam não permitem mais as catastróficas crises conjunturais que, há algum tempo, criavam as condições para “ataques” ao poder por meio de insurreições bem planejadas. O que não quer dizer que períodos conjunturais especialmente desastrosos desapareceram; basta ver o exemplo brasileiro de 1963/1964. Mas estas crises não revelam mais o caráter catastrófico que lhe era atribuído numa outra época do desenvolvimento capitalista.

Perceba-se que a organização vislumbrava a luta revolucionária no âmbito de uma “crise estrutural” do capitalismo, isto é, naquele contexto o MR-8 acreditava que o sistema econômico já havia desenvolvido mecanismos que não permitiriam sua súbita ruína. O fortalecimento da vanguarda revolucionária se faria justamente em virtude das constantes crises econômicas enfrentadas pela população, quer dizer, o descontentamento desta com a lastimável ordem das coisas ocasionaria um natural aumento de prestígio dos comunistas. Em outras palavras, a organização não pretendia esperar o capitalismo se aniquilar por inteiro para só então atacá-lo. A luta pelo socialismo não poderia dar tréguas ao inimigo.

No início dos anos 70, portanto durante o governo do General Médici, a VPR criticava veementemente os militantes que frente às sucessivas derrotas sofridas pelo grupo propunham o recuo das ações revolucionárias contra o regime. Ao invés disso, a direção pregava que era exatamente aquele o momento para a intensificação da luta, pois, estaria clara a fase calamitosa vivida pela ditadura. No texto *Ficar para lutar* lemos o seguinte:

[...] Em função das tensões que vão se acumulando e das novas que vão surgindo, *basta uma crise conjuntural e localizada para por em cheque toda a estrutura*, acionando mecanismos internos (lutas de facções internas) e aguçando contradições sociais (intenso grau de exploração, camadas marginalizadas do processo produtivo; massa camponesa sem vínculos políticos ou econômicos com o sistema, etc.). Note-se que essa é a espinha dorsal da teoria que informa a luta armada como a única via de acesso ao poder proletário, cujo delineamento básico, nos foi dado, por Fidel Castro: “o pequeno motor que porá em funcionamento o grande motor da história”, e também por Guevara; “criar condições subjetivas e partir das condições objetivas”. [...] (grifo nosso).

De uma forma ou de outra, ainda que as leituras “catastrofistas” tenham se consolidado entre a Extrema Esquerda apenas após 1968 - início da repressão policial-militar mais impetuosa -, a convicção na derrocada do regime capitalista no Brasil se articulava no discurso dos diversos grupos a uma outra certeza: a inevitabilidade da revolução. Tendo no horizonte a vitória com que certa, a vanguarda poderia por intermédio de sua atuação abreviar o surgimento do socialismo. O reino da liberdade preconizado por

Marx estaria, por conseguinte, mais perto do que nunca (REIS F°, 1990, p. 107-110).

Afora as teses que viam o capitalismo brasileiro como um sistema econômico que estaria com seus dias contados, destaquemos também outra corrente de pensamento muito difundida nos países de terceiro mundo ao longo dos anos 60 e 70: a teoria da dependência.

Desenvolvida principalmente por intelectuais latino-americanos, a teoria da dependência teve de acordo com Marcelo Ridenti (2000, p 314) pelo menos duas vertentes interpretativas. Na primeira delas, que teria grande difusão no seio da Extrema Esquerda brasileira, destacaram-se autores como Andrew Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. A outra vertente ficaria bastante conhecida pelos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, na época largamente difundidos em toda a América Latina. A matriz teórica dessa última corrente seria levada adiante nos anos 70 por figuras como Paul Singer, Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira (RIDENTI, 2000, p. 314; MANTEGA, 1992).

Nos interessa em especial o arcabouço teórico desenvolvido pela primeira vertente. Em primeiro lugar porque dada sua grande propagação tais interpretações foram orientadoras de boa parte do pensamento elaborado pelos grupos armados no Brasil. Depois, a teoria da dependência econômica não se restringia apenas a este país ou a América Latina. Houve, é certo, por parte dos já citados intelectuais, um esforço no sentido de compreender as razões do subdesenvolvimento nos países terceiro-mundistas em seu conjunto. Numa época em que a esquerda armada almejava uma revolução continental, uma vez que todos os países padeciam das mesmas deficiências, os *teóricos da dependência* e suas teses geraram amplos debates entre os comunistas.

Dentro dos limites interpretativos da teoria da dependência econômica, não haveria

no âmbito do capitalismo desenvolvimento possível para os países de Terceiro Mundo. Na periferia do sistema, relegadas à tarefa de exportar matérias primas baratas e importar insumos industriais e toda gama de produtos manufaturados, as nações pobres estariam condenadas ao eterno subdesenvolvimento. A posição marginal ocupada por essas nações na divisão internacional do trabalho, bem como seu status de fornecedoras de mão de obra a baixíssimo custo, só poderiam ser superadas por meio do rompimento completo com a dominação imperialista e o capitalismo.

Fica evidente que a predileção da Extrema Esquerda brasileira por esta corrente de pensamento não fora gratuita. A crença no esgotamento do capitalismo estava totalmente de acordo com os propósitos revolucionários defendidos pelos grupos armados no Brasil. Conseqüentemente, a única alternativa que se apresentava para libertar o país era de fato a revolução e, para tanto, apenas a violência armada dos explorados poderia fazer frente à violência dos exploradores.

Além das análises dos teóricos da dependência, outro trabalho que se destacou notadamente nos círculos de debate intelectual e político no Brasil foi o livro *A revolução Brasileira* de Caio Prado Jr., publicado pela Editora Brasiliense em 1966.

A relação de Caio Prado Jr. com o PCB nunca fora marcada pela sujeição deste intelectual à rígida disciplina político-partidária pecebista. Desenvolvendo análises que muitas vezes não respeitavam os postulados defendidos pelo partido, Caio Prado Jr. também abria sua *Revista Brasiliense* para outros pensadores que não necessariamente compartilhavam da ortodoxia teórica comunista. Não obstante, até 1966, data da publicação de *A revolução brasileira*, não houvera um definitivo rompimento do autor deste livro com as posições do PCB, sendo que é apenas com o surgimento da referida obra que Prado Jr. coloca-se em uma posição completamente oposta àquela do partido de

Prestes.

Refletindo a respeito do passado nacional e dos caminhos que deveriam ser trilhados para levar à prática a *revolução brasileira*, Caio Prado Jr. critica abertamente as interpretações que até aquele momento haviam norteado a atuação do Partido Comunista no Brasil. Para o autor, o problema residia no momento mesmo em que nos anos 20 se elaborou a linha política que o partido deveria aplicar no país. Baseadas em generalidades, as teorias oriundas da III Internacional reduziam as históricas diferenças dos diversos países latino-americanos a um conjunto de fórmulas políticas que não tinham nenhuma relação objetiva com as realidades sociais profundamente díspares do continente.

Nessa generalização apressada e injustificada, o Brasil foi particularmente prejudicado, pois no organismo que se incumbiria da elaboração da teoria e da linha revolucionária na América do Sul, o chamado *Bureau Sul-americano da Internacional Comunista*, com sede em Montevideú, a predominância era decididamente do elemento hispano-americano, e nada ou muito pouco se sabia aí de coisas brasileiras. [...] (grifo do autor).

Caio Prado Jr. ainda ressalta que todos os documentos do Bureau referentes ao Brasil foram redigidos em língua espanhola, o que segundo ele dá margens para cogitarmos a hipótese de que nenhum brasileiro teria participado na elaboração dos textos que tratavam diretamente do país. Em outras palavras, consoante com as críticas de Caio Prado Jr., poderíamos dizer que as orientações seguidas pelo PCB desde pelo menos 1928 - ano de realização do VI Congresso da III Internacional - haviam feito com que o partido empregasse no Brasil uma política que resultava de uma interminável sucessão de equívocos.

O outrora deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil fez de *A revolução brasileira* talvez uma das maiores diatribes dirigidas contra as teses pecebistas até então. Nem mesmo os constantes ataques da direita, que partiam desde a UDN até o clero conservador da Igreja Católica, tiveram tanta ressonância no interior dos quadros

partidários do PCB. No interregno que vai do trágico 1º de abril de 64 até a edição do AI-5 em 13 de dezembro de 68, breve período no qual o velho partido seria totalmente responsabilizado pela derrota das esquerdas, bem como pela passividade no episódio do golpe, o livro de Caio Prado contribuiria para o agravamento desta que talvez tenha sido a pior fase na história do PCB.

O eixo condutor de *A revolução brasileira* passava ao largo do inflexível esquema feudalismo-capitalismo-socialismo, tríade conceitual impunemente adotada pelos comunistas ainda nos anos 20 e que até aquele momento continuava intocável. Carlos Alberto Dória ao investigar o papel do *feudalismo* em tais análises assevera que o próprio Marx limitou suas reflexões a respeito do modo de produção feudal especialmente à Idade Média na Europa. Sendo que a extensão de suas proposições às outras sociedades foi uma empresa na qual a responsabilidade pesa apenas sobre aqueles que se diziam seus seguidores (DÓRIA, 1998, p. 203). Dória ainda conclui o assunto assinalando que

[...] Marx se refere ao feudalismo como uma das “épocas progressivas” da história da humanidade mas, apesar disso, boa parte da historiografia marxista interpretou, por longo tempo, “progressiva” como sinônimo de “sucessiva”, criando uma seqüência temporal entre os modos de produção que é estranha a Marx. [...]. (DÓRIA, 1998, p. 203).

Caio Prado Jr., ao contrario do PCB, não aceitava a tese das etapas de desenvolvimento nos modos de produção, pelo menos no que se referia à economia brasileira, que para o autor, era capitalista desde o período colonial. Assim, a publicação de seu livro foi um duro golpe para o partido, que agora tinha naquele que fora um de seus mais ilustres defensores, o homem que condenava os cânones conceituais reverenciados nas últimas quatro décadas de história partidária. Quanto à problemática do feudalismo no passado nacional Caio Prado Jr. afirma:

O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como “restos feudais”. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver “restos”, haveria por força de preexistir a eles um sistema “feudal” de que esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora um tal sistema feudal, semifeudal, ou mesmo simplesmente aparentado ao

feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado. [...].

É de se imaginar que *A revolução brasileira* tenha sido o centro de uma grande discussão entre as organizações clandestinas no pós 64. Este livro caía como uma luva para aqueles grupos que pretendiam se transformar na vanguarda revolucionária do Brasil e ao mesmo tempo demarcar claramente suas diferenças em relação ao PCB. O que ocorre, porém, é que são poucas as referências à obra de Caio Prado Jr. nos documentos da esquerda armada naquele período. Pode-se naturalmente supor que o texto em questão fosse mais conhecido por intermédio de discussões do que de sua leitura propriamente dita. Mas porque um livro tão importante aos propósitos da Extrema Esquerda não seria maciçamente estudado pela militância? O que explicaria as tão escassas alusões ao mesmo na documentação daquelas organizações?

Podemos aventar algumas hipóteses para responder essas perguntas. Ora, é patente que após o golpe civil-militar as condições para que os militantes estudassem os textos marxistas se deterioraram completamente. A vida clandestina impunha aos integrantes das organizações armadas uma constante troca de endereços para assim dificultar o trabalho dos serviços de inteligência e informação do regime. Por uma questão objetiva a formação político-ideológica acabava ficando em segundo plano, pois, correndo de um “aparelho” ao outro o tempo que poderia ser dedicado à leitura tornava-se cada vez menor.

Daniel Aarão Reis Filho (1990, p. 124-129) analisando a dinâmica interna dos grupos armados afirma que a militância era submetida a todo instante a um “massacre de tarefas”. Isto é, a quantidade de obrigações que cada integrante deveria assumir deixava muito pouco, ou ainda, nenhum tempo livre para outros afazeres que não aqueles ligados diretamente à organização. Os chamados trabalhos de massa, agitação e propaganda e a participação em congressos e conferências absorviam completamente o tempo dos

militantes e, se somarmos a isso as incessantes fugas da repressão podemos ter um juízo aproximado do cotidiano destes indivíduos que optaram por enfrentar a ditadura nos anos 60 e 70.

No bojo do processo de negação das teses pecebistas a utilização do livro de Caio Prado Jr. pelas organizações armadas teria um valor estratégico por assim dizer. O intelectual, comumente associado à imagem do PCB, ao atacar o conceito da revolução por etapas em alguma medida conferia validade às propostas da Extrema Esquerda. É óbvio, em contrapartida, e a leitura de *A revolução brasileira* deixa isso muito claro, que apesar de condenar a interpretação dualista que vigia até então, o autor não aderiria às propostas de luta armada. De acordo com Caio Prado Jr., a revolução brasileira não teria de cumprir a célebre etapa *democrático-burguesa*. Contudo, ela também não seria socialista.

No fundo, a apropriação do livro de Caio Prado Jr. pela esquerda armada se prestava apenas à metade da tarefa a qual se propunham as organizações clandestinas. *A revolução brasileira* é verdade, promovia um mordaz desmonte da teoria etapista, porém, o alcance daquele texto não ia muito além disto. Ou seja, embora demonstrasse a ineficácia das escolhas conceituais feitas pelo PCB até aquele momento, não se encontrava ali uma diretriz que de imediato apontasse para a subversão da ordem ditada pelos militares encastelados em Brasília. Entrevendo a edificação do socialismo após uma “inevitável” *revolução brasileira*, Caio Prado afirmava o seguinte:

[...] A eliminação da iniciativa privada somente é possível com a implantação do socialismo, o que na situação presente é desde logo irrealizável no Brasil por faltarem, se outros motivos não houvesse, condições mínimas de consistência e estruturação econômica, social, política e mesmo simplesmente administrativa, suficientes para transformação daquele vulto e alcance. [...].

Como fica esclarecido neste excerto, o capitalismo brasileiro ou, melhor dizendo, as condições materiais para a construção do socialismo no Brasil ainda não haviam se

consolidado e, a despeito de não existirem sequer resquícios de feudalismo na economia do país, faltava-lhe, todavia, bases sociopolíticas para uma empreitada de tamanhas dimensões como o projeto de planificação socialista.

Pode-se dizer que a leitura do passado nacional empreendida por Caio Prado Jr. se assemelhava àquela da esquerda armada, isto é, para ambos o feudalismo expressava uma realidade estranha e diversa à história brasileira. Entretanto, as posições do intelectual e dos grupos clandestinos se afastariam sensivelmente no que diz respeito à postura que os comunistas deveriam adotar perante a ditadura.

Mesmo estando a par do que acontecia cotidianamente na sociedade, Caio Prado Jr. dá a entender em algumas passagens de *A revolução brasileira* que a situação vivida pelas forças políticas de oposição era favorável ao restabelecimento da democracia no Brasil, havendo mesmo indicadores que apontavam para uma possível melhora nas condições de vida e trabalho no país - lembremo-nos que a publicação da obra data de 1966. Destarte, a atuação das esquerdas não necessitaria ultrapassar determinados limites institucionais, limites que os próprios militares haviam rompido dois anos antes precipitando o país num regime de total exceção. Reproduzo a seguir um fragmento de texto bastante representativo das posições defendidas pelo autor naquele íterim:

Não há aliás que temer, na situação presente do Brasil, o isolamento das forças políticas trabalhistas e de esquerda, se elas se situarem acertadamente em face da atual conjuntura econômica, social e política, sem sectarismos, sem pretensões utópicas, sem querer saltar etapas e alcançar desde logo sucessos ruidosos e espetaculares, sem a ânsia de conquistar posições de mando à custa de quaisquer incoerências e inconseqüências, concessões e abdições. [...].

Ora, é evidente que Caio Prado Jr. se opunha ao golpe de 1964 e suas nefandas conseqüências para o Brasil. Todavia, como a oposição do intelectual aos militares não se constituísse num apelo direto à rebelião contra a ordem, parece claro, então, que a Extrema Esquerda não tivesse encontrado em suas proposições o esteio necessário para o que

almejava: a luta armada.

Como já foi dito anteriormente, *A revolução brasileira* amparava quando muito uma parcela do projeto revolucionário das várias organizações, sendo que a luta armada, palavra de ordem para a maioria dos grupos, se fazia ausente naquele texto de conseqüências tão abrangentes. Além disso, seu autor deixa manifesto que o caminho a ser trilhado pelos progressistas não deveria passar pelo *sectarismo* e nem pelas *pretensões utópicas* e, para ele, estariam sólidas no país as condições que acabariam proporcionando o atendimento das reivindicações das classes trabalhadoras. Em outras palavras, Caio Prado Jr. descarta por completo o emprego da violência revolucionária.

Parece assaz contraditório um pensador como Caio Prado afirmar que naquela conjuntura a massa dos trabalhadores rurais e urbanos pudesse esperar alguma espécie de ganho social por parte do regime. O que se constatava era justamente o inverso disso, isto é, a diminuição do poder aquisitivo da população por meio do arrocho salarial e a impetuosa perseguição das forças de oposição já desarticuladas desde 64. Ao contrário do estabelecido pelo autor, as esquerdas não tinham como se posicionar *acertadamente* ante a ditadura, pois, como parece óbvio, o único espaço político que os militares destinaram aos comunistas fora exatamente a ausência de qualquer espaço de atuação, ou seja, a clandestinidade.

Prosseguindo com a análise das considerações de Caio Prado Jr. em *A revolução brasileira*, nos vemos novamente diante de um impasse suscitado por outra afirmação do autor:

[...] A situação no Brasil se acha madura para as transformações econômicas, sociais e políticas em direção das quais apontam as reivindicações e aspirações da massa trabalhadora, e em especial as do campo. Essas transformações são a condição [...] da própria integração nacional brasileira e do desenvolvimento seguro e solidamente alicerçado do país, bem como, em conseqüência, do real progresso e do bem estar generalizado da imensa maioria população. [...].

Já decorridos quase três anos do novo regime somos colocados diante da afirmativa de que naquela ocasião eram oportunas as circunstâncias para as transformações *econômicas, sociais e políticas* que beneficiariam os trabalhadores brasileiros. Não podemos, é claro, deixar de nos perguntar a quais condições aludia Caio Prado Jr., já que sob a batuta dos generais a sociedade organizada se viu cada vez mais destituída dos tradicionais meios de pressão política característicos do período anterior ao golpe civil-militar. Outrossim, não fora precisamente por conta da radicalização de tais reivindicações que em conúbio com as forças armadas as elites conservadoras conspiraram em 64? Se as forças de esquerda eram hostilizadas mesmo quando atuavam em uma sociedade supostamente democrática, o que se poderia dizer então dos obstáculos enfrentados por elas depois do fechamento institucional?

Jacob Gorender (1999) entende que em 1964 o movimento de direita encabeçado pelos militares fora um *golpe preventivo*. A tomada do poder teria sido então uma maneira de barrar o avanço dos movimentos populares que clamavam por reformas estruturais na sociedade. Nas palavras do próprio Gorender:

[...] Segundo penso, o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. O auge da luta de classes, em que se pôs em cheque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse. (GORENDER, 1999, p. 73).

Pois bem, é desnecessário dizer que as interpretações de Gorender e Caio Prado Jr. quanto àquela conjuntura não guardam muitas semelhanças. Não podemos nos esquivar, no entanto, de situar as duas obras no seu devido tempo. *A revolução brasileira* começara a ser elaborada quase que imediatamente após 64, ou seja, trata-se de uma análise coetânea ao processo que lhe serve de objeto, ao passo que *Combate nas trevas*, livro de

Jacob Gorender publicado no final dos anos 80, é resultado de uma investigação que comporta um distanciamento temporal maior entre o pesquisador e a temática examinada.

Mesmo a concepção do *golpe preventivo*, sustentada por Gorender, já aparecia em alguns trabalhos antes de 1964. Celso Furtado ao estabelecer o que ele chamou de *diretrizes para a ação*, ou seja, os rumos que as forças progressistas do Brasil deveriam tomar diante das transformações pelas quais o país passava, chamou a atenção para o fato de que a resposta das elites para a crescente mobilização popular poderia se converter em um retrocesso político.

[...] O retrocesso na organização político-social não virá ao acaso, e sim como reflexo do pânico de certos grupos privilegiados em face da pressão social crescente. Não permitindo as rígidas estruturas adaptações gradativas, a maré montante das pressões tenderá a criar situações pré-cataclísmicas. Nessas situações é que os grupos dominantes são tomados de pânico e se lançam às soluções de emergência ou golpes preventivos.

Furtado também considerava que havia uma dualidade nas estruturas político-sociais brasileiras. O descompasso entre as forças produtivas situadas nos meios rural e urbano conferia ao país uma condição bastante particular, isto é, a dualidade no Brasil não diria respeito apenas ao desenvolvimento econômico, mas sim, ao processo revolucionário mesmo. Ao contrário de uma interpretação marxista ortodoxa que propalava o desenvolvimento do capitalismo no campo como requisito para a conversão ao socialismo, Celso Furtado entendia que era justamente o relativo *atraso* das relações de produção no meio rural que poderiam engendrar uma situação revolucionária.

[...] À luz da experiência histórica, não é difícil explicar porque a classe camponesa, no Brasil, é muito mais suscetível de ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista do que a classe operária, se bem que, do ponto de vista da ortodoxia marxista, esta última deveria ser a vanguarda do movimento revolucionário. É que nossa sociedade é aberta para a classe operária, mas não para a camponesa. [...].

Como vimos, é precisamente com base na disparidade entre as realidades vividas por trabalhadores rurais e urbanos que o autor observava a dualidade no processo

revolucionário brasileiro. Porém, embora seu entendimento não fosse ortodoxo, Furtado também, a exemplo do PCB e das organizações armadas, acreditava que a conscientização e a conseqüente radicalização do *campesinato* se daria sempre de fora para dentro, de sorte que seriam os marxistas a introduzir o discurso revolucionário no campo.

[...] Com efeito: permite o nosso sistema político que a classe operária se organize para levar adiante, dentro das regras do jogo democrático, as suas reivindicações. A situação dos camponeses, entretanto, é totalmente diversa. Não possuindo qualquer direito, não podem ter reivindicações legais. Se se organizam, infere-se que o fazem com fins subversivos. A conclusão necessária que temos que tirar é a de que a sociedade brasileira é rígida em um grande segmento: aquele formado pelo setor rural. E com respeito a esse segmento é válida a tese de que as técnicas revolucionárias marxistas-leninistas são eficazes. [...].

Andrew Gunder Frank foi mais um daqueles que, a exemplo de Caio Prado Jr., refutavam associar a crise no setor rural brasileiro, bem como na agricultura de toda a América Latina, à presença do feudalismo ou de seus remanescentes nas relações de produção no campo. Em um artigo sugestivamente intitulado *A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo*, Gunder Frank faz um balanço das interpretações que partilhavam das teses dualistas. Para ele, as concepções *burguesas* do mesmo modo que as *marxistas tradicionais* estariam irremediavelmente marcadas pela presença do dual nas economias subdesenvolvidas ou, em outros termos, pelo conflito entre dois pólos de desenvolvimento antagônicos.

[...] O pensamento padrão burguês ocidental é que a agricultura latino-americana, e mesmo a América Latina é feudal e que esta estrutura feudal de sua agricultura que impede seu desenvolvimento econômico. Conseqüentemente a solução proposta, seguindo o exemplo ocidental, é destruir o feudalismo e substituí-lo pelo capitalismo. Curiosamente, a referência ao feudalismo é quase que igualmente difundida entre os marxistas. [...] Mais curiosamente ainda, mesmo a solução que estes marxistas propõem para a crise da agricultura é essencialmente a mesma da apresentada por seus antagonistas burgueses: acelerar e completar a capitalização da agricultura.

O principal problema decorrente desse *pensamento padrão* ocidental era que, além de ensejar uma leitura equivocada do passado brasileiro, tal interpretação do desenvolvimento econômico nacional acabava sendo orientadora de posturas políticas que

de acordo com Andrew Gunder Frank eram, na melhor das hipóteses, anti-revolucionárias. Sustentar que as relações de trabalho no meio rural deveriam ser *capitalizadas* em detrimento dos resíduos feudais ali existentes, resultava em que os comunistas teriam de fazer alianças com uma burguesia nacional que supostamente desejava o progresso autônomo do capitalismo no Brasil. O fato é que a Extrema Esquerda juntamente com um grande leque de intelectuais já não depositava nenhuma esperança na política de associação com quaisquer setores da burguesia.

[...] O que pode a princípio parecer surpreendente [...] é que alguns marxistas professos e especialmente os partidos comunistas possam acreditar que toda a burguesia, ou mesmo toda a “burguesia nacional”, deseje resolver os problemas da agricultura e do imperialismo, e juntamente com estes, supostamente, os problemas do desenvolvimento nacional [...]. [Além disso, esses mesmos marxistas] denunciam como aventureiros ou revisionistas reacionários todos os que não se unem a esta frente. [...].

Novamente nos encontramos diante de uma situação na qual há uma clara disputa dos agentes políticos no sentido de legitimar o que é e o que não é *revolucionário*. Quando se refere aos *marxistas professos* está claro que Gunder Frank alude aos dirigentes do PCB. Por outro lado, era exatamente como *revisionistas* que o velho partido reputava os grupos armados. Já em plena ditadura a distancia que separava ideologicamente as organizações clandestinas do Partido Comunista atingira proporções irreversíveis. Contudo, o que sucedeu não foi simplesmente uma polarização na qual se contrapunham de um lado PCB e de outro grupos armados. A Extrema Esquerda em conjunto se afastara do partido, mas entre as próprias organizações havia profundos contrastes que a um só tempo apartavam e definiam quem era quem na luta pela revolução.

2.3. As etapas da revolução e a vanguarda nos debates da Extrema Esquerda.

Os intensos debates em torno do modo como a vanguarda comunista deveria conduzir o processo revolucionário estiveram diretamente ligados à leitura que cada organização armada fazia da realidade brasileira. Era com base no entendimento do passado e do presente nacional que cada grupo se posicionava ante a problemática da necessidade de uma etapa intermediária na revolução. Neste ínterim, não por poucas vezes a experiência cubana foi alvo de apropriações, sendo utilizada pela Extrema Esquerda como argumento legitimador deste ou daquele ponto de vista.

Mesmo Caio Prado Jr., intelectual que não defendia a luta armada, lançou mão do exemplo de Cuba para discutir a questão das etapas revolucionárias no caso do Brasil. Para ele, as idéias que até aquele momento haviam norteado a interpretação dos comunistas a respeito do país, eram baseadas em “[...] um enfoque falseado e arredado da realidade brasileira, porque se perde em abstrações inspiradas em modelos apriorísticos, que tem impedido a elaboração de uma teoria adequada da revolução brasileira [...]”.

Caio Prado Jr. criticava o emprego de modelos interpretativos que nada tinham a ver com a situação nacional, notadamente os utilizados pelo PCB. Neste passo, a Revolução Cubana era para o autor um excelente paradigma, pois, se tratava de um caso próximo e concreto. Em suas palavras: ”É, entre outros, nesse exemplo [de Cuba] que havemos de nos louvar no Brasil. Trata-se de definir uma teoria revolucionária que seja expressão da conjuntura econômica, social e política do momento, e em que se revelem as questões pendentes e as soluções possíveis [...]”.

Na opinião do autor, Fidel Castro, principal líder revolucionário cubano, não havia seguido nenhum modelo teórico preestabelecido na luta contra Batista. Segundo Caio Prado Jr., uma vez que a Revolução Cubana fora gestada de acordo com a própria ação

do Movimento 26 de julho, sem idealizações e projeções ideológicas para o futuro, seria exatamente este o caminho a ser tomado no Brasil. “[...] É de uma teoria dessas que necessita a revolução Brasileira, e não de especulações abstratas acerca da “natureza” dessa revolução, do seu tipo de correspondência com algum esquema ideal, proposto fora e acima dos fatos concretos [...]”. Referindo-se a Cuba:

Mas seja como for, a insurreição de Sierra Maestra, embora lançada inicialmente com uma projeção muito menor, nada mais do que a derrubada da ditadura, logo que começa a tomar corpo e se afirmar já assume o caráter de revolução agrária. Para se fazer, logo depois da tomada do poder, em antiimperialista também. [...] E pode-se acompanhar *pari passu* o progressivo desdobramento e a maturação da teoria revolucionária de Fidel, que, partira do constitucionalismo (ataque ao quartel de Moncada, 1952) e do liberalismo antiditatorial (desembarque na praia Colorada e organização do levante da Sierra Maestra), evolui para a revolução agrária e antiimperialista, para desembocar afinal na revolução socialista (1961). (grifo do autor).

Em recente capítulo no qual analisa alguns aspectos do pensamento de Caio Prado Jr., Francisco Luiz Corsi (2003, p. 135-151) chama atenção para a crítica do autor de *A revolução brasileira* aos planos político-ideológicos concebidos idealmente, sem vínculos com a realidade nacional.

[...] Fiel ao marxismo e buscando apreender as especificidades históricas do desenvolvimento capitalista no Brasil, [Caio Prado Jr.] considerava que não seria correto deduzir, *a priori*, o caráter da revolução brasileira a partir de qualquer esquema teórico preconcebido. O seu caráter só poderia ser apreendido a partir da análise concreta da realidade brasileira. [...] (CORSI, 2003, p. 151, grifo do autor).

O tema do caráter da revolução, bem como das etapas revolucionárias, traz de novo à tona a questão dos limites conceituais que tacitamente se fazem presentes na idéia de “Nova Esquerda” ou “Esquerda Revolucionária”. Se não analisadas historicamente, as designações *Nova e Revolucionária* poderiam ensejar uma compreensão escamoteada do objeto aqui estudado, isto é, os grupos armados. Em grande medida, eram as próprias organizações comunistas que se arrogavam como sendo *renovadoras* dos movimentos de esquerda no Brasil. Ou seja, não foram apenas os trabalhos de história realizados posteriormente que contribuíram para que os grupos ficassem conhecidos dessa maneira.

Se nos negássemos a pôr em dúvida os limites explicativos inerentes a tais conceitos - *Nova Esquerda e Esquerda Revolucionária* -, poderíamos acabar tomando este objeto como sendo algo completamente isolado de todo um conjunto de relações fora do qual ele não existiria sob nenhum aspecto. Note-se que as organizações quando se autodenominavam como *revolucionárias* o faziam unicamente porque desejavam se contrapor às posições que elas consideravam conservadoras ou mesmo anti-revolucionárias, notadamente as do PCB. Fora dos embates político-ideológicos que os grupos armados travavam contra o Partido Comunista e entre eles próprios, não se pode, assim como não seria possível falar da existência de uma “Nova Esquerda”. Colocando em outros termos, o objeto ora investigado - assim como qualquer objeto de pesquisa - existe apenas na relação com aquilo que o circunda.

Feitas tais considerações podemos afirmar que a idéia de “Nova Esquerda” assim como de “Esquerda Revolucionária” trata-se na verdade de uma construção ideológica. Concorreram para a cristalização desses conceitos pelo menos dois fatores: os grupos armados que à época buscavam afirmar sua identidade e espaço em oposição ao PCB e, de forma um pouco distinta, os trabalhos de história que após o término da ditadura os corroborou, trabalhos estes elaborados majoritariamente por ex-membros das organizações clandestinas, como já se teve oportunidade de comentar.

Pierre Bourdieu (2002, p. 37) acredita que a única maneira que o pesquisador possui de não tomar seu tema de estudo como algo natural, ou ainda, naturalmente legítimo, é averiguar como se deu o surgimento dessa temática.

Para se não ser objeto dos problemas que se tomam para objeto, é preciso fazer a história social da *emergência* desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo - freqüentemente realizado na concorrência e na luta - o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como *problemas legítimos*, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais [...]. (BOURDIEU, 2002, p. 37, grifo do autor).

Tendo então em vista que a esquerda armada brasileira se pretendia *revolucionária e nova* exatamente em virtude das disputas com o PCB, bem como pelo contínuo embate entre as várias organizações que a compunha em seu conjunto, e ainda, que esses conceitos devem parte de sua legitimidade graças à própria historiografia acerca do tema, resta-nos nesse caso testar a validade de tais proposições naquela conjuntura, ou seja, examinar o que exatamente nos diversos grupos era novo e, é claro, revolucionário.

A questão das etapas na revolução é especialmente reveladora das rupturas e continuidades político-ideológicas que diferenciaram os grupos armados do PCB. O fato das organizações refutarem a via pacífica de luta não significou que todas almejassem uma revolução imediatamente socialista como seria óbvio de se presumir.

Quando da elaboração de sua “Linha Política” em abril de 1968, o PCBR deixava claro que o grupo não concordava com a conversão imediata do sistema ao socialismo. No decorrer do processo da revolução, a sociedade deveria ser dirigida pelo que o partido denominava “GPR - Governo Popular Revolucionário”. “[...] O Governo Popular Revolucionário será, portanto, um governo de transição, dirigido pela vanguarda da classe operária, o que criará as bases para a passagem à ditadura do proletariado e à edificação do socialismo.” Embora o PCBR acreditasse que o Brasil fosse um país “essencialmente capitalista”, seria apenas em uma etapa intermediária que a vanguarda poderia preparar a economia para as tarefas da revolução.

[...] O setor estatal da economia, consideravelmente ampliado com a nacionalização das empresas imperialistas e associadas ao imperialismo e com a formação de fazendas coletivas na agricultura, tornar-se-á, sob o regime revolucionário, uma poderosa alavanca para a transição ao Socialismo. Controlando as posições chave do sistema econômico, deverá o Governo Popular iniciar a planificação da economia nacional, em benefício das grandes massas do povo Brasileiro.

Marcelo Ridenti afirma que “[...] As teses revolucionárias de libertação nacional e de estabelecimento de um governo popular, nas suas diversas variantes, tinham marca

evidente de desdobramentos das propostas do PCB, de revolução feudal e antiimperialista. [...] (1993, p. 33). No caso do PCBR tal marca é ainda mais clara, pois, fundada em 1968 a organização teria entre seus principais dirigentes ex-membros do Comitê Central do PCB.

Tudo leva a crer que se para alguns grupos da Extrema Esquerda não era o feudalismo que servia de óbice ao desenvolvimento nacional, o empecilho era então representado por outro agente de igual nocividade: o *imperialismo* norte-americano. Destarte, a fórmula para as transformações sociopolíticas não se encontraria em uma revolução de caráter antifeudal, mas sim, antiimperialista. Do mesmo modo, existiram organizações que continuaram fazendo a defesa da revolução de “libertação nacional”, à moda do PCB, com o diferencial, é claro, dos meios empregados para atingi-la: a luta armada.

Em setembro de 1967 a POLOP, que era crítica das teses etapistas, fazia a seguinte leitura da situação econômica do país:

Os entraves que o capitalismo no Brasil encontra hoje pela frente foram produzidos pelas condições históricas em que se formou o sistema. A *herança colonial e agrária*, que a burguesia não pode destruir radicalmente, e a *dominação imperialista* sobre o país apressam a crise do capitalismo no Brasil. (grifo nosso).

Fosse a “herança colonial e agrária” ou a “dominação imperialista” os entraves do capitalismo no país, a POLOP buscaria no exemplo de Cuba o argumento necessário para atestar que a *revolução brasileira* seria desde o princípio socialista.

A revolução cubana quebrou o monopólio do domínio americano mas não se limitou a isso. Libertou, pela primeira vez na história, um país latino-americano de todo e qualquer domínio imperialista. Finalmente, mostrou às massas exploradas que a única forma de libertação absoluta do jugo imperialista consiste na derrubada da própria classe dominante, na *revolução socialista*. [...] Também não é, para a nova geração de revolucionários, possível ignorar as mudanças que a experiência cubana trouxe. *A revolução socialista em Cuba* assustou a burguesia e superou de vez as lideranças pequeno-burguesas. A revolução cubana naturalizou o marxismo-leninismo no continente. (grifo nosso).

Como vimos, a POLOP se apropriara da Revolução Cubana naquela conjuntura

com dois objetivos: demonstrar que apenas a derrubada total do sistema tornaria as massas livres e, simultaneamente, atestar a preeminência da revolução socialista como forma de romper com o imperialismo estrangeiro. Ademais, ao afirmar que “[...] A revolução cubana naturalizou o marxismo-leninismo no continente”., e que as novas gerações revolucionárias não poderiam ignorar seu exemplo, a organização estabelecia uma espécie de vínculo entre Brasil e Cuba, ou melhor, entre esta e toda a América Latina.

A leitura da Revolução Cubana realizada pela POLOP estava de acordo, é claro, com os propósitos político-ideológicos delineados em seu *Programa socialista para o Brasil*. Examinando o documento, não resta dúvida que ao articular o caso de Cuba às suas próprias concepções teórico-conceituais, a organização procurava legitimar seu ponto de vista a respeito da revolução no Brasil. Promovia-se por assim dizer, um revigoramento do seu discurso revolucionário perante o restante da esquerda. Todavia, se compararmos a postura da POLOP com a de outros grupos, especialmente aqueles que defendiam uma etapa intermediária antes da implantação do socialismo, veremos que a experiência cubana aparecerá sob aspectos bastante diferentes.

Acreditamos que a forma como o PC do B se apropriou da Revolução Cubana é paradigmática para entendermos em que medida as orientações ideológicas de uma determinada organização podiam alterar o modo como esta se remetia a um exemplo revolucionário internacional, neste caso, Cuba. Como se sabe, após 1963 o PC do B acabaria se alinhando ao PCC (Partido Comunista Chinês) e ao maoísmo. Além do clássico espólio pecebista que trazia consigo, o partido encontrara nas teses de Mao Tse Tung elementos que viriam a reforçar sua perspectiva etapista de revolução (REIS Fº, 1991). Assim, em texto de 1968 criticava-se severamente a OLAS e aqueles que, à maneira da POLOP, pregavam a passagem imediata ao socialismo.

Não tem procedência e é totalmente errônea a afirmação de certas correntes

de esquerda de que a revolução nos países da América Latina seja socialista. Não têm também razão os que, não podendo negar os aspectos nacional e democrático da revolução, procuram mesclá-lo com os objetivos socialistas, asseverando que a revolução é socialista de libertação nacional - como fazem certos agrupamentos católicos de esquerda - ou definindo seu caráter como “de luta pela independência nacional, emancipação em relação às oligarquias e o caminho socialista para seu pleno desenvolvimento econômico e social” - a exemplo do que declara a I Conferência Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).

O PC do B, como fica patente no extrato, além de não aceitar o caráter socialista da revolução, condenava igualmente quaisquer soluções intermediárias que conciliassem duas ou mais fórmulas de transformação social. Ao se referir à Revolução Cubana, o dogmatismo do partido fazia com que aquele fenômeno político se adequasse às suas estratégias para o Brasil, ou melhor, que viesse em favor delas. No mesmo documento:

É bastante ilustrativo também o exemplo da Revolução Cubana. Seus líderes concentraram os ataques na ditadura de Fulgêncio Batista e contra ela orientaram a direção do golpe principal das forças revolucionárias. *Com este objetivo, levantaram unicamente a bandeira da democracia*, o que possibilitou isolar o inimigo e fortalecer a revolução. Ernesto Che Guevara, em seu artigo “Cuba: caso excepcional ou vanguarda na luta anticolonialista?”, de 9.4.61, afirmou: “Não acreditamos que se possa considerar excepcional o fato de que a burguesia, ou pelo menos uma boa parte dela, se tenha mostrado favorável à guerra revolucionária contra a tirania”. (grifo nosso).

É sintomático que uma organização como o PC do B, adepta e proponente da revolução *democrático-burguesa*, tivesse mobilizado palavras do próprio Guevara - um ano após sua morte na Bolívia - para destacar no processo revolucionário cubano, a *bandeira da democracia*. Ainda conclui o texto:

Isso prova que a Revolução Cubana teve uma etapa democrático-burguesa bem marcante. É de lamentar que essa experiência fosse abandonada pelos dirigentes cubanos, até mesmo pelo autor do artigo, bravo e provado revolucionário, que pouco antes de morrer considerava ser socialista o caráter da revolução nos países da América Latina. (grifo nosso).

Retornando à questão das rupturas e continuidades teóricas da Extrema Esquerda, Ridenti acredita que mesmo o propósito de renovação do movimento comunista brasileiro encarnado pelas organizações armadas não excedia determinados limites que ao longo das décadas foram se sedimentando ao redor de uma visão de mundo defendida pelo partido

de Prestes.

[...] Em primeiro lugar, porque não ultrapassava a idéia “etapista” de revolução. Se para o PCB caberia a libertação nacional na primeira etapa da revolução, para então ser possível a luta pelo socialismo, na visão dos críticos “socialistas” a etapa burguesa já estava superada, cabendo ir direto à revolução socialista. E mais: para o modelo de libertação nacional, o imperialismo e as relações feudais no campo impediriam o desenvolvimento das forças produtivas, cabendo às classes progressistas romper esses entraves à realização da nação. Para seus adversários à esquerda, o imperialismo e as relações atrasadas no campo estariam imbricados ao próprio capitalismo brasileiro, de modo que não seria possível falar em uma revolução nacional e democrática na qual os interesses da burguesia fossem contrários aos dos imperialistas e latifundiários. (RIDENTI, 1993, p. 34).

Dito isso, podemos concluir que as rupturas teóricas dos grupos armados em relação às teses pecebistas são bastante pontuais, em outras palavras, rompia-se com esta ou aquela proposição em específico, de forma que nunca houve um total abandono dos postulados daquilo que as organizações clandestinas pejorativamente chamavam de “esquerda tradicional”.

Outro importante debate no seio da Extrema Esquerda no qual podemos notar determinadas continuidades teórico-conceituais, diz respeito ao tipo de organização mais adequada às tarefas revolucionárias. A concepção de que os grupos clandestinos eram completamente avessos à idéia do *partido de vanguarda* é por certo equivocada. Naturalmente, existiram aqueles que refutavam o modelo marxista-leninista encarnado pelo PCB. Contudo, nem todas as organizações abriam mão do papel do partido como orientador das massas no decorrer da revolução.

A POLOP, organização desde sempre crítica ao PCB, enfrentaria grandes dificuldades ao tentar conciliar a defesa da “insurreição proletária” marxista-leninista e a teoria do foco guerrilheiro, introduzida pela Revolução Cubana. Na verdade, o grupo vinha sofrendo pressões de setores internos no sentido de acelerar o início da luta armada no país. Como combinar, porém, suas clássicas posições em defesa do partido de vanguarda

com o as idéias *foquistas*, que negavam o primado do fator político na condução do processo revolucionário? Em 1967, enquanto quase toda a Extrema Esquerda apontava o desencadeamento guerrilha rural como a tarefa a ser cumprida, a POLOP afirmava o seguinte:

A revolução no Brasil será proletária ou deixará de ser revolução, e isso implica a necessidade da insurreição operária como ato de tomada do poder. O papel que o proletariado tem nesse processo, sua mobilização e liderança na luta e coordenação com seus aliados do campo, por sua vez, dá uma importância primordial à organização política do proletariado - o partido - como instrumento de tomada do poder. [...]. (grifo nosso).

Como fica claro na passagem citada, competia ao “partido” coordenar a luta revolucionária. Da mesma forma, a liderança do proletariado urbano era insubstituível na concepção da POLOP, ficando os trabalhadores rurais na condição de “aliado no campo”. Marcelo Badaró Mattos (2002, p. 203) entende que a organização destinava um papel tático à guerrilha, cabendo a ela criar condições políticas para a luta nas cidades. No *Programa socialista para o Brasil* ainda podemos ler: “Atualmente uma das formas básicas da luta de classe no continente é a guerra de guerrilha travada no campo, que aproveita o potencial revolucionário local como catalisador de um movimento em escala nacional”.

A POLOP fracassaria em sua busca pela “forma ideal” de enfrentamento ao regime. Na tentativa de harmonizar métodos de atuação que muitas vezes se anulavam, quais sejam, organização política X organização militar, insurreição operária urbana X guerra de guerrilhas camponesa, o grupo se diluiria em várias cisões. Em 1968, como resultado das disputas internas na POLOP, surgiriam a VPR e o COLINA que, afinadas com o projeto da luta armada no campo se transformariam em duas das principais protagonistas do combate à ditadura no Brasil.

Para explorarmos um pouco mais essas divergências no seio da esquerda armada,

podemos nos utilizar de um importante documento do PC do B de junho de 1966.

Definindo as prioridades do grupo o Comitê Central estabelecia as tarefas da militância no plano ideológico. No texto dirige-se críticas tanto ao PCB quanto àqueles segmentos que não atribuíam importância ao partido de vanguarda na revolução. Neste ínterim caberia à organização:

- Combater e desmascarar o revisionismo contemporâneo. Denunciar como falsas as teses da unidade com os partidos revisionistas e a posição intermediária na contenda ideológica [sino-soviética]. Prosseguir na luta contra a linha e a atividade revisionista do PC brasileiro.
- Refutar as concepções que negam a necessidade do Partido ou defendem sua substituição pela frente única revolucionária. Apontar o trotsquismo e suas variantes como elementos a serviço da reação e do imperialismo.

Como fica evidente no fragmento acima transcrito, o PC do B procurava naquele contexto afirmar sua identidade política ou, em outras palavras, conquistar seu espaço de atuação condenando nas demais organizações aquilo que julgava errôneo. Era apontando os desvios dos *outros* que se estabeleciam as diretrizes a serem seguidas.

Quando em 1967 a POLOP propunha a união dos vários grupos comunistas em uma frente revolucionária de esquerda para enfrentar a ditadura militar, uma das condições estipuladas pela organização era justamente que os outros agrupamentos reconhecessem a necessidade do partido de vanguarda liderando as massas no decurso da revolução. Como naquela altura já havia entre os comunistas um sem número de noções estratégicas divergentes entre si, a mencionada frente de esquerda acabou não passando de um projeto.

O exemplo cubano foi exaustivamente evocado pelos comunistas brasileiros nos debates que tinham por tema o papel da vanguarda no processo revolucionário. Ainda que não servisse de modelo a todos os grupos armados, a trajetória de Fidel Castro à frente dos guerrilheiros em Sierra Maestra comumente era parte das discussões. Luiz Alberto Moniz Bandeira (1998, p. 297) acredita que ao afirmar em 1961 o caráter socialista da Revolução Cubana, Fidel dera um forte golpe na ortodoxia comunista caudatária da URSS.

[...] Tal afirmação contrariou todos os dogmas que Joseph Stalin e seus epígonos, como Kruchev, Mao Zedong e outros, cristalizaram, sob o rótulo de marxismo-leninismo. A revolução cubana, que Castro qualificara como socialista, fora realizada não por um partido supostamente operário, constituído sob as normas do chamado centralismo-democrático e rotulado de comunista, mas pelo M-26-7 [Movimento 26 de julho], uma organização composta, sobretudo, por elementos das classes médias, que no curso da guerra de guerrilhas, passaram a incorporar ao Exército Rebelde camponeses e trabalhadores rurais [...]. (BANDEIRA, 1998, p. 297).

Para alguns grupos seria mesmo uma desqualificação ter sua prática revolucionária comparada àquilo que um partido político representava, qual seja, reuniões intermináveis, burocratismo, congressos etc. Em 1969 ao discorrer acerca do papel da vanguarda na revolução a VPR se esforçava para não ser tomada por uma organização partidária.

[...] seremos um partido nacional que utilizará as mais diversas formas de luta, a fim de dar expressão organizada a todas as formas de revolta que se manifestarem, canalizando-as todas contra o inimigo. (Isto não quer dizer que a VPR se considera o núcleo de um partido ou o embrião do mesmo. Apenas que os combatentes revolucionários de hoje, os grupos existentes, a esquerda armada enfim, rompendo o impasse do vazio político, catalisando a oposição social existente em oposição política *através da luta armada*, através do apoio dado a ela, se transformará em vanguarda política. Então todo o potencial de revolta do povo *poderá ser canalizado* porque existe uma alternativa. Só a partir daí haverá condições de construção de um partido nacional - na própria luta - resultando da unidade daqueles que souberam de fato *gerar uma vanguarda*.) [...] (grifo no original).

O texto da VPR é bastante elucidativo para compreendermos o quão distante alguns dos grupos armados queriam se manter do tradicional modelo de organização marxista-leninista. Atentemo-nos para a argumentação da VPR - escrita entre parênteses para demonstrar ênfase - negando ser o agrupamento um partido político. É claro que o papel do *partido de vanguarda*, para aquelas organizações que ainda faziam sua defesa, ia além daquilo que o PCB historicamente determinara como as funções do partido no país. Na ótica da Extrema Esquerda o organismo partidário seria responsável por reunir sob sua liderança as direções política e militar da revolução. Assim o PCBR se posicionava em abril de 1968 ante esse tema:

A tarefa imediata e fundamental do movimento revolucionário no Brasil consiste, portanto, em organizar, iniciar, desenvolver e culminar a luta armada, a partir da guerra de guerrilhas. A essa tarefa devem ser consagrados os esforços e os recursos principais das forças revolucionárias e do Partido. *O primeiro passo é a criação, sob a direção*

do Partido, do comando unificado político-militar, que deverá dirigir o movimento armado. (grifo nosso).

O fato da palavra “Partido” ser grafada com a inicial maiúscula nas duas vezes em que aparece no trecho citado pode soar com algo insignificante, porém, no caso específico do PCBR denota o forte legado pecebista no ideário da organização.

Daniel Aarão Reis Filho assinala que a Revolução Cubana contribuiu sobremaneira para a supervalorização do papel da vanguarda entre a Extrema Esquerda no Brasil (1990, p. 115). Em sua opinião, a vitalidade dos cubanos estivera exatamente em terem provado que “[...] não se deveria esperar o amadurecimento de todas as condições para o desencadeamento de ações revolucionárias - a própria ação poderia ajudar a criá-las. [...]” (1990, p. 115). Para os grupos que defendiam a teoria do foquismo: “[...] O foco guerrilheiro era pensado como metamorfose do Partido nas condições latino-americanas: um pequeno grupo de elite, compacto e disciplinado, devotado de corpo e alma à revolução, como queria Debray, um Partido em verde-oliva.” (1990, p.115).

No limiar dos anos 70 um grupo de militantes brasileiros exilados na França iniciara a publicação do periódico *Debate - Problemas da revolução brasileira*. João Quartim de Moraes era um dos principais responsáveis pelo empreendimento que tinha por objetivo discutir a situação do movimento revolucionário no Brasil a partir do exterior. Em *Debate* se veiculavam textos de várias organizações que continuavam a inglória luta contra a ditadura no governo Médici. Contrastando com os precários panfletos que circulavam no Brasil clandestinamente, a publicação coordenada por Moraes era impressa em dois idiomas - português e francês - com acabamento bem mais elaborado, lembrando, portanto, os jornais de esquerda do pré 64.

Em abril de 1971, *Debate* publicou um texto a respeito de Guevara fazendo uma espécie de histórico das relações entre Revolução Cubana e “revolução brasileira”, ou

melhor dizendo, luta armada brasileira. Temos, portanto, um documento no qual os próprios militantes da Extrema Esquerda avaliavam a recepção do exemplo de Cuba no Brasil desde 1959.

[...] a Revolução Cubana distinguia-se pela forma com que havia empregado a violência organizada. As vanguardas revolucionárias latino-americanas notaram o fato quase singular no continente - a Revolução Cubana não fora um quartelaço [...] Tampouco confundia-se com o método tradicionalmente pensado pelas esquerdas e raras vezes posto em prática, o “putsch”. A questão fundamental foi levantada e como resultado imediato, os partidos de esquerda, com toda sua complexa estrutura, contemplaram suas bases oscilarem. *Punha-se em dúvida, mais ou menos abertamente, a sua qualidade de instrumentos para a tomada do poder.* (grifo nosso).

Assim como para o PCBR, a ALN também concebia que a organização deveria cumprir as funções de direção política e militar do processo revolucionário, ainda que não se estruturasse na condição de partido. Entretanto, Carlos Marighella, como principal liderança do grupo, deixou claro mais de uma vez que não existia na ALN, exatamente por ela não se tratar de um partido, qualquer tipo de separação entre tarefas políticas e militares. Em documento de maio de 1969 lemos:

Não há entre nós separação entre o político e o militar. Na guerra revolucionária brasileira não temos comissários políticos que assessoram os quadros militares. Todos os membros da organização são obrigatoriamente as duas coisas ao mesmo tempo e preparam-se para isso desde o primeiro momento. Os que não conseguem ser políticos e militares simultaneamente têm poucas condições de sobrevivência na nossa organização, tal é o tipo de sua ação.

Dentre todas as organizações clandestinas a ALN talvez tenha a trajetória mais paradigmática para entendermos a negação do burocratismo partidário (RIDENTI, 1993, p. 39). Se não havia separação entre político e militar no interior do grupo só se pode tirar daí que o princípio organizativo da ALN era justamente o explicitado no texto, qual seja, a aglutinação desses dois princípios de ação revolucionária.

Retornando ao artigo de *Debate* citado anteriormente, pode-se aferir que seu autor atribui parte da radicalização da esquerda armada no país à leitura que os comunistas brasileiros fizeram do ideário proveniente da Revolução Cubana.

Essas eram as idéias que agitavam as mentes dos verdadeiros

revolucionários, reduzidos à imobilidade pela pesada estrutura de Partidos que, paradoxalmente, negavam na prática o caminho armado, diante da crescente miséria do povo, da rápida penetração do imperialismo e do endurecimento da política burguesa. *Janeiro de 1959 agitou, pôs em discussão, iniciou a divisão aberta das opiniões em todos os escalões da esquerda brasileira.* (grifo nosso).

Talvez uma das principais dificuldades dos grupos armados em luta contra o regime militar tenha sido precisamente achar uma maneira de conjugar as ações revolucionárias - expropriações de fundos, atentados, seqüestros - com uma inserção política efetiva nos movimentos sociais que ainda existiram até o final de 1968, sobretudo de estudantes e trabalhadores. Efetivamente existiram esforços por parte das organizações comunistas para que estas não se isolassem completamente da população, fato que pode ser comprovado pela presença de grupos clandestinos como a VPR nas greves operárias do município de Osasco em São Paulo no ano de 1968. (GORENDER, 1999, p. 156).

Quando elaborava sua linha política em 1969 o MR-8 se debatia com o dilema colocado entre optar pelas ações de vanguarda ou o pelo enraizamento junto às massas.

Os revolucionários devem negar duas concepções erradas sobre a relação vanguarda-massas exploradas. A que considera apenas a vanguarda - a concepção dos “poucos e bons” - e a que considera somente as classes exploradas, desprezando o papel da vanguarda e colocando-a a reboque do processo. Devemos reconhecer o papel histórico da vanguarda teoricamente e praticamente. Mas devemos assimilar que somente as classes exploradas derrubarão o poder burguês. Ou seja, devemos negar o espontaneísmo anárquico assim como o “vanguardismo”.

Daniel Aarão Reis Filho ao averiguar a dubiedade das diretrizes teórico-ideológicas da Extrema Esquerda nos anos 60 e 70, acabou percebendo que existia entre os grupos o que ele chamou de “ambivalência das orientações” (1990, p. 130). Tal fenômeno seria decorrente da falta de convicção dos grupos armados em se comprometerem demasiadamente com postulados que mais tarde pudessem se mostrar equivocados, ou ainda, da conciliação de visões diferentes no interior dos quadros com o objetivo de evitar dissidências. Para Reis Filho, a díade massa X vanguarda nos debates das organizações se apresentaria sob a seguinte forma:

Será preciso travar uma luta sem quartel contra o espontaneísmo e contra o voluntarismo. Os “espontaneístas” ocultavam o próprio conformismo, traíam na prática o proletariado, não passavam de oportunistas porque relegavam a vontade como fator fundamental da História. Já os “voluntaristas” esqueciam as circunstâncias que limitavam e determinavam a prática revolucionária, por isso derivavam na aventura e na provocação, prejudicando o proletariado e o socialismo (REIS Fº, 1990, p. 132).

Observando tal discussão no âmbito da Extrema Esquerda poderíamos de maneira simplificada dividir em duas categorias as críticas que os comunistas se lançavam mutuamente: eram alvos de reprimendas aqueles que desejavam *fazer* a revolução hoje - os voluntaristas - e, estes, por sua vez, condenavam os que a preferiam *esperar* para amanhã - os espontaneístas. Fazer e esperar, eis o par de vocábulos ao abrigo dos quais se encontravam os princípios ideológicos que suscitaram intermináveis disputas e rachas entre as organizações armadas brasileiras a partir da segunda metade da década de 60.

Capítulo 3. A Revolução Cubana: representações e apropriações.

O povo brasileiro começou a andar. E avança decidido, ombro a ombro com os povos latino-americanos, olhos voltados para a revolução cubana - símbolo do triunfo do movimento revolucionário armado [...].

Carlos Marighella

A Revolução Cubana figurou sob diversas formas no discurso das organizações armadas do Brasil. Para entendermos de que maneira este exemplo revolucionário foi apropriado pela Extrema Esquerda, temos que levar em conta não somente como os agrupamentos brasileiros o compreendiam, mas também, o modo como o próprio governo cubano nos anos 60 procurou apresentá-lo ao movimento comunista latino-americano.

No presente capítulo será discutido o papel dos textos de Che Guevara e Régis Debray na difusão da teoria do foco no continente. Por intermédio desses escritos, a experiência cubana, sobretudo em seus aspectos militares, se tornaria mais conhecida dos grupos clandestinos brasileiros. Publicados em grandes tiragens e circulando clandestinamente, os livros de Guevara e Debray eram leitura obrigatória entre os militantes das organizações armadas, mesmo para aquelas contrárias ao *foquismo*. Tais livros foram responsáveis igualmente por associar de forma indistinta o conceito do foco guerrilheiro à Revolução Cubana, transformando o exemplo de Sierra Maestra em modelo daquela estratégia revolucionária.

Embora a Extrema Esquerda brasileira fosse majoritariamente a favor da luta armada nas áreas rurais, a guerra de guerrilhas em geral aparecia adaptada nos programas dos grupos segundo as concepções defendidas por estes. Muitas vezes o foquismo era combinado com outras formas de luta e resistência. Examinaremos então como as diversas organizações conceberam a teoria do foco dentro de seus horizontes teóricos, articulando-a

às suas experiências acumuladas no combate ao regime militar no país.

3.1. A Revolução Cubana no discurso da Extrema Esquerda brasileira: representações e apropriações.

A recepção do exemplo da Revolução Cubana no Brasil não foi, é claro, um processo linear. O modo pelo qual no princípio de 1959 se percebiam os acontecimentos que estavam transformando Cuba sofreria metamorfoses ao longo dos anos 60 e princípio dos 70. Se naquele curto período a pequena ilha caribenha experimentava profundas mudanças, a sociedade brasileira por sua vez passava por um processo congênere. Para os comunistas do Brasil em especial, o que se notava era uma cada vez maior institucionalização da Revolução Cubana, isto é, da triunfal entrada do exército rebelde em Havana, passando pela conversão do regime político ao socialismo até a posterior criação OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), percebia-se que os cubanos, ainda que solitariamente, lutavam por consolidar um novo modelo de sociedade e, da mesma forma, para tentar reproduzi-lo nos demais países do continente.

Após o êxito dos revolucionários cubanos no final da década de 50, os Estados Unidos intensificariam de forma acentuada sua vigilância sobre os demais países do continente, conferindo especial atenção àquelas nações que passavam por instabilidades políticas. Tanto por seu gigantesco poderio e presença militar, quanto, por intermédio de políticas de auxílio financeiro às economias subdesenvolvidas latino-americanas, os Estados Unidos se lançariam numa verdadeira cruzada com o objetivo de evitar novos “infortúnios

políticos” inspirados pela Revolução Cubana. Referindo-se ao posicionamento de

Washington naquela ocasião, Luis Fernando Ayerbe (2002, p. 127) afirma o que segue:

No caso de Cuba, repetir-se-ão as pressões utilizadas anteriormente, só que as medidas de boicote econômico, desestabilização política e sabotagens adquirem um alcance nunca antes visto e desempenham um papel decisivo na evolução dos rumos da revolução, tanto no plano interno como no das suas relações exteriores. (AYERBE, 2002, p. 127).

Para Fidel Castro e os demais dirigentes da ilha, as relações com a Casa Branca tornavam-se cada vez mais frágeis e, de maneira explícita, os EUA promoviam no interior da OEA uma acirrada campanha com o objetivo de expulsar o governo cubano da organização. Moniz Bandeira entende que a postura de Castro materializada nos esforços para “exportar a revolução” era possivelmente a única alternativa que restava ao outrora líder guerrilheiro (1998, p. 301).

[...] Fidel Castro e Guevara não apenas difundiram o método das guerrilhas - a via cubana de insurreição - para que servisse de exemplo e modelo, como trataram de impulsionar materialmente sua aplicação em todos os países da América. [...] eles necessitavam que a revolução se alastrasse, como um incêndio, a outras partes do Hemisfério, de modo a aliviar as pressões que os EUA exerciam sobre Cuba. [...] O próprio Fidel Castro manifestou o propósito de “*continuar haciendo de la nación el ejemplo que puede convertir a la cordillera de los Andes en la Sierra Maestra del continente americano*”. (BANDEIRA, 1998, p. 301, grifo do autor).

Ao apoiar a luta armada em outros países do continente, inclusive econômica e politicamente, o governo cubano acabou se precipitando em um embuste diplomático. As nações latino-americanas, mesmo aquelas que não se mostravam completamente hostis a Cuba, percebiam com sérias restrições a postura internacionalista dos revolucionários, pois, “[...] ao interferir na política interna de outros países, o próprio governo de Fidel Castro violava os princípios de respeito à autodeterminação dos povos e de não-intervenção, evocados exatamente para condenar e impedir a intervenção dos EUA em Cuba [...]”. (BANDEIRA, 1998, p. 305).

Os Partidos Comunistas tergiversaram entre fazer a defesa do governo revolucionário de Cuba e censurar o apoio da ilha à luta armada na América Latina. Caso

singular naquela época foi o do Secretário-geral do PC uruguaio Rodney Arismendi, pois, “Ao contrário dos outros dirigentes comunistas (argentinos e brasileiros, por exemplo), Arismendi colaborou com a direção cubana e desempenhou um papel importante como ‘conciliador’ entre o castrismo e os partidos comunistas na conferência da OLAS” (LÖWY, 2003, p. 393). Refletindo a respeito da experiência de Cuba ante os postulados do marxismo-leninismo Rodney Arismendi assegurava:

Seria um erro acreditar que, em todo o continente, os sinos anunciam a mesma hora; isso poderia nos precipitar em um esquematismo impolítico ou no pecado infantil de queimar as etapas [revolucionárias]. Mas acreditamos que, apenas com sua presença, a Revolução Cubana apressa o passo ziguezagueante da história, põe as feridas em carne viva, situa toda a luta em um plano superior. Assim, seria uma miopia imperdoável perder de vista *a mudança qualitativa que a Revolução Cubana introduziu na situação geral do continente, na experiência das massas, na definição das classes e na luta entre elas, na tensão explosiva de todas as contradições.* (grifo no original).

Diante da tentativa de “exportar a revolução” por parte dos cubanos, observamos que o processo de recepção daquele exemplo revolucionário só pode ser compreendido se levarmos em conta não só os segmentos da esquerda latino-americana que dele se apropriaram, bem como o próprio governo cubano, primeiro interessado na propagação do socialismo na região. Emir Sader (1991, p. 170) também entende que havia um claro empenho de Fidel Castro em disseminar para além de Cuba os focos de guerrilha rural.

Ao longo dos anos 60 a política do governo cubano incluiu como um de seus itens centrais o apoio a movimentos revolucionários do continente, podendo contabilizar ajudas de diferentes ordens a organizações que atuavam pelo menos nos seguintes países: Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, República Dominicana, Haiti, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru, Argentina, Uruguai, Brasil. *A linha oficial da Revolução Cubana colocava o destino desta na dependência da extensão do processo revolucionário na América Latina, como vínculo essencial entre as condições interna e externa de Cuba.* (SADER, 1991, p. 170, grifo nosso).

Ao se aproximar de organizações e movimentos sociais latino-americanos que possivelmente poderiam se converter em difusores da luta armada revolucionária, muitas vezes os dirigentes cubanos estreitavam relações com grupos de natureza e origens bastante

divergentes entre si, assim como diferentes do célebre e aclamado Movimento 26 de julho. “Guevara e Castro não discriminavam as tendências políticas de esquerda que se dispusessem a partir para a insurreição e mudar o *status quo*, e este fato já os diferenciava dos comunistas, com formação stalinista e obedientes às diretrizes de Moscou. [...]” (BANDEIRA, 1998, p. 303-304).

Luiz Alberto Moniz Bandeira julga que foi exatamente por não negar apoio a qualquer movimento de contestação, que Cuba e seu exemplo puderam adquirir um significado de tão vastas dimensões na América Latina. Assim, grupos nacionalistas, antiimperialistas e comunistas de diversas correntes, identificavam a Revolução Cubana como triunfo do socialismo e nela se reconheciam como organizações revolucionárias de esquerda (BANDEIRA, 1998, p. 304).

Era dessa forma que a Revolução Cubana e Cuba se apresentavam para a América Latina: um paradigma de ação militar. A face do processo revolucionário por meio da qual os cubanos davam a conhecer e explicavam a revolução, era sempre aquela ligada à “guerrilha camponesa” e ao “foco guerrilheiro”, fora assim que haviam tido êxito contra Batista. Para as organizações armadas brasileiras, os caracteres mais notáveis na trajetória do Movimento 26 de julho diziam respeito à postura de empenho e decisão de Fidel Castro e Che Guevara ante as adversidades enfrentadas em Sierra Maestra. Era majoritariamente sobre os aspectos militares da Revolução Cubana, e não os políticos, que se voltavam os olhos da Extrema Esquerda no Brasil. O cerne das discussões era a validade do foquismo como estratégia revolucionária para o maior país da América Latina, ficando em segundo plano entre os grupos as análises políticas da teoria do foco.

A análise dos documentos da esquerda armada brasileira não deixa dúvidas, era bastante parcial a compreensão que os diversos grupos tinham da Revolução Cubana. É

certo que nos anos 60 a maioria dos livros que trataram do processo revolucionário cubano não eram propriamente investigativos, ou seja, não tomavam a revolução como objeto de pesquisa científica. As publicações geralmente assumiam um tom de propaganda político-ideológica, velada ou não. Além do mais, por toda a América Latina circulavam aos milhares edições dos escritos de Che Guevara e Régis Debray, verdadeiras apologias a Cuba e ao foquismo.

Sobretudo a partir de 1967 com a realização da primeira conferência da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), o entendimento da Revolução Cubana, bem como a compreensão da estratégia militar dela resultante - a teoria do foco -, se daria sempre intermediada pela supervalorização da técnica e da ação militar de vanguarda. Depois desse evento, ficaria mais claro que nunca o pendor dos cubanos em disseminar a luta armada no continente. De acordo com Michael Löwy (2003, p. 303):

Em agosto de 1967, reuniu-se em Havana o primeiro (e único) congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), com representantes de todas as organizações que compartilhavam as teses da Revolução Cubana. Naturalmente, a corrente castrista era hegemônica, mas alguns representantes do comunismo tradicional (especialmente Rodney Arismendi, secretário geral do PC uruguaio) também desempenharam um papel importante. Em compensação, os partidos comunistas do Brasil, da Venezuela e da Argentina boicotaram o congresso. *As teses da OLAS causaram um profundo impacto em toda a América Latina, particularmente no Brasil, onde aceleraram a crise interna do Partido Comunista. [...]* (LÖWY, 2003, p. 303, grifo nosso).

É evidente que o PCB não concordava com o foquismo e a com violência armada inspirados em Cuba. Apegado à teoria da revolução por etapas, o partido julgava que o enfrentamento ao regime não estava inscrito entre as tarefas da fase revolucionária democrático-burguesa. Além disso, as idéias castro-guevaristas submetiam a vanguarda política à militar, negando assim o papel central do partido como condutor das massas.

O vínculo entre revolucionários cubanos e brasileiros só pode ser pensado em termos de uma troca entre as partes. Como já foi demonstrado, a aspiração dos

estrangeiros em receber treinamento militar na ilha era explorado como uma forma de legitimar a revolução em Cuba. “[...] Era preciso alimentar no exterior, o mito do *primeiro território livre da América Latina* e, internamente, dar coesão a um povo que tinha diante de si muitos obstáculos a superar. [...]”. (ROLLEMBERG, 2001a, p. 65, grifo da autora).

Havia então uma total convergência de interesses entre as lideranças de Havana que procuravam salientar a face técnica e militar de sua revolução, e a esquerda armada no Brasil, que atentava e se afeiçoava justamente a esses aspectos, pois, em face do regime ditatorial aqui instaurado, era do ponto de vista estratégico que a Revolução Cubana mais interessava às organizações clandestinas.

Nos vinte pontos proclamados ao final do documento da OLAS, encontramos atestado o empenho dos dirigentes cubanos em estabelecer critérios militares para a atuação da esquerda no continente:

5. Que a luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da revolução na América Latina.
6. Que todas as demais formas de luta devem servir e não atrasar o desenvolvimento da linha fundamental, que é a luta armada.
10. Que a guerrilha - como embrião dos exércitos de libertação - constitui o método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria dos nossos países.
11. Que a direção da revolução exige, como princípio organizativo, a existência do comando unificado político e militar como garantia para seu êxito.
14. *Que a Revolução Cubana, como símbolo do triunfo do movimento revolucionário armado, constitui a vanguarda do movimento antiimperialista latino-americano.* Os povos que realizam a luta armada, à medida que avançam por esse caminho, situam-se também na vanguarda. (grifo nosso).

Ainda que a OLAS disseminasse a idéia de que a guerrilha rural havia sido a base da vitória de Fidel Castro na ilha, não parece correto afirmar que a Revolução Cubana triunfou apenas por conta das táticas de combate foquistas. Sem dúvida, existiu ao longo do conflito todo um aparato clandestino situado nos centros urbanos - Havana, Santiago de Cuba, Camagüey etc. - que tinha como função dar apoio político e logístico à luta na Sierra, sem o qual o exército guerrilheiro sofreria notórias dificuldades (THOMAS, 1974, passim).

Ao se apropriarem do exemplo da Revolução Cubana, as organizações armadas brasileiras dispensaram demasiada importância à questão da guerrilha no campo. Na documentação da Extrema Esquerda são poucas as menções ao papel das cidades durante a luta em Cuba. Mas porque a leitura realizada pelos grupos privilegiava especialmente essa característica da revolução, sendo praticamente ausentes observações acerca dos centros urbanos?

É claro que a OLAS acabaria elaborando uma interpretação da Revolução Cubana. Como já foi afirmado, se apresentava este processo revolucionário de maneira que nele sempre ficasse perceptível seu caráter militarista. Para efeito de propagação da experiência guerrilheira, o agente condutor da revolução havia sido o “exército camponês”, liderado por Fidel e Che. Entretanto, a recepção do caso cubano no Brasil não se deu simplesmente como queria a OLAS. Havia elementos internos que mediavam a relação das organizações armadas com as teses castro-guevaristas. De acordo com Marcelo Ridenti (2000, p. 25), a atenção que os comunistas brasileiros consagravam ao campo e ao trabalhador rural em suas leituras da realidade, fazia parte de um movimento mais amplo que naquela conjuntura mobilizava determinados segmentos sociais, o qual ele mesmo chamou de “romantismo revolucionário”.

Por romantismo revolucionário Ridenti entende a retomada de valores que em tese negariam a degradação do sujeito pelo sistema capitalista. Para o autor, a procura de um “homem novo”, que encarnasse os trabalhadores do país, a cultura popular e ao mesmo tempo representasse uma crítica à modernidade, teria marcado profundamente os artistas e as camadas intelectualizadas de esquerda nos anos 60. Seu trabalho de livre docência *Em busca do povo brasileiro* (2000), apresenta uma longa reflexão a respeito da presença dessa espécie de romantismo no ideário daquela geração. Segundo Marcelo Ridenti:

O romantismo das esquerdas não era uma simples volta ao passado, mas

também modernizador. Ele buscava no passado elementos para a construção da utopia do futuro. Não era, pois, um romantismo no sentido da perspectiva anticapitalista prisioneira do passado, geradora de uma utopia irrealizável na prática. Tratava-se de romantismo, sim, mas *revolucionário*. De fato, visava-se resgatar um encantamento da vida, uma comunidade inspirada no *homem do povo*, cuja essência estaria no espírito do camponês e do migrante favelado a trabalhar nas cidades [...]. (RIDENTI, 2000, p. 25, grifo do autor).

A própria Revolução Cubana faria parte dessa atmosfera de “romantismo”.

Contudo, outros movimentos revolucionários como a libertação da Argélia, a Guerra do Vietnã e a Revolução Chinesa, também identificados com a luta em áreas rurais, concorreriam na época para notabilizar um conjunto de temas ligados ao “homem do campo”. Ainda no livro de Ridenti:

A volta ao passado, contudo, seria a inspiração para construir o *homem novo*. Buscavam-se no passado elementos que permitiriam uma alternativa de modernização da sociedade que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro. Não se tratava de propor a mera condenação moral das cidades e a volta ao campo, mas sim de pensar - com base na ação revolucionária a partir do campo - a superação da modernidade capitalista cristalizada nas cidades, tidas no final dos anos 60 como *túmulos dos revolucionários*, na expressão do teórico guevarista francês Régis Debray (s/d). (RIDENTI, 2000, p. 25, grifo do autor).

Em texto de 1968 no qual o COLINA (Comandos de Libertação Nacional) discutia as diretrizes da organização para a luta contra o regime militar no Brasil, encontramos reproduzido um trecho do livro de Guevara *A guerra de guerrilhas*. A transcrição do fragmento de Che no documento do grupo denota a extrema valorização da guerrilha rural inspirada na Revolução Cubana:

Quando analisarmos mais a fundo a tática da guerra de guerrilhas, veremos que o guerrilheiro deve ter um conhecimento cabal do terreno em que pisa, suas veredas de acesso e de fuga, das possibilidades de manobrar com rapidez, dos locais onde possa se esconder e, *naturalmente, contar com o apoio do povo*. Tudo isso indica que o guerrilheiro exercerá sua ação em *lugares agrestes e pouco povoados* e, nestas paragens, a luta do povo por suas reivindicações se situa preferentemente, e até exclusivamente, na espera da mudança social dos proprietários de terra, o que significa que o guerrilheiro é antes de tudo um revolucionário agrário. - Guevara, *Guerra de guerrilhas*. (grifos no original).

Como vimos, o militante *ideal* para o COLINA e, para quase toda a Extrema Esquerda brasileira, era o indivíduo que reunisse em si as qualidades descritas por Guevara,

quer dizer, o “revolucionário agrário”. O *camponês guerrilheiro* tornara-se um estereótipo da Revolução Cubana, ícone que seria absorvido pelo movimento comunista latino-americano. Assim, no Brasil, conferia-se notável importância ao campo como espaço de luta e à guerrilha rural como estratégia militar, resultando daí, que ao se apropriarem do exemplo de Cuba, as organizações armadas considerassem as cidades como elementos secundários na trajetória daquela revolução.

Todavia, em Cuba, o movimento clandestino nos centros urbanos não teve como única função obter provisões para a guerrilha rural. Desempenhava tarefas mais amplas, que iam desde a propaganda revolucionária contra o regime de Fulgêncio Batista até a organização de greves operárias. Porém, para os grupos clandestinos brasileiros, a leitura que se fazia da Revolução Cubana estava diretamente associada com suas próprias escolhas. Isto é, quando se valorizava o papel do campo no triunfante exemplo de Cuba, inferia-se que no caso do Brasil, ele igualmente deveria ser valorizado. Além disso, com o passar do tempo, a violência da repressão militar se agravava nas cidades, tornando-as extremamente prejudiciais à sobrevivência das organizações.

Num ambiente em que a maioria da esquerda armada apontava as zonas rurais como o caminho para a revolução na América Latina, foram poucas as vozes que se posicionaram em favor das cidades e de uma ligação mais orgânica com as populações urbanas. A polêmica oposição entre “massismo” e “militarismo”, representava nas organizações a disputa entre dois projetos revolucionários que pareciam inconciliáveis. Para os grupos mais radicais, apostar na atuação das massas urbanas seria um retrocesso, já que a responsabilidade pelo desencadeamento da luta cabia apenas à vanguarda.

Como um dos únicos trabalhos que na época ofereceram uma leitura diferenciada do caso de Cuba, temos o livro de Vânia Bambirra *A revolução cubana: uma*

reinterpretação, publicado em 1973. Com o pseudônimo de Cléa Silva, Bambirra foi ligada à POLOP nos anos 60, se aproximando mais tarde, já no exterior, de uma das correntes da teoria da dependência econômica. No ano de 1967, em meio às intensas discussões da Extrema Esquerda no Brasil, a autora condenaria o foquismo no artigo *Los errores de la teoría del foco*. Sua crítica à guerrilha rural seria reiterada em outro texto de 1971 que escreveria para a revista *Palmares. Marxismo y Revolución*, editada no Chile pela VAR-Palmares.

A revolução cubana: uma reinterpretação, foi redigido por Vânia Bambirra entre 1972 e 1973 no exílio chileno, durante o governo da Unidade Popular. A eleição de Salvador Allende para o governo do Chile, possibilitaria que militantes de esquerda egressos do Brasil fugissem das perseguições nos anos Médici obtendo asilo naquele país. A liberdade política ali existente criou condições para que diversos grupos armados brasileiros se reconstituíssem depois de seu quase extermínio pela ditadura militar.

A POLOP, organização à qual Bambirra pertencera, se dividiu por volta de 1968 transformando-se na VPR e no COLINA. Contudo, é possível perceber vários sinais do pensamento polopista nos trabalhos da autora, mesmo naqueles posteriores à dissolução de seu grupo de origem. Apresentando a Revolução Cubana sob um ponto de vista diferente do qual sustentava a maioria da Extrema Esquerda, o livro de Vânia Bambirra é um claro exemplo de como o vínculo com uma determinada matriz teórico-ideológica podia dar diferentes formas às interpretações que se faziam da experiência revolucionária de Cuba.

Enquanto existiu, a POLOP orientou sua atuação de acordo com uma perspectiva clássica de “insurreição proletária”, na qual as cidades e os trabalhadores fabris ocupavam papel determinante. Para Bambirra, as análises acerca de Cuba não haviam até aquele momento compreendido o caráter do Movimento 26 de julho, pois, na maioria das

interpretações a organização criada por Fidel Castro era retratada como sendo desde o início um grupo guerrilheiro. Em conformidade com as teses que herdara da POLOP, a autora, ao investigar a Revolução Cubana, procurou salientar a importância da luta e da resistência nos centros urbanos, deslocando assim o centro das atenções que até ali havia repousado sobre o campo.

Vânia Bambirra afirma que a concepção de assalto ao poder sustentada por Fidel era em princípio a da “insurreição urbana” ou, em suas palavras, um “putsch”. Segundo ela, a partir desse ângulo poderíamos melhor entender a tentativa de tomada do Quartel Moncada em 1953, o desembarque do Granma na ilha em finais de 1956 e a greve geral em Cuba promovida pelo Movimento 26 de julho no mês de abril de 1958. Na leitura de Bambirra, a estratégia dos revolucionários cubanos passava necessariamente pela conquista do “llano” como forma de derrubar o regime, de modo que seria unicamente após o fracasso da greve operária de abril que a luta na “sierra” ganharia destaque.

Em *A revolução Cubana: uma reinterpretação*, a trajetória do Movimento 26 de julho não é apresentada de forma linear. De acordo com sua autora, a maior mudança qualitativa no ideário do grupo liderado por Fidel Castro teria ocorrido com o fracassado desembarque do Granma em Cuba a 2 de dezembro de 1956. Sob fogo do exército regular, a retirada dos rebeldes sobreviventes para Sierra Maestra significou “[...] o abandono da estratégia insurrecional urbana e o começo do desenvolvimento de uma estratégia complexa, de guerra de guerrilhas rurais combinada com as guerrilhas urbanas. [...]”. Contrariando as interpretações mais correntes na época, Vânia Bambirra ainda defendia que “[...] *Até o fracasso da tentativa de greve geral em Abril de 1958, a concepção do Movimento 26 de Julho será, ao contrário do que em geral se crê, considerar as cidades como cenário principal da luta e as guerrilhas rurais como seu*

complemento. [...]’ (grifo da autora).

Bambirra assevera que foi apenas em uma fase posterior do processo revolucionário que a atuação do exército rebelde no campo se sobrepôs às formas de luta empregadas até então. A estratégia “putschista” seria gradativamente posta de lado depois do fracasso da greve de 1958, quando as forças armadas organizariam uma grande ofensiva contra os guerrilheiros embrenhados nas matas e serras cubanas. Só a partir daí o Movimento 26 de julho assumiria de fato a disposição de uma “guerrilha camponesa”, o que tornaria o exemplo cubano célebre em todo o mundo, especialmente entre as esquerdas comunistas.

Para corroborar suas hipóteses a respeito da Revolução Cubana, Vânia Bambirra lança mão em seu livro dos escritos de Che Guevara. Em *Passajes de la guerra revolucionária* o guerrilheiro avaliava a mudança nas formas de intervenção do Movimento 26 de julho após o malogro nas cidades da greve de abril. Em 3 de maio de 1958 se reuniu em Sierra Maestra a cúpula dirigente da organização para avaliar os rumos a serem tomados depois daquele momento. O comandante argentino chamaria o encontro entre as lideranças do *llano* e da *sierra* de “una reunión decisiva”. Seria efetivamente a partir dessa ocasião que se buscariam alternativas para a condução da luta contra Batista. Nas palavras do Che:

La reunión fue tensa, dado que había que juzgar la actuación de los compañeros del llano, que hasta ese momento, en la práctica, habían conducido los asuntos del 26 de julio. En esa reunión se tomaron decisiones en las que primó la autoridad moral de Fidel, su indiscutible prestigio y el convencimiento de la mayoría de los revolucionarios allí presentes de los errores de apreciación cometidos. [...].

Indubitavelmente naquela ocasião os líderes guerrilheiros procuravam se eximir da responsabilidade do que consideravam ser erros cometidos pela organização nas cidades.

Ainda discorrendo acerca da reunião Guevara afirma:

La Dirección del Llano había despreciado la fuerza del enemigo y

umentado subjetivamente las propias, esto sin contar los métodos usados para desencadenarla. Pero lo más importante, es que se analizaban y juzgaban dos concepciones que estuvieron en pugna durante toda la etapa anterior de conducción de la guerra [a insurreccional e a guerrilheira]. *La concepción guerrillera saldría de allí triunfante*, consolidado el prestigio y la autoridad de Fidel y nombrado Comandante en Jefe de las fuerzas incluidas las de la milicia - que hasta esos momentos estaban supeditados a la Dirección del Llano - y Secretario general del Movimiento. (grifo nosso).

Se é verdade que a estratégia da Sierra, ou seja, a guerrilha, saiu vencedora daquela “reunião decisiva” nas montanhas cubanas, não é menos verídico que o Movimento 26 de julho continuou atuante nas cidades. Não obstante, as milícias, braços armados da organização nos centros urbanos responderiam dali em diante à direção baseada no campo. Che Guevara explica a situação como se em face ao mau êxito da grande cartada do grupo contra o governo, a greve geral, restasse apenas um caminho a seguir. “Después de los fracasos frente a las fuerzas de la dictadura, surgía ya una sola capacidad dirigente, la de la sierra, y, concretamente, un dirigente único, un Comandante en Jefe, Fidel Castro. [...]”.

Fossem quais fossem as leituras da experiência cubana, existiam muitos fatores que eram desconhecidos pela Extrema Esquerda brasileira, tanto em relação a Cuba como a respeito de seu próprio país. Em *A guerra de guerrilhas* consta textualmente que as questões ali discutidas são fruto das memórias de Guevara acerca do acontecido durante a revolução na ilha. Ora, é claro que as peculiares condições sociopolíticas de Cuba quando da luta contra Batista não se faziam presentes em outros países nos anos 60 e 70. É evidente também, que entre as nações latino-americanas existiam profundas diferenças em todos os níveis, a despeito de todas se encontrarem como sociedades subdesenvolvidas economicamente.

Gérard Pierre-Charles (1978, p. 52-53) aponta a densidade demográfica cubana como um dos elementos favoráveis ao Movimento 26 de julho à época da luta revolucionária. A concentração populacional nas zonas rurais em Cuba era de 3,5 pessoas

por hectare no final dos anos 50, alta se comparada aos indicadores de outros países. O índice do México era de 0,8 e o peruano de 1,9 habitantes por hectare, El Salvador apresentava um número um pouco maior, 2,4 moradores. Operando numa região relativamente povoada, a guerrilha liderada por Fidel Castro gozou de maiores chances de obter apoio junto à população local, não permanecendo no total isolamento.

Foi no ano de 1972 que o PC do B deflagrou na região sul do Pará em convergência com os estados do Mato Grosso e Goiás a conhecida guerrilha do Araguaia. Averiguando a densidade demográfica brasileira entre as décadas de 60 e 70, especialmente nessa porção do país, encontramos números bastante expressivos da concentração populacional no Brasil. Feita a conversão das unidades de medida de km² para hectare, podemos sem dificuldade comparar a região na qual atuaram os guerrilheiros do PC do B com a zona rural cubana.

O Anuário de 1972 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aponta que em 1970 havia no Pará uma concentração de 17,6 habitantes por hectare, cifra muito superior à densidade demográfica que dez anos antes Cuba apresentava no campo, de apenas 3,5 pessoas em área equivalente. Nos estados do Mato grosso e Goiás a concentração populacional no mesmo período era de 13,2 e 46,7 habitantes por hectare respectivamente.

O fato da região escolhida pelo PC do B para a implantação da guerrilha contar com uma população relativamente maior do que a constatada em Cuba, não significou, todavia, que os combatentes brasileiros conseguissem o apoio e a adesão dos locais para sua causa revolucionária. A dificuldade do partido em arregimentar trabalhadores rurais para seus quadros foi enfrentada por todos os grupos da esquerda armada durante a ditadura militar. Para Marcelo Ridenti

[...] A penetração dos grupos armados no campo foi praticamente nula, quer

na organização de trabalhadores rurais, quer na efetivação de uma base guerrilheira. A adesão dos homens do campo foi ínfima, tanto em termos absolutos (era pequeno o número total de lavradores nos grupos de esquerda) quanto em relativos, se compararmos o trabalho político feito no campo com aquele realizado nas cidades. [...] (RIDENTI, 1993, p. 227).

Retornando ao caso cubano, Pierre-Charles destaca outra característica que, segundo ele, teria contribuído grandemente para o desenvolvimento do processo revolucionário no país: o complexo açucareiro de Cuba (1978, p. 53). Devido às particularidades do sistema de cultivo da cana-de-açúcar na ilha, o processamento da matéria prima se dava no interior de grandes conglomerados agroindustriais. Desse modo, tornava-se comum

[...] relações técnicas de produção entre o operário do engenho e o trabalhador (plantador ou cortador de cana). Tais relações produziam efeitos em ambos os lados elevando o nível cultural e a consciência de classe dos trabalhadores do campo e inclinando os trabalhadores do engenho, e através deles o resto do movimento operário a colaborar mais estreitamente, tanto econômica quanto politicamente, com o campesinato. [...] (PIERRE-CHARLES, 1978, p. 53).

Note-se que a hipótese do autor no trecho reproduzido, de que o contato entre operários e trabalhadores rurais teria elevado a consciência de classe desses últimos, está de acordo com o horizonte teórico das organizações armadas brasileiras, ou seja, o trabalhador urbano era visto como potencialmente mais revolucionário se comparado com o indivíduo que trabalha no campo, contudo, sendo o campo o palco preferencial da luta pelo socialismo, a vanguarda trataria de politizar o habitante local transformando-o num guerrilheiro. Em suma, os comunistas detentores da consciência e do devir revolucionário é quem iluminariam o caminho das massas. Num texto apresentado por Andrew Gunder Frank no Congresso Cultural de Havana em 1968 nos deparamos com o tema da vanguarda combativa e dirigente:

Quem fará a revolução na América Latina, e contra quem ela será feita? À guisa de resposta, Che e seu exemplo nos guiam na luta revolucionária contra todos os obstáculos, onde eles se encontrarem e seja qual for sua natureza, contra o imperialismo que existe na própria sociedade latino-americana, e mesmo na ideologia e prática contra-revolucionária de certas pessoas nos países socialistas e nos partidos marxistas. A última mensagem de Che nos pede que comecemos imediatamente a combater o

inimigo no campo de batalha imediato dos nossos próprios países e estendamos a revolução ao mundo inteiro, partindo deles. [...].

Gérard Pierre-Charles assinala como outro componente favorável ao Movimento 26 de julho a grande circulação de trabalhadores nas várias regiões de Cuba. Durante o período do “tiempo muerto” - a entressafra cubana -, milhares de plantadores e cortadores de cana circulavam pela ilha em busca de alguma ocupação eventual, se misturando assim com as camadas populares urbanas de várias cidades (1978, p. 53). Essa mobilidade teria permitido que trabalhadores rurais e operários fabris mantivessem contato periódico, estimulando o trânsito de idéias e contribuindo para uma melhor elaboração de reivindicações de todas as naturezas (1978, p. 53-54).

Florestan Fernandes (1979, p. 55) também é da opinião de que a guerrilha rural não foi a única responsável em Cuba pela desestabilização das forças de Batista. O sociólogo situa essa forma de luta no interior do movimento revolucionário cubano nos seguintes termos:

[...] A guerrilha foi um mero instrumento e seria preciso que não se perdesse de vista que mesmo a luta armada ultrapassou a guerrilha, logo transformada em apêndice ou técnica suplementar da guerra de movimento. Ela é essencial porque representou algo parecido com o que foram os partidos socialistas revolucionários em outros países. Ela plasmou a mentalidade revolucionária e educou os guerrilheiros para a ação política revolucionária, estabelecendo os marcos que separariam “sua” revolução das outras. [...] (FERNANDES, 1979, p. 55, grifo nosso).

Parece inequívoca a afirmação de Florestan nesse aspecto. De fato, a guerra de guerrilhas foi somente uma das frentes de luta abertas contra a ditadura instaurada no país em 1952. “[...] A guerrilha como entidade romântica e o guerrilheiro como homem providencial são mitos. Em um estudo histórico sociológico mais amplo isso deveria ser tomado em conta. [...]” (FERNANDES, 1979, p. 55). É evidente que nosso autor não se refere à Revolução Cubana como o fazia Extrema Esquerda brasileira. Como já se pôde salientar, o caso cubano estava para as organizações armadas no Brasil como exemplo

revolucionário e não como objeto de análise científica, daí a inevitável distância entre as duas formas de percepção daquele evento.

A teoria do foco guerrilheiro acabou se constituindo como uma espécie de catalisador da experiência revolucionária em Cuba. Com a grande difusão dos textos de Che Guevara e Régis Debray, o foquismo fora apresentado às esquerdas de todo o continente como sendo a maior e mais acabada expressão da Revolução Cubana. Consideramos indispensável questionar se os pressupostos subjacentes ao conceito de “foco” esgotam o processo revolucionário cubano na condição de fenômeno sociopolítico de massas.

Refletindo a respeito desse assunto Jacob Gorender (1999) faz a seguinte apreciação: “O foquismo se origina num dos mais interessantes mitos do movimento revolucionário mundial. O mito de que a Revolução Cubana chegou à vitória pelo poder mágico de doze ou dezessete sobreviventes da expedição do Granma [...]”. (1999, p. 89-90). Gorender critica a idéia de que a revolução que transformou Cuba teria começado a partir do nada.

[...] O pequeno grupo comandado por Fidel Castro em nenhum aspecto corresponde à idéia do foco. Desde o primeiro momento, foi reconhecido pelos camponeses e neles encontrou simpatia e ajuda. Tanto que pôde travar as primeiras escaramuças apenas um mês depois da chegada à Sierra Maestra. Quatro meses mais, enfrentava vitoriosamente um combate de grande envergadura. É que, desde antes, o grande motor - as massas - já estavam em funcionamento. (GORENDER, 1999, p. 90, grifo nosso).

Ao se referir às massas como “o grande motor” da revolução, Jacob Gorender está indicando que no caso cubano, não se pode pensar a atuação das guerrilhas no campo desvinculada do movimento de resistência nas cidades, este protagonizado especialmente pelo Movimento 26 de julho e o Diretório Revolucionário. De outra forma, “A luta guerrilheira cubana ficaria indefinidamente confinada ou seria esmagada, se já não encontrasse a campanha nacional à qual a guerrilha se associou e da qual terminou

ganhando a direção. [...]” (GORENDER, 1999, p. 90). Em resumo, o autor afirma que o próprio exemplo de Cuba não pode ser explicado a partir da teoria do foco.

Num texto de 1965 Eric Hobsbawm analisava as atividades de exércitos guerrilheiros em diversos países, principalmente no Vietnã (1982, p. 165-177). Para o historiador a tática de guerrilhas apresentava claras deficiências do ponto de vista estratégico, dado que ela não poderia ser empregada em qualquer lugar do território nacional (HOBSBAWM, 1982, p. 170). Contudo,

[...] a limitação mais decisiva da guerra de guerrilhas é que ela não pode vencer até que se converta em guerra *regular*, caso em que deve enfrentar seus inimigos no campo em que são mais fortes. É comparativamente fácil para um movimento guerrilheiro amplamente apoiado eliminar o poder oficial da zona rural, exceto aqueles pontos mais fortes de fato ocupados fisicamente pelas forças armadas [...]. (HOBSBAWM, 1982, p. 171, grifo do autor).

É patente que a transformação de pequenas unidades guerrilheiras em um exército popular não pode ser realizada sem se contar com o apoio de grandes parcelas da sociedade. Neste passo, o poder de mobilização do discurso revolucionário é central, pois, é apenas com a adesão do povo ao projeto de reformas que o movimento rebelde pode se estruturar em todo o país. “[...] A verdadeira força dos exércitos guerrilheiros não reside em uma habilidade de se transformarem em exércitos regulares, capazes de derrotar outras forças convencionais, mas em sua força política. [...]”. (HOBSBAWM, 1982, p. 171-172). Em Cuba “[...] O exército rebelde de Fidel Castro não conquistou Havana: quando demonstrou que poderia não apenas controlar Sierra Maestra, mas também tomar a capital provincial de Santiago, o aparato governamental de Batista ruiu”. (1982, p. 172).

Por mais diferentes que fossem as interpretações do foquismo e da guerra de guerrilhas na época, a importância da Revolução Cubana para os grupos clandestinos brasileiros é indiscutível. É necessário lembrar, no entanto, que era a partir de um arcabouço teórico-ideológico próprio que a esquerda armada articulava o exemplo de

Cuba à seu discurso político revolucionário. De acordo com Carlos Alberto Barão:

A força da influência do castro-guevarismo sobre os movimentos da extrema esquerda no Brasil não está relacionada a uma “exportação da revolução”, mas às possibilidades percebidas em setores da esquerda local (“nova esquerda”), originadas na vitória da Revolução Cubana e na atividade de diversas organizações guerrilheiras na América Latina por ela inspiradas. Além disso, havia a possibilidade de ajuda concedida por Cuba a organizações locais, previamente decididas a empreender a luta armada. Ajuda importante, mas nem remotamente decisiva para uma possível vitória da revolução no Brasil. (BARÃO, 2003, p. 305).

É certo que os dirigentes cubanos procuraram difundir uma “visão oficial” de sua revolução, principalmente por meio da OLAS. Porém, no Brasil, ao se apropriarem das idéias castro-guevaristas, as organizações armadas não o faziam por imposição de Cuba, senão porque desejavam se diferenciar do PCB e legitimar seus métodos de atuação revolucionária na sociedade. Carlos Alberto Barão defende que os acertos e erros da Extrema Esquerda repousam sobre ela mesma. “[...] Sua derrota, ocorrida em meio à ausência de participação popular, sobretudo após 1968, revela, para além do heroísmo de seus protagonistas, os problemas existentes na avaliação da realidade brasileira formulada por aquelas vanguardas”. (BARÃO, 2003, p. 305).

3.2. Os textos-chave na difusão do exemplo cubano.

Como já se teve oportunidade de sublinhar, foi por intermédio de alguns textos publicados nos anos 60 que a experiência da Revolução Cubana se tornaria mais conhecida entre as esquerdas no Brasil, notadamente os de Che Guevara e Régis Debray. Além dos largamente divulgados *A guerra de guerrilhas* (1960) e *Revolução na Revolução?* (1967), outros trabalhos pouco mencionados pela historiografia também circulavam pelas

mãos da militância clandestina brasileira. No tocante a Guevara temos ainda *Passagens da guerra revolucionária* (1963) além de artigos que Che publicava em revistas e jornais cubanos e de outros países. Em 1965 Régis Debray escreveu para *Les Temps Modernes* o texto *Le Castrisme: la longue marche de L'Amérique Latine*. Também em 65, outro trabalho de Debray intitulado *América Latina: alguns problemas de estratégia revolucionária*, foi editado pela revista *Casa de las Américas* de Havana.

Nos dedicaremos fundamentalmente a análise do par de textos mais conhecidos e difundidos de Guevara e Debray, embora, na medida das necessidades, possamos recorrer aos demais escritos já citados.

Conjuntamente com o próprio treinamento militar recebido por brasileiros em Cuba desde o princípio dos anos 60, foi por meio dos livros e artigos de Che Guevara e Régis Debray que a teoria do foco guerrilheiro adquiriu uma sistematização maior junto aos grupos armados no Brasil. Enquanto os militantes aprendiam a manusear explosivos e armas nos cursos de guerrilha oferecidos pelo exército cubano, as organizações da Extrema Esquerda promoviam ações expropriatórias e amealhavam fundos para o lançamento da luta no campo.

Seria difícil discutir as probabilidades de êxito das organizações clandestinas no Brasil após 1964, sé é que de fato aquelas existiram. Certamente, até o final de 68 com a edição AI-5, as chances dos vários grupos em perpetrar golpes contra a ditadura militar foram maiores, pois, com a ascensão das reivindicações populares e do movimento estudantil, que encontraria seu ápice na *passseata dos cem mil* em 26 de junho no Rio de Janeiro, a militância estava mobilizada e a repressão relativamente desorganizada. Além disso, para a polícia, as primeiras ações revolucionárias passaram por simples crimes de assalto a banco, sendo que, seria apenas com a criação da OBAN (Operação Bandeirante)

em 1969 que o regime estruturaria nacionalmente o sistema de informações que serviria de esteio para as perseguições sistemáticas aos comunistas.

É claro que no momento em que a ditadura percebeu o “caráter subversivo” das ações em questão, a imprensa foi devidamente orientada pelos censores do governo para não provocar alarde no país. Isto é, o grosso da população brasileira continuava vendo os atos revolucionários como crimes comuns ou “coisa de terrorista”. Fica evidente por parte dos militares a tentativa de subtrair às ações dos grupos armados seu conteúdo político. Os comunistas naturalmente tinham consciência do ardid dos generais. Mas como elucidar a situação ao povo contando com os meios mais precários e num ambiente tão desfavorável? A tarefa não era simples e ocasionou enormes perdas para as pequenas organizações que se dispuseram a cumpri-la.

A determinação de criar um organismo que coordenasse o apoio de Cuba às esquerdas na América Latina já aparecia em 1966, em um artigo da revista *Casa de las Américas*:

La Organización Latinoamericana de Solidariedad utilizará todos los medios a su alcance para apoyar a los movimientos de liberación; prestará firme respaldo a los países liberados de los tres continentes [América, Ásia e África] que sean objeto de agresión por el imperialismo y cooperará con ellos para asegurar su desarrollo independiente [...].
La Habana, 16 de enero de 1966, Año de la Solidariedad.

Com a criação da OLAS em 1967 se institucionalizava um canal de comunicação entre o governo revolucionário cubano e todos os movimentos de esquerda do continente que consentissem em adotar a guerra de guerrilhas como diretriz em seus programas. O exemplo de Cuba não deixava dúvidas: a teoria do foco era o caminho.

Hoje, na América Latina, uma linha política que não possa expressar-se efetivamente numa linha militar coerente e precisa, não pode ser tida como revolucionária. *Toda linha, presumivelmente revolucionária, deve dar resposta concreta à pergunta: como derrubar o poder do Estado capitalista? Quer dizer, como arrebentar seu esqueleto, o exército, reforçado dia a dia pelas missões militares norte-americanas? [...].*(grifo nosso).

Em *Revolução na revolução?* um dos argumentos centrais de Régis Debray é a debacle do Estado por meio das armas e, a fórmula para tanto se encontrava precisamente na experiência de Cuba. A importância da luta armada no pensamento do francês demonstra, com certeza, que a violência revolucionária era encarada por ele como uma questão de princípio, sem a qual seria impossível transformar qualquer coisa do sistema. Para Debray, a Revolução Cubana servia de atestado histórico à sua postura militarista:

[...] A revolução cubana oferece aos países irmãos americanos uma resposta que é necessário estudar nos detalhes de sua história: mediante a construção mais ou menos lenta, através da guerra de guerrilhas levada em zonas rurais mais propícias, de uma *força móvel estratégica*, núcleo do Exército Popular e do Estado Socialista. (grifo do autor).

Debray esteve por vezes em Cuba, sabia da importância daquela revolução para as esquerdas latino-americanas. Sabia também o que representavam Fidel Castro e Che Guevara como ícones da luta pelo socialismo. “Quando Che Guevara reaparecer, é possível afirmar que estará à frente de um movimento guerrilheiro como chefe político *militar indiscutido*.” (grifo do autor). Naturalmente o intelectual francês não poderia prever que meses depois Guevara seria capturado em um remoto grotão pelo exército boliviano sendo executado em seguida. Como desdobramentos da Revolução Cubana Debray acreditava no seguinte:

Pois bem, qualquer um pode vislumbrar as conseqüências dessa relação de Cuba com a América Latina.
[...] O decisivo, para o futuro, é a abertura de focos militares, e não de “focos políticos”.
[...] Na maior parte dos países onde se verificam as condições para a luta armada, começando pelo foco militar, é possível chegar ao “foco” político, mas começando pelo “foco político” é quase impossível chegar ao “foco” militar.

O tom militarista que perpassa todo o livro de Régis Debray é notável e, o apelo à luta armada, uma palavra de ordem. Contudo, o autor tentava ponderar a adoção pura e simples do foquismo por muitos grupos armados e, ao analisar o fracasso de algumas tentativas afirmava:

[...] O desconhecimento da Revolução Cubana desempenhou também seu

papel; revolução da qual se toma o invólucro externo, mas cujo conteúdo não foi estudado ainda suficientemente. A formação de um exército popular no campo, a fim de cercar e galvanizar as cidades, trouxe consigo, talvez, o erro de ligar-se ao nome do foco. *Uma espécie de interpretação biológica ligou espontaneamente a idéia do foco às de contágio, propagação espontânea, irradiação microbiana nos tecidos sociais vizinhos por simples efeito mágico de contato ou vizinhança.* [...] (grifo nosso).

Podemos questionar que as organizações armadas brasileiras fizessem uma leitura “biológica” da teoria do foco, porém, é certo que muitas delas tenham sido, como sustentou Debray em relação à guerrilha, “contagiadas” pelo foquismo proveniente da Revolução Cubana. Quando existiram, as discussões mais sistemáticas acerca do foco militar só foram realizadas após o malogro de inúmeras tentativas de se estabelecer bases guerrilheiras no meio rural. No livro *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária* (2000), Héctor Luis Saint-Pierre avalia assim a irradiação no continente do que ele chamou de “espírito da guerrilha”:

[...] O mito propagou-se pela América Latina como o fogo na palha seca, despertando a vocação combativa e revolucionária da juventude por meio do voluntarismo. O mito teve um efeito mobilizador tão forte, e o comprometimento da militância conseguido por ele foi tão eficaz, que muitas considerações estratégicas sobre a revolução foram postergadas pelo mito da invencibilidade guerrilheira, as análises conjunturais foram atropeladas pelas “palavras de ordem”, e a *práxis* revolucionária foi substituída pelo “tarefismo combativo”. [...] (SAINT-PIERRE, 2000, p. 177-178, grifo do autor).

Como exemplo incontestável da afirmação de Saint-Pierre, temos o documento da ALN no qual em 1969 se debatia *O papel da ação revolucionária na organização*. No referido texto pode-se ler:

Sendo o nosso caminho o da violência, do radicalismo e do terrorismo (as únicas armas que podem ser antepostas com eficiência à violência inominável da ditadura) *os que afluem à nossa organização não virão enganados, e sim, atraídos pela violência que nos caracteriza.* (grifo nosso).

Tudo convergia nos grupos da Extrema Esquerda brasileira para que a ação revolucionária fosse valorizada em detrimento de outras formas de luta política. A vida clandestina, as perseguições da polícia, a leitura dos textos/panfletos doutrinários, o treinamento que alguns militantes receberam na “Ilha” ou “Ponto Um” - designações pelas

quais Cuba era conhecida. Não havia dúvida, o processo que irradiaria o socialismo pela América Latina partiria do campo, pois, as cidades eram o *túmulo da revolução*.

No Brasil, o confronto nas cidades era inevitável e fazia parte da própria estratégia das organizações. Sem os fundos conseguidos com as ações expropriatórias não se poderia iniciar a guerrilha rural, de sorte que os centros urbanos eram concebidos como uma espécie trampolim que, cedo ou tarde, lançaria os grupos nos sertões do país.

[...] Quando se esfacelou o projeto de revolução pacífica e democrática do PCB em 1964, com a crise geral em que submergiram as esquerdas, era de se esperar que os comunistas dissidentes buscassem modelos vitoriosos em outros países como fontes de inspiração para a revolução brasileira - e esses modelos, em geral, privilegiavam a luta armada pela guerrilha rural. Castro, Guevara, Debray, Gunder Frank, Fanon, Mao, Lin Biao, Ho Chi Minh, Giap, dentre outros teóricos da revolução política, econômica, cultural e militar a partir do campo no “Terceiro Mundo”, eram fonte de inspiração obrigatória das esquerdas nos anos 60.[...] (RIDENTI, 1993, p. 238).

As cidades até poderiam desempenhar funções no processo revolucionário, entretanto, seriam tarefas secundárias que em última instância serviriam de apoio à luta travada no meio rural. Régis Debray escrevia que estando a resistência urbana subordinada ao comando guerrilheiro no campo, ela poderia com ações de propaganda revolucionária mobilizar grande parte do aparelho repressivo do Estado, deslocando assim, a atenção do exército para com a guerrilha.

Ao relacionar a trajetória da ALN com as idéias cubanas, Carlos Alberto Barão (2003, p. 259-305) afirma ser justamente a atuação desse grupo nas cidades a principal diferença entre as posições de Marighella e a teoria do foco. Lembremos ainda o manual de guerrilha urbana redigido pelo ex-líder do PCB que teve grande difusão entre a militância nos anos 60 e 70. Segundo Barão:

A adesão da ALN às teses castro-guevaristas pode ser comprovada pela leitura de seus principais documentos. O papel central da ação guerrilheira, sem distinção do fator político e do fator militar e com a progressão até a formação de um exército popular que possa enfrentar o exército regular, segue o processo apresentado por Guevara e Debray. No entanto, um elemento central daquela concepção foi, no caso da ALN, subvertido: a guerrilha começou como guerrilha urbana, como forma de acumular os recursos necessários para a passagem à guerrilha no campo. [...] (BARÃO,

2003, p. 295).

Como vimos insistindo no presente capítulo, a maneira pela qual a Revolução Cubana se fez representar na América Latina - especialmente após o congresso da OLAS em 1967 -, e a forma como seu exemplo foi sendo apropriado pela Extrema Esquerda brasileira, são os principais elementos que devem ser levados em conta para avaliarmos a natureza dessa relação.

O processo de recepção daquele exemplo se efetivou basicamente de dois modos. Em primeiro lugar temos as organizações surgidas ainda no pré 64, tais como as Ligas Camponesas, a POLOP, a AP e o PC do B que, naquela conjuntura, reconheciam na Revolução Cubana um “argumento revolucionário” ou uma “idéia-força”. Como “primeiro território livre” da América Latina, Cuba passou a ser reverenciada não apenas pelos grupos de extrema esquerda, como também, pelos próprios PCs. É fato que a experiência cubana já era vista pelos comunistas brasileiros como um paradigma de ação, tanto é assim que as Ligas chegaram a enviar militantes para receber treinamento guerrilheiro na ilha (ROLLEMBERG, 2001a, p. 21-26).

Para aquelas organizações, desejosas de romper com a prática política e a visão etapista do PCB, a Revolução Cubana era oportuna, sobretudo, para inflamar seus discursos contra a burocracia e as posturas pacifistas representadas pelo comunismo tradicional. Em outras palavras, Cuba era percebida como a “revolução consumada” dos povos latino-americanos. Embora os cubanos já tivessem iniciado seu apoio a grupos armados de vários países, no Brasil apenas as Ligas Camponesas se aproximaram dos dirigentes de Havana, ao passo que a POLOP, por exemplo, que também defendia a violência revolucionária, não estabeleceria este contato.

A partir de 1964, com o golpe civil-militar e a paulatina consolidação da ditadura no país, a esquerda armada brasileira passaria a perceber a Revolução Cubana de uma outra

forma. Evidentemente Cuba continuava a ser o grande exemplo revolucionário para a América Latina, porém, o interesse dos grupos clandestinos pela ilha já ultrapassava a simples inspiração político-ideológica. O exemplo cubano não se afigurava apenas como representante das lutas operárias e camponesas no continente. A revolução vitoriosa e seus principais líderes, Castro e Guevara, tinham muito mais a revelar para as organizações do que o inevitável enfrentamento com regime capitalista. Tratava-se de como se daria tal enfrentamento e que caminhos a vanguarda deveria trilhar rumo ao socialismo.

No diagrama a seguir se representam os modos de recepção da Revolução Cubana pela Extrema Esquerda brasileira. Como foi explicado anteriormente, a maneira como se percebeu o exemplo de Cuba no Brasil apresenta diferenças conforme o período em questão:

	Pré 64:	A revolução como idéia força Exemplo político-ideológico Argumento revolucionário
Revolução Cubana		Extrema Esquerda brasileira
	Pós 64:	A revolução como estratégia militar Teoria do foco Guerra de guerrilhas

Mais que o próprio triunfo dos rebeldes do Movimento 26 de Julho sobre Fulgêncio Batista, a revolução em Cuba havia aberto um grande campo de possibilidades aos comunistas dos países latino-americanos. Após 1967 os dirigentes cubanos se apressaram em demonstrar a natureza militar de seu processo revolucionário. Tal esforço pode ser comprovado pela difusão do texto *Revolução na revolução?* de Debray, que teve assegurado pelo governo da ilha a incrível tiragem de 200 mil exemplares (BARÃO, 2003, p. 272).

Apesar de sua notoriedade o foquismo encontrou muitos críticos mesmo dentro da Extrema Esquerda. Em meio às impetuosas disputas político-ideológicas do período, alguns grupos combateram com veemência a teoria do foco e seus representantes no Brasil. Em 1970 a APML (Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil), organização maoísta proveniente da antiga AP, publicou em seu órgão porta-voz o texto *Avançar na preparação da guerra popular e combater a linha errada dos foquistas*. Abertamente contrário ao foco guerrilheiro o artigo de *Libertação* assim qualificava os partidários dessa teoria:

[...] Estão sob a influência direta ou indireta de dirigentes revisionistas, como Carlos Marighella, e seguem, com pequenas diferenças, a chamada teoria do foco. Esta teoria foi formulada por Fidel Castro, Che Guevara e sistematizada por um intelectual francês chamado Régis Debray.

Como a dinâmica nas discussões entre os grupos armados geralmente se resumia em legitimar o que era ou não revolucionário em detrimento de outras posições, uma das formas encontradas para desqualificar um ponto de vista discordante era condenar a origem de tal opinião. Seriam merecedoras de crédito e atenção apenas aquelas idéias gestadas em um meio efetivamente proletário e de vanguarda, sendo descartadas as teorias vinculadas à pequena burguesia. Ainda com relação ao texto da APML:

A teoria do foco surgiu do movimento liderado por Fidel Castro, que representava os interesses da pequena-burguesia radical de Cuba e que acabou dirigindo a revolução cubana que derrubou a ditadura de Batista. A ideologia do movimento de Fidel era um nacionalismo revolucionário que nasceu fora da tradição marxista, tendo até mesmo traços anti-comunistas. Após a vitória da revolução, houve a aproximação com os países socialistas e o movimento fidelista passou a se considerar marxista-leninista. Depois, porém, ligando-se com os revisionistas passa a apresentar sua teoria revolucionária pequeno-burguesa como sendo um desenvolvimento criador do marxismo-leninismo.

Outro crítico do foquismo e, por conseguinte, dos trabalhos de Régis Debray e Che Guevara foi o português Miguel Urbano Rodrigues. Vivendo no Brasil, o intelectual comunista em seu livro *Opções da revolução na América Latina*, combatia a identificação imediata que naquela ocasião as esquerdas armadas estabeleciam entre luta guerrilheira e

luta revolucionária. Observe-se que o texto de Rodrigues fora redigido em 1967 - ano de realização da conferência da OLAS -, sendo finalizado coincidentemente no dia 8 de outubro, data da morte de Guevara. Em suas palavras: “No debate continental, diríamos mesmo mundial, travado em torno da necessidade de uma estratégia revolucionária para a América Latina, Cuba nunca esteve tão presente. [...]”. Em outro trecho:

A atração que Cuba exerce sobre os inconformados de todo o hemisfério não é apenas natural: surge como a consequência de uma realidade inexorável. Existia no Novo Mundo uma Ordem elaborada nos Estados Unidos e que se impunha sem resistências apreciáveis do Alasca ao Cabo Horne: Cuba quebrou-a para sempre!

Miguel Urbano Rodrigues dedica um capítulo inteiro de sua obra à crítica das concepções de Régis Debray. Com o subtítulo ‘Um livro em foco: “Revolução na revolução”’, essa parte do trabalho promove um completo desmonte das proposições do francês. Para Rodrigues, a estratégia revolucionária esboçada no referido livro se fundamentava em uma idéia mítica de humanidade, isto é, existiria ali uma excessiva valorização do papel do homem na história. “[...] Os revolucionários que [Debray] antevê no comando e nas fileiras das guerrilhas-partidos latino-americanas teriam de ser semideuses para levarem a bom termo as tarefas históricas que para eles esboça. [...]”.

Além da supervalorização da vanguarda armada, Rodrigues afirma que Régis Debray contribuiu para o fortalecimento do caráter mítico da primeira fase da Revolução Cubana.

[...] A alusão à invencibilidade do exército rebelde quando alcança uma proporção de 1 contra 500 é um convite ao aventureirismo. Uma guerrilha de trinta ou quarenta homens pode ser destruída ou ferida de morte num único combate infeliz, o que não acontece com um exército mercenário de quinze ou vinte mil homens. [...].

No ano de 1966 a AP publicou um conjunto de escritos políticos denominado *Textos para debates*. O intuito da organização era promover entre os militantes o estudo crítico de teses que não expressassem necessariamente o ponto de vista do grupo. A

publicação de *A guerra de guerrilhas* de Guevara, que consta no número 6 da série *Textos para debates*, iniciara a discussão de um assunto de suma importância de acordo com a direção da AP: o foquismo. Após o Livro de Che, o número 7 da coleção traria *Salve a vitória da guerra popular* de Lin Piao, seguido de *Fidelismo: a longa marcha da América Latina* de Debray e, desse mesmo autor, *América Latina: alguns problemas de estratégia revolucionária*.

Subentende-se que naquele contexto o foquismo não era refutado completamente pela organização, sendo discutido sob uma visão bastante eclética. Apenas posteriormente o grupo faria a opção pelo maoísmo, deixando de lado as teses castro-guevaristas. De acordo com a AP, o livro de Che Guevara não apresentava uma análise técnica da teoria do foco, mas uma discussão essencialmente política a respeito das guerrilhas como método para a tomada do poder na América Latina. Ao final dos cadernos *Textos para debates* sempre havia uma seção chamada “Pontos para discussão”, uma espécie de roteiro de estudos. O integrante da AP após a leitura do texto respondia uma série de perguntas acerca do mesmo e era estimulado a debater suas opiniões com os demais militantes.

Uma das questões suscitadas pelo texto de Guevara girava em torno da afirmação do guerrilheiro de que já existiriam no continente as condições mínimas para o desenvolvimento dos focos insurrecionais. Feitas as explanações lançava-se a seguinte pergunta à militância: “E na opinião de vocês: já existem em todos os países da América Latina as condições objetivas e subjetivas mínimas, podendo passar-se imediatamente à implantação de focos insurrecionais?”.

A publicação de *Fidelismo: a longa marcha da América Latina* de Régis Debray, dava prosseguimento às discussões na AP em torno dos problemas estratégicos da luta revolucionária no continente. Depois de *A guerra de guerrilhas*, cumpria ao grupo

apresentar a seus quadros outras perspectivas a respeito da luta armada, como a de Lin Piao e Debray. Embora a organização fomentasse o debate da guerrilha a partir de várias matrizes teóricas, já se notava sua inclinação às teses político-militares maoístas. A aproximação da AP com a via revolucionária chinesa culminaria com sua transformação no início dos anos 70 em APML (RIDENTI, 2002, p. 250). Quanto ao maoísmo o texto de Lin Piao trazia:

[...] Ora, pode-se afirmar a luta armada como método para tomar o poder e a guerra de guerrilhas como método para desenvolver a luta armada, sem se concordar que a implantação imediata de um foco insurrecional seja a maneira mais conveniente e eficaz de iniciar e desenvolver a guerra de guerrilhas. *Estando a discutir os problemas estratégicos da luta revolucionária na América Latina, convém trazermos então uma outra perspectiva, a perspectiva clássica da guerra de guerrilhas, sistematizada inicialmente por Mao Tse Tung.* Veremos que, neste caso, é dada uma ênfase clara e muito maior à mobilização das massas, ao trabalho em todas as frentes - não só militar, mas também política, econômica, cultural - e se insiste na construção de um partido revolucionário, a quem cabe dirigir a luta em todas as suas formas, frentes e fases. (grifo nosso).

Segundo a organização, existia na Extrema Esquerda brasileira um relativo consenso em relação a alguns pontos da estratégia guerrilheira. Para a AP, constituiu-se dessa forma um corpo doutrinário reconhecido por todos, em outras palavras, uma *teoria clássica do foco*. Os postulados dessa teoria seriam as afirmações mais correntes acerca do foco insurrecional. Afora essa interpretação, usualmente empregada pelos grupos clandestinos, havia na opinião da AP uma outra visão do foquismo menos difundida. Essa visão

[...] corresponde provavelmente ao verdadeiro pensamento de Fidel Castro e Guevara. Esta última é a interpretação defendida por Debray. Ele a analisa, justifica e aperfeiçoa criticamente colocando nos termos devidos o debate da teoria do foco e evitando assim qualquer crítica simplista (e fácil), que poderia ocorrer se apenas se levasse em conta a versão deformada que se tem apresentado como a única possível da estratégia do foco”.

Em *Fidelismo: a longa marcha da América Latina*, Régis Debray faz um breve apanhado das experiências envolvendo focos guerrilheiros na região, inclusive no Brasil. Poderíamos questionar aqui porque a historiografia deu tanta importância ao panfleto

Revolução na revolução? ao passo em que são pouquíssimas as referências a outros textos do francês. Quanto à guerrilha no Brasil Debray afirma o que segue:

Não se pode falar propriamente de núcleos insurrecionais. Em 1962 se instalaram em alguns Estados do interior núcleos de treinamento militar, ligados ao movimento de Julião, mas que terminaram por desaparecer por falta de apoio e da direção prometida por Francisco Julião. Este fracasso desencadeou uma série de cisões no seio das Ligas Camponesas, que terminaram como movimento político nacional em fins de 1962.

Na tentativa de alicerçar o foquismo como estratégia revolucionária, Debray relaciona a idéia do foco guerrilheiro com a teoria leninista do elo mais fraco. Destarte, o núcleo de combatentes se instalaria no lugar menos vigiado pela repressão e no momento político julgado mais favorável. Geograficamente o foco deveria situar-se em regiões nas quais os conflitos de classe fossem mais latentes. Quanto ao momento mais adequado para sua implantação, as ocasiões marcadas por crises políticas seriam as mais indicadas, sendo que a guerrilha teria poucas chances de êxito nos períodos de refluxo nos movimentos populares. Todavia, os revolucionários não poderiam permanecer paralisados aguardando a hora de subir as montanhas.

Outra organização que parece ter se inspirado na teoria do elo mais fraco, seja a encontrada nos escritos de Lênin ou Régis Debray, foi a VAR-Palmares. Para o referido grupo a guerra revolucionária deveria ser a combinação de diversas formas de luta, principais e secundárias, sendo dever da vanguarda saber associá-las. Entretanto, mais importante que o tipo de luta a ser empregada, era saber o lugar no qual se deveria utilizá-la. Em seu documento-programa datado de 1969 podemos ler:

É o *elo fraco* da sociedade brasileira que determina a natureza específica do caminho estratégico e seus aspectos principal e secundário, dentro da presente correlação de forças. O elo fraco do capitalismo no Brasil se situa no *campo*. [...] Ali se concentram as contradições mais aberrantes do sistema e é onde a fraqueza político-militar das classes dominantes é mais evidente. [...] Além de conjugar o extremo inferior do desenvolvimento desigual do capitalismo com a debilidade maior da repressão, é no campo que existem as condições físicas favoráveis ao desenvolvimento e a consolidação de um destacamento de vanguarda operando continuamente. (grifo no original).

Os escritos de Régis Debray também traziam temas polêmicos entre a Extrema Esquerda. Um deles era o papel da propaganda armada no processo revolucionário. Para Debray, a propaganda deveria ser uma atividade posterior às ações militares, uma consequência delas. Apenas quando os guerrilheiros já estivessem em plenas operações em determinada área, é que um grupo preparado para tanto deveria realizar incursões pelos lugarejos rurais, fazendo proclamações políticas e explicando aos locais os motivos da luta. Em suma, executando o trabalho político. “[...] Considerar a propaganda armada como uma etapa em si, distinta e prévia, às operações militares é aparentemente, provocar inutilmente o inimigo [...] e denunciar uma zona de ação guerrilheira futura ou possível”.

Os documentos do MR-8, por exemplo, revelam que as diretrizes de alguns grupos clandestinos muitas vezes eram completamente opostas às encontradas em *Revolução na revolução?* No texto *Linha política e orientação para a prática*, de 1969, encontramos o seguinte:

A propaganda armada ligada aos interesses da massa é atualmente a primeira forma de trabalho político da vanguarda. Prepara a massa para a violência, desmoraliza a repressão e mostra que é possível lutar e conseguir vitórias, além de permitir a realização da propaganda política propriamente dita. (grifo nosso).

Realizando uma autocrítica, o MR-8 havia chegado à conclusão de que o grupo estivera demasiadamente distante de qualquer base social. Assim, os quadros de militantes cada vez menores em virtude das prisões pelo regime não podiam ser substituídos. O distanciamento em relação às massas urbanas era creditado pelo grupo aos *desvios vanguardistas* de outrora, estando entre as principais tarefas retomar as ligações com a população.

Para atingir este objetivo, devemos intensificar o trabalho de estruturação de grupos político-militares nas principais cidades e grupos de guerrilha regulares e irregulares no campo, e preparar desde agora as guerrilhas estratégicas. É preciso, por outro lado, e ao mesmo tempo, solidificar onde seja possível os núcleos ligados a nós. (grifo nosso).

Ao preconizar o estabelecimento de *grupos político-militares* nos centros urbanos mais uma vez o programa do MR-8 se contrapunha às teses de *Revolução na revolução?* Para Régis Debray, como se evidencia, o papel das cidades não é, de outro modo, secundário às guerrilhas no campo.

Carlos Alberto Barão traça algumas diferenças entre *A guerra de guerrilhas* e *Revolução na revolução?* O autor não despreza a diferença temporal de sete anos existente entre a elaboração de uma e outra dessas obras (1960 e 1967). Barão assinala que Debray é mais analítico em seu livro. Da mesma forma, o aspecto militarista também é mais presente no texto do francês, para o qual o papel da ação é insubstituível. Guevara, por seu turno, se mostraria mais aberto à participação das massas na revolução (2003, p. 273). No caso de *A guerra de guerrilhas*, “A luta revolucionária é vista como uma *luta de massas* em que o destacamento armado passa a cumprir a função de vanguarda e o principal teatro de operações passa a ser o campo [...]”. (BARÃO, 2003, p. 274, grifo nosso).

É enfatizada a necessidade do apoio da população para o sucesso da guerrilha, o qual só pode ser obtido uma vez “demonstrada claramente para o povo a impossibilidade de manter a luta por reivindicações sociais dentro dos limites legais”. [...] Esta evidente tomada de posição do Che separa claramente este texto da abordagem de Debray, e é a partir dela que deve ser entendido o conceito de “foco” na obra guevariana.[...] (BARÃO, 2003, p. 274).

No caso da trajetória do COLINA, a marca do pensamento de Che Guevara é flagrante. Em seu programa *Concepção da luta revolucionária*, de abril de 1968, é possível encontrar trechos claramente inspirados nos escritos de Che. Assim se dá, por exemplo, no fragmento em que lemos: “*Hoje no Brasil, estão maduras as condições para o desencadeamento da luta armada*”. (grifo no original). O extrato do documento que se refere ao caso brasileiro, está claro, é uma paráfrase de um dos apontamentos de Guevara a respeito da América Latina, região na qual as circunstâncias já permitiriam a

implantação de focos guerrilheiros. Além disso, o texto do COLINA é repleto de transcrições de passagens de *A guerra de guerrilhas*.

Por outro lado, no tangente à propaganda armada, a organização parecia estar mais próxima às formulações de Debray. O início da luta revolucionária era para o COLINA uma tarefa única e exclusiva da vanguarda. Neste passo, de nada adiantaria estabelecer relações prematuras com as massas ainda despreparadas, entregando-as à repressão policial. “[...] E não é muito honroso levar os camponeses ao suicídio apenas para que aprendam que a única solução é a luta armada. [...]”. Os trabalhadores rurais e urbanos se uniriam aos revolucionários somente quando existisse uma real proteção das frentes guerrilheiras, evitando dessa forma baixas inúteis entre os rebeldes.

[...] A organização e o início da atividade guerrilheira, no Brasil, devem ser feitos de maneira clandestina, independente da população civil, como destacamento avançado, como *força móvel estratégica*. Primeiro, para evitar o envolvimento aberto das massas antes de se ter condições de estas estarem na ofensiva, na segurança de uma zona protegida pelo exército revolucionário. Segundo, para permitir ao foco guerrilheiro as condições de sua *sobrevivência física*. [...] (grifo no original).

A teoria do *elo fraco* igualmente se faz notar em *Concepção da luta revolucionária*. “[...] No Brasil o elo fraco é o campo. Nas cidades concentra-se o poder policial-militar inimigo [...] O poder revolucionário no Brasil deverá ser construído a partir do campo e o foco guerrilheiro é o seu embrião. [...]”.

A conclusão que podemos tirar com a análise do texto do COLINA vale para quase todos os grupos armados que atuaram no Brasil combatendo a ditadura militar. A leitura das obras de Che Guevara, Régis Debray entre outros, permitia às várias organizações a elaboração de programas político-ideológicos bastante híbridos. Em resumo, ao se apropriar das idéias e teses dos diversos autores, a Extrema Esquerda brasileira promovia uma fusão criadora de postulados estratégicos e táticos que ensejavam sua atuação revolucionária. Orientar-se concomitantemente por modelos distintos era, como

outrora afirmou Daniel Aarão Reis Filho (1990, p. 130-133), uma prática comum entre os comunistas nas décadas de 60 e 70. Dessa forma, é possível que a principal característica do vínculo entre os grupos clandestinos do Brasil e os exemplos do Movimento Comunista Internacional, tenha sido exatamente a ambivalência de tal relação.

3.3. As estratégias para a Revolução Brasileira.

Como já foi afirmado em outra parte, o aspecto da Revolução Cubana que mais chamou a atenção da esquerda armada brasileira após 1964 foi sua eficácia estratégica e tática na luta contra Fulgêncio Batista. Do ponto de vista militar, os rebeldes liderados por Fidel Castro haviam realizado notável façanha derrotando um exército profissional em clara desvantagem numérica e de recursos materiais.

Muitos grupos no Brasil, é verdade, não tiveram a oportunidade de enviar militantes a Cuba para receber treinamento militar. Contudo, mesmo aquelas organizações que não mantinham relações diretas com a ilha, não deixaram de se posicionar em relação ao foquismo e a guerra de guerrilhas.

Além do já mencionado livro de Denise Rollemberg (2001a), existe um artigo de sua autoria dedicado especificamente à relação entre Cuba e a ALN nos anos 60 e 70. Em *A ALN e Cuba: apoio e conflito* (2001b, p. 211-251), Rollemberg procura explorar as tensões que existiram entre Carlos Marighella, líder da organização brasileira, e os dirigentes cubanos. Do ponto de vista de Havana, “[...] A ALN e seu idealizador pareciam representar, melhor do que as Ligas Camponesas e o MNR, [...] a vanguarda concebida no

espírito da supervalorização da ação e justificada pela teoria do foco. [...]” (2001b, p. 212-213).

Ainda que o grupo de Marighella fosse aos olhos dos cubanos o modelo ideal de vanguarda revolucionária, a relação entre a ALN e Cuba seria marcada por muitas controvérsias. Para Denise Rollemberg:

[...] Se o apoio era bem recebido, não significava, para Marighella, o meio pelo qual o governo cubano iria intervir nos rumos da revolução brasileira. O apoio jamais levaria à perda da autonomia da organização, a entrega da direção da guerrilha e, muito menos, a subserviência. Esta foi a sua posição até o fim, resistindo às tentativas de Cuba de intervir na organização que estaria à frente da revolução num país estratégico para a vitória no continente e, assim, na própria ilha. [...] (2001b, p. 213).

As escaramuças entre o ex-líder do PCB e os responsáveis cubanos pelo treinamento de estrangeiros, não diziam respeito apenas à autonomia da ALN como organização. Além de não aceitar sob nenhum aspecto a sujeição do grupo a Cuba, Carlos Marighella não concebia a teoria do foco tal qual a apresentavam Che Guevara e Régis Debray. Para ele, veterano militante do movimento comunista no país, seria impossível abandonar toda a experiência acumulada com as lutas políticas ao longo dos anos e simplesmente transpor o foquismo para o Brasil (ROLLEMBERG, 2001b, p. 215).

A autora de *A ALN e Cuba: apoio e conflito*, entende que a organização incorporou as idéias cubanas sem no entanto negligenciar a realidade nacional. De acordo com ela “[...] o caminho proposto pela teoria do foco [...] parecia perfeito para países como o Brasil, onde os movimentos sociais inexistiam ou estavam desorganizados diante das circunstâncias adversas. [...]”. (2001b, p. 215).

Na opinião de Jacob Gorender, o conceito que melhor descreveria o pensamento de Marighella e, em conseqüência, a atuação da ALN, seria o *anarcomilitarismo* (1999, p. 107). A aversão no grupo às direções centralizadoras e a independência que seus vários setores demonstravam na realização das ações armadas, fizeram da organização o

paradigma da guerrilha urbana no Brasil. Embora as atividades concretas da ALN em nada lembrassem o PCB, Gorender assinala oportunamente que a perspectiva da revolução por etapas seria mantida após o racha com o velho Partido Comunista. Marighella “[...] Colocou a libertação nacional como primeiro objetivo, ao qual se seguiria o do poder socialista. Sob este aspecto, a ALN se afastou do imediatismo socialista uniforme de Guevara. [...]” (GORENDER, 1999, p. 107).

Com relação à guerrilha rural, elevada à condição primordial de tarefa *estratégica*, Marighella também introduziu uma modificação na teoria cubana em voga. Após o fracasso, no Brasil, do foco de Caparaó e da derrota de Guevara, na Bolívia, o foquismo puro e simples foi questionado pelos partidos da luta armada. Marighella se declarou contrário aos focos e, inspirado na experiência histórica brasileira (das lutas contra os holandeses ao cangaço de Lampião), apresentou a tarefa das *colunas guerrilheiras móveis*, que se deslocariam contando com pontos de apoio de antemão assentados.[...] (GORENDER, 1999, p. 107, grifo nosso).

Apesar de fundamentada em uma pretensa *experiência histórica* brasileira, a idéia das *colunas guerrilheiras móveis* no ideário da ALN se confunde com a teoria clássica da guerra de movimento, isto é, o objetivo das operações militares seria conquistar e defender territórios ao inimigo, e não somente fustigá-lo para se retirar logo em seguida, prática muito comum entre as guerrilhas. No texto *O papel da ação revolucionária na organização*, de 1969, a estratégia do grupo aparece de forma muito clara:

O nosso esforço principal concentra-se a favor da guerrilha rural; não um foco, mas o resultado da implantação da infra-estrutura guerrilheira, por onde quer que apareça e se desenvolva a nossa organização revolucionária. Partindo do fato de que o Brasil é um país continental pela imensidade de sua área, encaramos a guerrilha como guerra de movimento e não como foco. (grifo nosso).

Todavia, a despeito das modificações que Carlos Marighella introduzira na teoria do foco, Jacob Gorender afirma que no caso da ALN “[...] O foquismo se mantém, na medida em que a guerrilha começa do zero, dissociada de qualquer movimento de massas, e incorpora a função de vanguarda política”. (1999, p. 107).

O COLINA, ao contrário da ALN, discordava inteiramente com o estabelecimento

de bases de apoio popular para a guerrilha na fase inicial dos combates. Mesmo no campo, palco de operações também privilegiado por este grupo, existiriam áreas nas quais os trabalhadores eram mais, ou menos politizados. O estabelecimento de pontos de apoio para as *forças móveis estratégicas* seria possível apenas nas regiões rurais marcadas por um alto nível de politização. Contudo, sendo justamente essas as localidades mais vigiadas pela repressão, o foco deveria ser deflagrado em zonas com pouca ou nenhuma presença policial.

Aumentando a polêmica na Extrema Esquerda em torno da via cubana para o socialismo, o PC do B, dois anos depois do golpe civil-militar no país, rompeu seu apoio a Cuba. Jean Rodrigues Sales (2000, p. 101) sustenta que este fato marca o fim de uma fase caracterizada pelo apoio irrestrito do partido a Cuba e sua revolução.

[...] Em março de 1966, através de um documento intitulado “O marxismo-leninismo triunfará na América Latina (carta aberta a Fidel Castro)”, a direção do PC do B criticou publicamente os rumos que Cuba tomava. Neste momento, seria inaugurado um segundo momento nas relações do partido com o regime cubano. (SALES, 2000, p. 101).

A adesão ao maoísmo naturalmente inclinava o PC do B a condenar qualquer teoria que negasse a primazia do partido no curso da revolução. Como o foquismo fizesse exatamente isto, a organização brasileira utilizava-se de todos os meios para criticar os adeptos do foco guerrilheiro e suas variações. As reservas do PC do B com relação a Cuba eram, sem dúvida, calcadas também na observação das experiências de guerrilha malogradas desde 1964. Ao contrário de quase toda a Extrema Esquerda o grupo não se envolveu com a luta armada nas cidades. Assim, o PC do B pôde concentrar seus esforços na preparação de militantes para anos mais tarde iniciar operações militares na região do Pará. Ainda quanto ao foquismo e a Cuba:

[...] toda tentativa de aplicar dogmaticamente em outros países, o que há de específico naquela revolução só poderá redundar em fracasso. Ainda que o exemplo de Cuba, em especial no que se refere ao princípio geral da luta armada, continue a inspirar os que lutam pela liberdade e contra o imperialismo norte-americano, o fidelismo não vem dando frutos neste

continente [...].

Assim como a ALN e o PCBR, o PC do B igualmente preconizava uma fase intermediária antes da implantação do socialismo no Brasil. A exemplo de outras organizações, o partido distinguiu como obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais o imperialismo norte-americano e a concentração fundiária. Tal qual para os foquistas, o grupo pregava que a revolução viria do campo, porém, seria realizada com a participação de grandes contingentes de trabalhadores rurais. Impetuoso crítico da OLAS e da teoria do foco, o PC do B, no momento em que a guerrilha urbana já era uma realidade no país, estava irremediavelmente aferrado à concepção da *guerra popular prolongada* de inspiração chinesa.

Para a esquerda em armas o dilema estava posto. Quando a partir de 1968 o regime militar organiza um eficiente serviço de inteligência, a vulnerabilidade das organizações clandestinas é posta a descoberto pela repressão. O debate em torno do *massismo* e do *militarismo* serviria de divisor de águas entre aqueles que optaram em radicalizar de vez com as ações armadas e os demais, que frente às circunstâncias buscariam um apoio mais sólido junto à população.

É evidente que todos os grupos planejavam em um momento ou outro contar com a participação das massas na luta contra a ditadura. Não obstante, a questão era viabilizar o ingresso do proletariado rural e urbano no processo revolucionário. Mas como fazê-lo? Dada a fragilidade das organizações perante os órgãos de informação, o ingresso indistinto de quadros populares significava o iminente perigo da infiltração do inimigo. Quanto maiores fossem os efetivos da Extrema Esquerda, mais débil seria sua capacidade de se defender da fúria policial-militar.

Em junho de 1969 a VPR lança o documento *A vanguarda armada e as massas*

na primeira fase da revolução, já citado neste trabalho. O texto da organização é paradigmático para compreendermos o momento crítico vivido pela Extrema Esquerda brasileira no final dos anos 60. É claro que a posição da VPR não era compartilhada por todos, já que o referido escrito da autoria de Jamil Rodrigues, pseudônimo utilizado por Ladislau Dowbor, procurava no fundo uma justificativa para o isolamento do grupo em relação aos movimentos sociais.

Para a VPR a luta de massas não se constituía em uma tarefa da primeira fase da revolução. Na etapa inicial caberia à vanguarda protagonizar a luta contra a ditadura e seu regime explorador. Conquistar o mínimo de autonomia operacional era o desafio da militância, o primeiro passo rumo ao socialismo. Destarte, o objetivo estipulado por Jamil Rodrigues era “[...] *atingir o ponto a partir do qual o inimigo não nos possa tolerar politicamente e nem nos destruir militarmente*”. (grifo no original). Mais adiante: “[...] o problema não é, nesta fase, de mobilizar o conjunto das massas, mas sim de utilizar uma minoria para paralisar o sistema”.

Segundo Jamil Rodrigues, o isolamento da vanguarda ante a população seria um impasse típico da *primeira fase*. A resolução de tal problema se encaminharia na medida em que os embates entre regime e revolucionários adquirissem maior vulto. Com um silogismo bastante simples a VPR resolvia a problemática: “[...] Quando a luta atinge a fase de relações de força mais equilibrada, a própria dimensão do conflito lhe garante repercussão política, resolvendo a contradição. [...]”. Num cálculo duvidoso o grupo julgava que em havendo repercussão as massas naturalmente se inclinariam em favor da esquerda armada.

Neste meio tempo, enquanto não houvesse equilíbrio de forças entre ditadura e organizações, a vanguarda deveria promover *artificialmente* a repercussão política de suas

ações revolucionárias. Esse artifício tinha por objetivo desmoralizar o regime militar denunciando seus crimes e superar a crise de crescimento enfrentada pela VPR. De acordo com o documento:

Artificialmente significa que a repercussão da luta revolucionária não tem as dimensões de sua *força político-militar real*. É encontrar formas de luta que tornem presente a luta armada na arena política, *impedindo* que a ditadura a isole, ou como um fenômeno policial menor, ou como um fato regional e localizado, cortado politicamente da problemática nacional (caso das guerrilhas rurais que podem ser “sanitariamente” cercadas). [...] (grifo no original).

Logo na seqüência o texto apresenta uma comparação entre as dificuldades experimentadas pelo movimento armado no Brasil e as experiências guerrilheiras em outros países do continente:

[...] É preciso chamar a atenção também que a “crise de crescimento” das guerrilhas da Colômbia, Venezuela e Guatemala, p. ex., são crises próprias de um estágio mais avançado da luta. Trata-se, para eles, de dar uma maior eficácia política à luta “militar” *já implantada*. No Brasil vivemos mais uma “crise de surgimento”, em que esta luta ainda *não se consolidou* na região estratégica, as regiões rurais. (grifo no original).

Jacob Gorender interpreta que Jamil Rodrigues tirou lições estratégicas do fracasso das várias guerrilhas na América Latina. Porém, não houve por parte do dirigente da VPR um abandono daquilo que genericamente ficara conhecido como foquismo, mas sim, a condenação do *foquismo ortodoxo* outrora difundido por Che Guevara em seus textos. No campo seriam lançados não apenas um, do contrário, diversos focos, que contariam com o apoio de militantes já fixados (GORENDER, 1999, p.150). O peso do militarismo no pensamento da VPR é indiscutível para o autor de *Combate nas trevas*. Refletindo acerca das concepções que para o grupo deveriam nortear a ação revolucionária, Gorender escreve:

[...] A luta armada exige uma forma organizacional diferente, cujas ações politizarão as massas das cidades e favorecerão a expansão da guerrilha rural. Uma organização desse tipo só deve ter o número de militantes correspondente às suas “forças produtivas”, isto é, às armas disponíveis. O militarismo quimicamente puro conduzia à idéia da organização revolucionária como seita de pouquíssimos, mas selecionados e eficientes guerrilheiros. *O perfil do militante se recortava segundo sua aptidão para tarefas da luta armada* (GORENDER, 1999, p. 151, grifo nosso).

Baseando-se no mau êxito da experiência guerrilheira de Che Guevara na Bolívia, a VPR traçava seu plano de atuação junto aos trabalhadores rurais. Quando fossem lançadas as bases militares no campo, seria tarefa da organização assegurar o prestígio dos revolucionários junto aos habitantes da região. “[...] Assim sendo, sua preocupação fundamental do ponto de vista político é a repercussão local que torna possível o crescimento e o sustento de uma força militar cada vez maior”. Especificamente a respeito de Che o documento traz:

Tirando a lição do exemplo de Guevara, daremos mais importância ao ouvido atento de um analfabeto local do que a ações militares suscetíveis de grande repercussão nacional e internacional, Guevara estava em todas as manchetes do mundo, mas era desconhecido pelo camponês local. Em consequência suas vitórias táticas o levaram a uma derrota estratégica. [...] *Sua guerrilha abalou o mundo, mas não assegurou seu próprio desenvolvimento, por falta de repercussão local.* [...] (grifo nosso).

A observância da guerrilha derrotada na Bolívia parece ser muito relevante nas análises da VPR. A apropriação de outras experiências revolucionárias é um traço marcante nos grupos da Extrema Esquerda brasileira. As organizações - com sensíveis diferenças entre elas -, realizavam uma leitura seletiva desses fenômenos sociopolíticos e, após retirarem o essencial, segundo cada ponto de vista, articulavam tais exemplos com suas próprias experiências, sempre buscando justificar ou legitimar suas escolhas nos campos prático e teórico.

Como se sabe, a VAR-Palmares se constituiu em julho de 1969 com a fusão dos militantes do COLINA e da VPR. Contudo, agregando correntes de pensamento que mais tarde se revelariam bastante divergentes, o grupo não demoraria a sofrer sua primeira fratura interna com a reconstituição da antiga VPR em setembro do mesmo ano.

Jacob Gorender afirma que a ruptura que cindiria ao meio a VAR-Palmares não decorreu de questões como a perspectiva socialista da revolução ou a fidelidade ideológica dos integrantes às suas antigas siglas. “[...] *A linha divisória se localizava no grau de*

militarismo. [...] Quase todos os militantes experimentados em ações armadas se situariam do lado da VPR. [...]” (GORENDER, 1999, p. 148-149, grifo do autor). Com a cisão no final de 1969 as duas organizações se distanciariam paulatinamente e, neste ínterim, iniciou-se uma forte desavença em torno de suas respectivas concepções revolucionárias.

Com as sucessivas prisões e mortes de opositores do regime, inclusive a de Carlos Marighella, teve lugar no Brasil o que poderíamos chamar de “diáspora vermelha”, isto é, levadas de militantes passaram a deixar o país clandestinamente tendo Santiago do Chile como destino preferencial. Boa parte da direção da VAR-Palmares encontrava-se exilada nesta cidade, de onde publicava a revista *Palmares. Marxismo y Revolución*.

Enquanto foi publicada, *Palmares* serviu de suporte para que o grupo alimentasse ainda mais a interminável discussão acerca das duas fórmulas em pugna que naquele momento orientavam a ação da esquerda armada: “massismo” e “militarismo”.

Posicionando-se claramente em favor de uma maior aproximação entre vanguarda e massas, a VAR-Palmares criticaria tenazmente a atuação belicista da VPR no Brasil. O grupo, a partir do Chile, afirmava que o foquismo como teoria se mostrara completamente fracassado e, a pesar de sua comprovada ineficácia, Jamil Rodrigues o reformulara criando um novo conceito pejorativamente chamado de “neofoguismo” ou “jamilismo”.

Segundo a VAR-Palmares, a nova teoria guardava muitas semelhanças com o foquismo e, repetindo antigos erros somados às equivocadas posições de Jamil Rodrigues, o neofoguismo não passaria de mais uma via pequeno-burguesa para a revolução.

Reproduziremos a seguir trecho do artigo de Cléa Silva (Vânia Bambera), no qual se reprovava o militarismo extremado dos grupos clandestinos.

[...] *la inequívoca semejanza entre el foquismo y el neofoguismo reside en su carácter elitista que consiste en suponer que los pequeños grupitos de valientes dan el ejemplo de combatividad y las masas los apoyan. Ellos son pues, de hecho, el motor de la historia. Esta profunda presunción (que encubre un gran desprecio por el pueblo), revela las características paternalistas e caudillistas que la izquierda pequeñoburguesa ha heredado*

del viejo populismo, y es en nombre de ella que se otorgan el derecho de considerarse vanguardia”. (grifo nosso).

A VAR-Palmares preconizava várias tarefas para uma redefinição e reestruturação da extrema esquerda latino-americana. Para a organização, as estratégias dos grupos armados já estariam há muito tempo atreladas à formulações demasiadamente generalizantes e simplificadoras. Redefinir a ação dos comunistas implicava em abandonar determinados postulados sem abrir mão de outros. A volta das massas ao cenário político seria tão importante quanto reafirmar o caráter socialista da revolução ou a necessidade da luta armada. A ligação orgânica e integrada com a classe operária colocaria fim à ilusão vanguardista de que o socialismo era um empreendimento de uns poucos combatentes iluminados.

[...] hay que liquidar todas las tendencias foquistas y neofuquistas que absolutizan la lucha armada, niegan la posibilidad de combinar las varias formas de lucha armada, de masas y legales, que confunden la lucha armada con la lucha guerrillera negando cualquier papel revolucionario al pueblo armado en milicias abiertas o clandestinas. [...].

Percebe-se por meio dos artigos de *Palmares*, que os líderes do grupo exilados em Santiago rompiam em definitivo com a tendência militarista muito em voga entre a Extrema Esquerda naquela ocasião. Procurando recobrar o apoio dos movimentos sociais e incluindo-os na luta contra o capitalismo, de alguma forma a direção da VAR-Palmares revitalizava teorias e práticas características dos PCs tradicionais. Naturalmente, a organização não aceitava ser rotulada como anti-revolucionária ou antiquada. Frente às circunstâncias cada vez menos favoráveis para a guerrilha urbana, o recuo nas ações armadas foi uma opção acertada do ponto de vista da sobrevivência dos quadros. Não obstante, estando os militantes totalmente submersos naquela atmosfera militarizada, retroceder com a violência revolucionária, significava, segundo o juízo corrente, desistir da própria revolução.

Marcelo Ridenti (1993, p. 251) entende que a partir de determinado momento - 1969-1970 - a Extrema Esquerda teria ultrapassado um “ponto de não retorno” com a guerrilha urbana. O comprometimento político com os companheiros mortos e torturados, elevava as ações armadas ao patamar de obrigação moral e dever revolucionário. O autor salienta que no caso do Brasil, apenas os grupos militarizados teriam ultrapassado tal ponto, já que nem toda a oposição ao regime pegou em armas no período. Nas organizações clandestinas “[...] cada vez mais antiintelectualistas; exacerbava-se sua recusa à reflexão teórica e correspondente fetichização da prática armada. [...] Estas, na busca da própria sobrevivência, paradoxalmente, encontravam o itinerário da auto-destruição [...]”.

(RIDENTI, 1993, p. 252).

Quando acuados em aparelhos clandestinos fugindo constantemente da repressão nos anos Médici, militantes de todas as correntes já não tinham quaisquer condições objetivas de lutar em prol do socialismo. As massas, do campo e das cidades, desde sempre apontadas como o agente que sob o comando da vanguarda faria a revolução, comemoravam, atônitas, a conquista do tricampeonato mundial de futebol em 1970.

Nas organizações armadas, o obscuro embate contra a exploração capitalista, ainda que veladamente, havia então sido posto de lado. Nas grandes metrópoles do país, era apenas contra o autoritarismo ditatorial que se lançavam os grupos guerrilheiros. A esta altura, poderíamos dizer que o principal para a militância já não era a batalha em nome da redenção dos brasileiros, e sim, pela própria vida.

Considerações finais

Emir Sader (1991, p. 173-183) nos propõe uma periodização para entendermos como o episódio da Revolução Cubana foi assimilado no Brasil. Para ele, a primeira fase, que abrangeria de 1959 - vitória dos rebeldes na ilha - até o golpe civil-militar de 1º de abril, seria marcada pela solidariedade irrestrita da esquerda brasileira para com os cubanos. Neste ínterim, os aspectos mais relevantes da revolução seriam sua ruptura com o imperialismo norte-americano e a conversão do regime ao socialismo. Em suma, desde então a América Latina teria seu próprio exemplo político revolucionário. Como as forças armadas tomassem o poder em 1964, se abriria um segundo período no processo de recepção das idéias castro-guevaristas no país. A partir daí, seria na condição de estratégia ou método de assalto ao poder que Cuba interessaria aos grupos clandestinos em luta contra a ditadura (SADER, 1991, p. 175).

Como procuramos demonstrar ao longo do presente trabalho, o projeto da luta armada no Brasil precede a implantação do regime militar e, em grande medida, foi inspirado pela Revolução Cubana. No que concerne ao período anterior a 1964, as organizações de esquerda alternativas ao PCB buscariam em Cuba a argumentação

necessária para legitimar suas posições ante o campo político no qual atuavam. Assim, Ligas Camponesas, POLOP, AP e PC do B passariam a se referir ao exemplo cubano sempre com o intento de torná-lo um diferencial em seus respectivos pontos de vista e projetos revolucionários.

Embora o país ainda fosse dirigido por um governo constitucional, o de João Goulart, esses vários grupos de esquerda já concebiam com total descrédito o caminho democrático para o socialismo. Diferentemente do PCB, ardoroso defensor da revolução pacífica, aquelas organizações apontariam a violência das armas como a única possibilidade efetiva para a transformação da sociedade brasileira. Neste sentido, a Revolução Cubana se apresentava como um referencial sólido, ao qual todos os insatisfeitos com as teses pecebistas podiam se reportar.

Mesmo que os grupos preconizassem o enfrentamento direto ao regime no pré 64, dando inclusive alguns passos para tanto, naquela ocasião eles não haviam passado ainda pelo processo de militarização de seus quadros, fenômeno que os atingiria pouco mais tarde, já em tempos de ditadura. Antes do fechamento institucional, o que se pode perceber é que essas organizações se constituíam a partir de moldes essencialmente político-burocráticos e não militares. Dessa forma, observaremos que na AP ou no PC do B, por exemplo, existiam órgãos internos como as Executivas, Comitês Nacionais e Diretórios Regionais, subdivisões bem diferentes dos “Grupos Táticos” e “Grupos de Fogo”, tão comuns no movimento da guerrilha urbana.

Era natural que naquele ambiente de *relativa* liberdade de expressão - característico na administração de Jango -, os aspectos da Revolução Cubana mais debatidos pela Extrema Esquerda fossem suas conseqüências políticas, e não as lições estratégico-militares da luta em Sierra Maestra. Não que a discussão desse tema fosse de

todo ausente, porém, seria apenas por volta de 1967-1968 que se iniciariam as contendas mais acirradas em torno da via revolucionária cubana sob a forma do *foquismo*.

Com a deposição do presidente da república no princípio de 1964, o PCB e a Extrema Esquerda deixariam de ser tolerados pelo sistema de poder para se tornarem clandestinos diante dele. Descortinava-se então uma fase na qual o combate das organizações pelo socialismo se confundiria com a luta contra os militares, estando estes últimos em inquestionável vantagem.

A inclinação dos grupos à violência revolucionária, somada ao ambiente de perseguições e tortura de militantes, engendraria a nítida militarização dessas parcelas radicalizadas da esquerda brasileira. Estando as organizações estruturadas como pequenos “exércitos” guerrilheiros, a experiência de Cuba passaria a figurar de uma outra maneira em seus respectivos discursos político-ideológicos. A clandestinidade imposta pela ditadura à Extrema Esquerda criaria nos agrupamentos a aptidão necessária para que se operasse uma mudança qualitativa nos modos de recepção da Revolução Cubana, que seria convertida rapidamente de exemplo político em exemplo militar. No Brasil, o *partido em verde-oliva* defendido por Régis Debray começava a ganhar formas concretas.

Entusiasmados com a possibilidade de desencadear a guerra de guerrilhas no país, os grupos armados valorizariam cada dia mais as ações revolucionárias. Enquanto os assaltos a banco, seqüestros e atentados a bomba se multiplicavam, dando à militância uma ilusória sensação de superioridade ante à repressão, o governo aprimorava os serviços de inteligência e defesa interna que em pouco tempo se tornariam implacáveis com os opositores do regime.

Os debates em torno da guerrilha no campo e de como ela seria implantada, ocasionariam intermináveis cisões e realinhamentos nos grupos da Extrema Esquerda

brasileira. Cada um deles, à sua maneira, se arrogava portador do melhor projeto para conduzir o povo ao socialismo, desqualificando qualquer posição discordante daquilo que julgava acertado. Nas palavras de Marcelo Ridenti, “[...] As organizações solidarizavam-se na luta pela revolução e pela própria sobrevivência, mas competiam ardentemente pela vanguarda do processo revolucionário. [...]” (1993, p. 43).

Quanto à derrota da esquerda armada para os militares no pós 64, pode-se dizer que seus motivos encontram-se todos inscritos na desigual relação de forças entre os poucos que decidiram enfrentar os generais presidentes e o gigantesco aparato repressor do Estado. Especialmente depois de 1968, as organizações clandestinas não conseguiriam romper as barreiras de isolamento que as separavam do conjunto da população brasileira. O maior fornecedor de quadros para a Extrema Esquerda, o movimento estudantil, também seria duramente golpeado após a edição do AI-5, esvaindo-se assim o único vínculo orgânico que a guerrilha urbana mantinha com uma base social mais ampla, quer dizer, com o estudantado.

Naturalmente, não se pode utilizar a apropriação do caso cubano pelas organizações armadas no Brasil - bem como a de qualquer outro exemplo revolucionário estrangeiro -, como fator explicativo para o fracasso das esquerdas no país. Segundo Carlos Alberto Barão (2003, 305), a Revolução Cubana teria se apresentado para os latino-americanos como um *feito épico*, predizendo que outras vitórias contra o imperialismo seriam possíveis. Barão acredita que todo o movimento comunista do continente, sem exceção, teve de se posicionar diante das propostas castro-guevaristas, assinalando a importância que elas adquiriram naquele contexto.

Em plena ditadura militar no Brasil, a Extrema Esquerda, tal qual o PCB, responderiam de diferentes maneiras às palavras de ordem da OLAS, que na época

pregava: *o dever de todo revolucionário é fazer a revolução*. O PCB, é claro, negaria o apelo militarista para reafirmar sua defesa da revolução democrático-burguesa. Já os grupos guerrilheiros, como ficou evidente, não só adotariam a divisa cubana como também fariam dela um diferencial em seus discursos.

Fontes**Periódicos:**

Jornal: *Liga* (Ligas Camponesas).

Jornal: *Novos Rumos* (PCB).

Jornal: *Política Operária* (ORM – POLOP).

Jornal: *A classe operária* (PC do B).

Jornal: *O combatente* (VPR).

Jornal: *Palmares. Marxismo y Revolución* (VAR – Palmares / Chile).

Jornal: *Debate – Problemas da revolução brasileira* (Exilados brasileiros / França).

Jornal: *Libertação* (APML).

Revista: *Revista Brasiliense*.

Revista: *Monthly Review. Selecciones en Castellano* (Chile).

Revista: *Casa de las Américas* (Cuba).

Livros:

BAMBIRRA, V. *A revolução cubana: uma reinterpretação*. Coimbra: Centelha, 1975.

BARATA, A. *Vida de um revolucionário*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BETTO, Fr. *Batismo de sangue*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

DEBRAY, R. *Revolução na revolução?* Havana: Casa de las Américas, 1967.

FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GABEIRA, F. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GUEVARA, E. “Passajes de la guerra revolucionária”. In: GUEVARA, E. *Obra revolucionária*. México: Ediciones ERA, 1979, p. 113-282.

_____. “La guerra de guerrillas”. In: GUEVARA, E. *Obra revolucionária*. México: Ediciones ERA, 1979, p. 25-109.

HADDAD, J. A. *Revolução cubana e revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

LÖWY, M. (Org.). *O marxismo na América latina*. 2. reimpressão atualizada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MARIGHELLA, C. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. 2. ed. Lisboa: Assírio Alvim, 1974.

MILLS, C. W. *A verdade sobre Cuba*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.

PRADO Jr., C. *A revolução Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RODRIGUES, M. U. *Opções da revolução na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SARTRE, J. P. *Furacão sobre Cuba*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960.

SIRKIS, A. *Os carbonários*. 8. ed. São Paulo: Global, 1983.

SWEEZY, P; HUBERMAN, L. *Cuba: anatomia de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

_____. *Reflexões sobre a revolução cubana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

Referências Bibliográficas

ALTMANN, W. *México e Cuba: revolução, nacionalismo, política externa*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

AYERBE, L. F. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

AZEVEDO, F. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, L. A. M. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BARÃO, C. A. “A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60”. In: MORAES, J. Q.; REIS FILHO, D. A. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. vol 1. 2. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 259-310.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDÃO, G. M. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Art. 141 § 16. Brasília, DF, 1964.

CABALLERO, M. “Una falsa frontera entre la reforma y la revolución. La lucha armada en Latinoamérica”. *Nueva Sociedad*, Caracas, n 89, p. 141-151.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTAÑEDA, J. G. *Che Guevara: a vida em vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CORSI, F. L. “Caio Prado Jr. e a questão do desenvolvimento”. In: MAZZEO, A. C.; LAGOA, M. I. (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 135-151.

CUNHA, M. F. *Eles ousaram lutar: a esquerda e a guerrilha nos anos 60-70*. Londrina: Editora UEL, 1998.

DÓRIA, C. A. “O dual, o feudal e o etapismo na teoria da Revolução Brasileira”. In: MORAES, J. Q. (Org.). *História do marxismo no Brasil*. vol. 3. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p. 201-244.

FANON, F. *Os condenados da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERNANDES, F. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FIGUEIREDO, A. C. “Democracia & reformas: a conciliação frustrada”. In: TOLEDO, C. N. (Org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 47-53.

GARCIA, M. A. “Contribuição à história da esquerda brasileira (1960-1979)”. Em *Tempo*, São Paulo, 1979.

_____. “As esquerdas no Brasil e o conceito de revolução: trajetórias”. In: ARAÚJO, A. M. C. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 37-47.

GILLESPIE, R. *Soldados de Perón: los montoneros*. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

GORENDER, J. *Combate nas trevas*. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1999.

HOBBSAWM, E. J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 33, 1972.

LECHNER, N. *Los patios interiores de la democracia: subjetividad y política*. Santiago do Chile: Fondo de Cultura Económica, 1995.

LÖWY, M. “Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina”. In: LÖWY, M. (Org.). *O marxismo na América latina*. 2. reimpressão atualizada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

MARTINS FILHO, J. R. *Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)*. Campinas: Papyrus, 1987.

_____. “O movimento estudantil na conjuntura do golpe”. In: TOLEDO, C. N. (Org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 75-81.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MATTOS, M. B. “Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)”. In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 185-212.

MORAES, J. Q. “A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas”. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 1 (2): p. 135-158, 2. semestre 1989.

PANDOLFI, D. C. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará - Fundação Roberto Marinho, 1995.

PIERRE-CHARLES, G. *Génesis de la revolución cubana*. 2. ed. México: Siglo Veintiuno, 1978.

POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTANTIERO, J. C. “O marxismo latino-americano”. In: HOBSBAWM, E. J. (Org.). *História do marxismo*. vol 11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 333-357.

REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. “O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros”. In: REIS Fº, D. A. et. al. *História do marxismo no Brasil*. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 105-132.

_____. et. al. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. 2. ed. ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____. “A Revolução Cubana e as esquerdas brasileiras: do heroísmo ao naufrágio”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 9 de janeiro de 1999. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramisc/arquiv70.htm>> Acesso em: 20 mai. 2003.

REIS FILHO, D. A.; SÁ, J. F. (Orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

_____. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. “Ação Popular: cristianismo e marxismo”. In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 213-282.

RODRIGUES, L. M. “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. vol. 3, São Paulo: Difel, 1981, p. 361-443.

ROLLEMBERG, D. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001a.

_____. “A ALN e Cuba: apoio e conflito”. *Cadernos AEL: tempo de ditadura*. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, v. 8, nº 14/15, 2001b, p. 211-251.

ROSANVALLON, P. “Por uma história conceitual do político (Nota de Trabalho)”. *História*, São Paulo, vol. 15, p. 27-39, 1996.

SADER, E. “Cuba no Brasil: influências da Revolução Cubana na esquerda brasileira”. In: REIS FILHO, D. A. et. al. *História do marxismo no Brasil*. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 157-183.

SAINT-PIERRE, H. L. *A política armada. Fundamentos da Guerra revolucionária*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

SALES, J. R. *Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas: 2000.

_____. “O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política”. *Cadernos AEL: tempo de ditadura*. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, v. 8, n. 14/15, p. 17-47, 2001.

SINGER, P. “O significado do conflito distributivo no golpe de 64”. In: TOLEDO, C. N. (Org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 15-21.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

THOMAS, H. *Cuba: la lucha por la libertad: 1762-1970*. Barcelona: Grijalbo, 1974.

VALDÉS, J. A. T. *El terrorismo de Estado: la doctrina de seguridad nacional en el cono sur*. México: Editorial Nueva Imagen, 1980.

ZAIDÁN, M. “O grande *tournant*: o VI congresso da Internacional Comunista (1928-1929)”. In: REIS FILHO, D. A. et. al. *História do marxismo no Brasil*. vol. 1. Rio de J